

NEZILDA JACIRA LOURINHO DE CAMPOS

CURIAÚ
estórias e histórias sobre a história de uma Vila

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Celso Miceli.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 26 / 02 / 2002

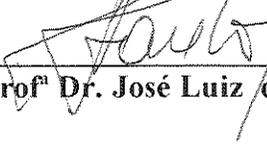
BANCA:



Prof. Dr. Paulo Celso Miceli (Orientador)



Prof. Dr. Héctor Bruit Cabrera (Membro)



Prof. Dr. José Luiz dos Santos (Membro)

Prof.ª Dra. Eliane Moura da Silva (Suplente)

Fevereiro/2002

COLEÇÃO 30
UNIVERSIDADE
FAMAMADA / UNICAMP
C157c
EX
CBO BC: 49002
C 16.837/02
DY
CO R\$ 11,00
A 15/05/02
CPD

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

100167290-6

ID 240122

Campos, Nezilda Jacira Lourinho de
C 157 c Curiaú: estórias e histórias sobre a história de uma Vila/
Nezilda Jacira Lourinho de Campos. -- Campinas, SP : [s.n],
2002.

Orientador: Paulo Celso Miceli.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Comunidade Remanescente de Quilombo de Curiaú.
 2. Memória – Aspectos sociais. 3 História oral. 4. Idosos – Macapá (AP) – Biografia. 5. Quilombos – Macapá (AP).
 6. Negros – Macapá (AP). I. Miceli, Paulo Celso.
- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

À história e à memória do *povo* do Curiaú.

Ao meu filho *Álvaro* e a minha irmã *Neilda*, que uniram-se como filho e mãe para que eu pudesse concluir esta jornada.

Aos meus pais *Moacir* e *Cecilia*, In Memoriam.

Agradeço a Deus pelas mostras de sua existência nos momentos mais difíceis;

Ao meu orientador Paulo Miceli e a professora Eliane Moura, pela elaboração do projeto e pelos esforços realizados junto à Unicamp, para realização e conclusão deste meu sonho de implantar o Mestrado Interinstitucional na Unifap;

Ao Roberto Rodrigues, amigo irmão que me cedeu carro e motorista para realização da pesquisa e as passagens para esta defesa;

Ao Arthur Leandro, irmão de todas as horas pela amizade e pelas fotografias;

Aos amigos Nei e Cecília, muito mais pela solidariedade do que pela digitação e formatação;

Ao Nicácio e Danusa pelo trabalho de transcrição das fitas;

À LUZ da professora Anabel Deuber;

Ao meu marido Alex, pelas orações e pelo amor dedicado; contribuições imprescindíveis para realização desta.

Nas pessoas, podemos saber a gênese de um povo, sua história política, religiosa, militar ... Nas pessoas, enfim, estão os repertórios vivos de uma história que outras fontes ou interferências só podem violentar.

Paulo Miceli

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo realizado em Macapá, capital do Estado do Amapá, sobre uma comunidade de negros denominada Vila do Curiaú, cuja atração maior está no fato de ter sido reconhecida e tombada pela Fundação Palmares como terra remanescente de quilombo.

Objetivando resgatar parte do acervo histórico e sócio - cultural daquele universo, foi iniciada em 1996 uma pesquisa de campo com sete velhos filhos daquela comunidade, que, através de depoimentos auto - biográficos, fruto das memórias, caracterizaram a realidade cotidiana do passado e do presente, sinalizando também perspectivas de futuro para a comunidade que até hoje e a muito custo, ainda resiste às interferências externas de um modelo etnocêntrico padronizado e ostentado como mais viável para todos os povos e “raças”.

Através da história oral e história de vida dos negros velhos do Curiaú, este estudo apresenta parte de seu universo material e simbólico, pois os relatos caracterizaram especificidades sobre mentalidade, costumes e crenças de uma comunidade negra, localizada num espaço geográfico ímpar e agraciado pela natureza, que lhe presenteou com solo fértil e um lago majestoso não só pela beleza, mas principalmente pela utilidade que tem para a criação de gado e pela variedade de peixes que lá existem, utilizados apenas para subsistência dos moradores e filhos da terra.

Os depoimentos resgatam e aqui registram a origem da Vila com todas suas controvérsias, seus primeiros habitantes, as características antigas do lugar e das habitações, formas de trabalho, cultura, relações sociais e de parentesco; além da crença religiosa manifestada através da fé católica dirigida principalmente a São Joaquim, santo padroeiro do lugar e merecedor de festejo mesclado de relações sagradas e profanas durante nove dias.

Este estudo também discute, embora não especificamente, o papel do poder público nas relações com o lugar e seus habitantes que, desanimados, percebem a aproximação da perda de suas raízes, hábitos e costumes, por falta de uma política de conscientização, valorização, resgate e preservação do lugar, principalmente junto às gerações mais jovens que se sentem mais atraídas e mais próximas dos costumes colonizadores e “civilizados” do branco, nos tempos modernos de tecnologia consumista.

ABSTRACT

This dissertation presents a study carried out in the city of Macapá, State of Amapá, Brazil that deals with an Afro-Brazilian community--- Vila do Curiaú. This community has been officially recognized by the Palmares Foundation as a parcel of land which was originally a “quilombo”.

With the intention of preserving part of the important historical and socio-cultural heritage of this community, seven elderly residents were interviewed in order to document their memory of the past, views of the present and perspectives for the future. This research is important for it indicates that the community still attempts to resist external interference based on an ethnocentric and stylized model, held up as the sole model for all peoples and races.

By means of an oral history narrated by the elderly residents themselves, this study presents part of their material and symbolic universe. Their narratives point to the way of thinking, customs, beliefs and view of the world of an Afro-Brazilian community situated in a privileged geographical space, blessed by nature, which provides the residents with fertile soil as well as a majestic lake enabling them to fish for their subsistence and bring their cattle to water.

The interviews register the origin of the Vila with all its controversies, its first inhabitants, the characteristics of the place in times past with its dwellings, work activities, culture, social relations and kinship as well its religious belief directed centered mainly on Saint Joachim, patron saint of the locale. The interviewees in their narratives point to the nine-day long festival in honor of that Saint in which the sacred and the profane intermingle.

This study also refers in part to the role of the government in its dealings with the community and its residents who sadly relate their own perception of the approaching demise of their roots, habits and customs due to the lack of a policy of consciousness raising with regard to the protection of the cultural and historical heritage of the place, in particular with the younger generations who appear to be closer to and more attracted by the colonizing customs and supposedly “civilized” of present-day white culture with its consumer technology and drive toward modernization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – A Vila do Curiaú na História da Vila de Macapá	25
1.1. Curiaú: Características	28
1.2. A Criação da Apa: O Averso da Preservação	34
CAPÍTULO II – A Importância da Memória e a Heterogeneidade das Histórias Contadas na Comunidade	43
2.1 – A Homogeneidade das Histórias Publicadas Sobre a Comunidade	53
2.1.1 – Curiaú : História Feita de Sacrifícios	54
2.1.2 – A Vila do Curiaú	58
2.1.3 – Curiaú : “ Encantos, Crendices e Lendas ”	60
2.1.4 – O Batuque de São Joaquim do Curiaú: Um Pouco de Folclore	64
CAPÍTULO III – Os Porta Vozes da História do Curiaú falam sobre o lugar, trabalho e a vida na comunidade	69
3.1 - Seu Waldivino	87
3.2 - Seu Joaquim Tibúrcio	89
3.3 - Dona Sebastiana	91
3.4 - Seu Joaquim Assunção	93
3.5 - Seu Francisco Damásio	95
3.6 - Dona Tereza	97
3.7 - Seu Maximiliano	98
CAPÍTULO IV - A História Oral: Eclea Bosi e as relações de memória com as histórias do Curiaú	101
CAPÍTULO V – A Memória Religiosa	113
5.1 – As festas dos Santos com seus Rituais Sagrados e Suas manifestações Profanas	113

CONCLUSÃO	135
BIBLIOGRAFIA	143
ANEXOS	149

INTRODUÇÃO

A história oral é uma história construída em torno de pessoas (...)Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança.

(Paul Thompson. A voz do passado)

Assumimos o desafio de realizar um estudo sobre a realidade dos negros habitantes da Vila do Curiaú, no seu contexto histórico, social, econômico e cultural, pois, apesar da Vila ser citada como grande ponto de referência histórica, cultural e econômica do Estado do Amapá, percebia-se que, na verdade, todos os conhecimentos eram incipientes e superficiais, pois, ao fazermos um levantamento bibliográfico sobre a história da Vila, encontramos dificuldades quanto à localização de textos dedicados à sua história.

No Estado do Amapá, não existe estudo sistematizado referente à história da Vila do Curiaú. A biblioteca pública carece de material, oferecendo poucos artigos e um pequeno livro com teor jornalístico e sem fundamentação teórica.

A Universidade Federal do Pará, através do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, apresentou em Dezembro de 1997 à Fundação Cultural Palmares um Relatório de Identificação intitulado “Nascidos no Curiaú”, trabalho por mim desconhecido até 1999, época da elaboração do projeto de pesquisa.

Após este projeto, chegaram a nossas mãos três outros estudos, dois deles em nível de TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, num dos quais atuei como orientadora; porém, com

abordagem educacional e de meio- ambiente. Sobre essa última perspectiva, também foi elaborada e defendida ,em 2001, na UFRN a dissertação de um docente da UNIFAP na área de biologia . O TCC da Universidade Federal do Pará, apresentado em 1996, tem enfoque sociológico e também só nos foi apresentado em 2000.

Desde o início, nossa vontade era de perspectiva histórica, pois a problemática concentrava-se nas múltiplas histórias sobre a gênese da comunidade, havendo uma pretensa imposição por parte dos governantes e dos órgãos estatais, em afirmar a Vila do Curiaú como remanescente de quilombo.

Não nos comprometeríamos em esgotar o objeto ou encontrar a “verdadeira história” da formação da Vila, pois não cremos em “ verdade” e, sim, nas várias “verdades” que fazem parte da história, através das construções propriamente humanas, com suas diferenças raciais, culturais e econômicas.

Apesar da curiosidade inicial sobre as controvérsias existentes a respeito da origem da Vila , não nos propomos aqui, “desvendar”, se o Curiaú foi ou não quilombo. Porém, inevitavelmente, este assunto aparece ao longo do texto, em virtude não somente do peso histórico trazido por essa suposta característica, mas também por se tratar de um tema que trabalha as *estórias* e *histórias* contadas sobre a Vila.

Talvez, futuramente, outros estudos se proponham “ desvendar” a *verdade* por ora ainda não alcançada. Porém, essa origem, ou o motivo que levou à formação da Vila, passa a ser menos importante diante do dia- a- dia desta comunidade que, independentemente de ter sido quilombo ou não, “ vive ou sobrevive” à sua maneira e a despeito do que desejam o poder, os governantes e a sociedade em geral. Os negros do Curiaú construíram e constróem a sua história como quaisquer cidadãos, ou mesmo como comunidade “ exótica”, localizada em território “civilizado”, através do trabalho, da cultura e das crenças por eles vividas.

Tendo-se consciência de que a coleta de dados não é um processo cumulativo e linear que autoriza o pesquisador a estabelecer leis e prever fatos, mas um procedimento de idas e voltas, onde pesquisador e pesquisado assumem uma posição reativa, escolheu-se como instrumento de coleta de dados a observação participante, as entrevistas e as histórias de vida.

O primeiro instrumento, em sua forma direta, visou descrever os sujeitos do Curiaú em suas ações e significações, no contexto das relações interpessoais e sociais, procurando-se, com isso, recolher informações oriundas da compreensão e sentido que os próprios atores atribuem aos seus atos. O segundo deu aos informantes a liberdade de pronunciarem suas experiências, representações e análises, sendo fonte inestimável de informações sobre a historicidade que caracteriza a Vila do Curiaú. Esse instrumento de pesquisa foi de grande valia, à medida que contribuiu para o nosso desenvolvimento enquanto pesquisador.

Na pesquisa histórica sobre a Vila do Curiaú, tivemos a oportunidade e o privilégio de atentar para as comunicações verbais e atitudinais tão valiosas para esse tipo de investigação, já que o contato imediato é imprescindível para aprofundar a significação dos fenômenos estudados.

A história de vida foi utilizada como estratégia capaz de recuperar as lembranças daquela comunidade que, com o passar dos anos, estavam desaparecendo da memória dos mais antigos, não chegando, portanto, a despertar o interesse dos mais jovens. Segundo Thompson, a história oral beneficia as pessoas idosas que “ muito frequentemente ignoradas e fragilizadas economicamente, podem adquirir dignidade e sentido de finalidade ao rememorarem a própria vida e fornecerem informações valiosas a uma geração mais jovem”¹.

¹ Paul Thompson. *A Voz do Passado. História Oral*. Tradução Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998, 23.

Os relatos serviram como valioso testemunho da história e da cultura do Curiaú.

Jaques Le Goff mostra em seu texto sobre “História” a importância do testemunho, ao dizer que “A palavra ‘história’ (em todas as línguas românticas e em inglês) vem do grego antigo *historie*, em dialeto jônico [Keuck 1934]. Esta forma deriva da raiz indo-européia *wid, weid*, ‘ver’. Daí o sânscrito *vettas* ‘testemunha’ e o grego *histor* ‘testemunha’ no sentido de ‘aquele que vê’. Esta concepção da visão como fonte essencial de conhecimento leva-nos a idéia de *histor* ‘aquele que vê’ é também aquele que sabe; *historien* em grego antigo é ‘procurar saber’, ‘informar-se’. *Historie* significa pois ‘procurar’.”²

Ao utilizarmos tal recurso, procuramos observar as diferenças desses atores quanto à dinâmica dos tempos e do significado de tais diferenças, pois, no relato “espontâneo” de suas próprias vidas, ficaram à vontade para lembrar e construir, com a ajuda do pesquisador, sua autobiografia, que é também a autobiografia de um grupo social. Dessa forma, o trabalho de memorização se tornou mais fácil e proveitoso.

Walter Benjamin diz que não existe nada que facilite mais a memorização das narrativas que a sóbria concisão e a maior naturalidade, pois esta faz o narrador renunciar às sutilezas psicológicas e proporciona na memória do ouvinte a gravação da história, ou seja, a narrativa vai além de transmitir o “puro em si”, como se fosse um relatório. A narrativa imprime uma marca de narrar que é típica de cada narrador³

Nosso objetivo foi consolidado com a afirmativa de Aspásia Camargo, quando diz que o método de história de vida valoriza contatos informais e proporciona, também, a

² Jaques Le Goff. *História e Memória*. 4ª ed. Campinas: SP, Editora Unicamp, 1996, p 126.

³ Walter Benjamin. *Magia e Técnica, arte e política. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura*. Tradução Sérgio Paulo Roanet. 2ª ed. 1986, p. 57.

contextualização das entrevistas, podendo, portanto, delas tirar o máximo de veracidade; porém, acima de tudo insere o ator nas relações sociais existentes dentro do grupo.⁴

Esse ponto veio ao encontro de nossos interesses, à medida que o objetivo foi registrar e relatar as lembranças dos moradores mais antigos da Vila do Curiaú sobre sua origem; porém, contextualizando suas realidades e relações sociais.

O presente estudo foi dividido em cinco capítulos. Começa com a formação da Vila do Curiaú na história da Vila de Macapá, caracterizando a área da comunidade quanto a infraestrutura e discorre sobre a criação da Apa do Curiaú.

O segundo capítulo traz as várias versões sobre essa história ainda não comprovada da Vila do Curiaú outrora ter sido quilombo e também faz uma discussão sobre a importância da memória no contexto de histórias heterogêneas contadas na comunidade, que de imediato negam perempitoriamente a versão de quilombo, mas depois “até admitem” essa possibilidade. O contraste desse pensamento aparece nas publicações que, sempre de forma homogênea, definem aquele lugar como remanescente de quilombo.

O terceiro capítulo é para nós o mais importante de todos. Traz as lembranças contadas nas entrevistas realizadas com os comunitários intitulados porta-vozes da história da Vila do Curiaú. Essas pessoas foram indicadas pela própria comunidade que os considera mais aptos para contarem a história da Vila. Tais indicações coincidiram com nosso objetivo que era escutar as pessoas mais velhas do local, com exceção apenas, do Presidente da Comunidade, que a despeito da idade não tão avançada, também foi incluído na relação de depoentes, devido o poder de representação que lhe cabe enquanto presidente da entidade.

⁴ In Vasco Tristão Leitão da. Diplomacia em Alto Mar: depoimento ao CPDOC. Entrevista . Aspásia Camargo. Rio de Janeiro: Ed. Da FGV, 1994.

Nossa vontade inicial era conseguir “belos relatos de memória”, que devido alguns fatores, tais como idade avançada em cidadãos que labutaram pesadamente e nenhum nível de escolaridade, o que traz insegurança e timidez diante de nós, mudamos para as entrevistas, pois só interrogando poderíamos obter as informações desejadas.

Ao concluirmos essa tarefa, sentimo-nos realizadas pela certeza de termos recolhido parte significativa da história do Curiaú, pois consideramos esses depoimentos como uma riqueza inestimável, fruto da fala daqueles que **viveram e vivem** essa história, independentemente do que desejam os dirigentes.

Incluí muitas falas das entrevistas não somente para ilustrar o capítulo, mas sobretudo porque considero tal prática muito importante por dois motivos especiais: o primeiro, por considerar que pouco valor terá tudo que se disser, diante da autoridade da fala daqueles comunitários; e, segundo, por ter sido esse o momento mais emocionante entre todas as etapas de construção deste trabalho. Pois fui a mais atenta e interessada aluna de história do Seu Joaquim, do Seu Waldivino, da D. Tereza...

Em nome disso, procurei recolher minha insignificância diante daquela história. Reduzi minha fala para dar mais espaço a fala desses sábios comunitários. “Pois o historiador vem para a entrevista para aprender: sentar-se ao pé de outro que, por provirem de uma classe social diferente, ou por serem menos instruídos, ou mais velhos, sabem mais a respeito de alguma coisa”.⁵

Objetivando lhes conceder mais espaço, apresentamos uma pequena biografia, ou talvez, nossa percepção sobre cada um dos depoentes, que não somente emprestaram suas memórias, mas também suas imagens, as quais ilustram o capítulo.

⁵ Paul Thompson. A Voz do Passado. História Oral. Tradução Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p 32.

No quarto capítulo, procura-se mostrar a importância da história oral, priorizando o pensamento de Ecléa Bosí, sobre o estudo de memória nas falas dos contadores de história da Vila do Curiaú.

O quinto capítulo trata da questão religiosa, e destaca a origem de cunho católico nas festas dos Santos com os rituais sagrados e manifestações profanas. Ao mostrar isso, inevitavelmente, estaremos considerando a cultura do Curiaú, tangenciando informações sobre família, relações de parentesco, sociais, de trabalho; enfim, algumas coisas que estão relatadas também no segundo capítulo.

Finalmente, do ponto de vista metodológico, este estudo é fruto de uma pesquisa de campo, utilizando o método biográfico, colhendo informações através da história de vida dos moradores mais antigos da Vila, aplicando a técnica de história oral nas entrevistas e fazendo uso do gravador para registrar a fala, a memória e as histórias sobre a origem, a cultura, a vivência e o cotidiano da comunidade. Pois, “ o gravador não só permite que a história seja registrada em palavras faladas, mas também que seja apresentada por meio delas(...) o uso da voz humana, viva, pessoal, peculiar, faz o passado surgir no presente de maneira extraordinariamente imediata(...) As gravações demonstram como é rica a capacidade de expressão de pessoas de todas as condições sociais(...) O gravador tem permitido que a fala da gente comum(...) seja, pela primeira vez, seriamente compreendida”⁶

Os relatos foram gravados, transcritos e fazem parte desta dissertação através de citações; ressaltando-se que alguns entrevistados não moram mais na vila, apesar de lá terem

⁶ Idem, p.41.

nascido, mas nos foram indicados por alguns comunitários do Curiaú, em virtude não somente de suas idades avançadas, mas principalmente por serem referenciais de informações sobre a Vila, pois lá residiram durante muitos anos e nesse período participavam ativamente das questões do lugar, inclusive nas festas dos santos.

Paul Thompson, ressalta que não deve existir mão única na relação entre história e comunidade; que os dois sentidos devem ser priorizados numa série de trocas dialéticas, onde informação e interpretação; classes e gerações, possam se relacionar num espaço de conseqüências sociais diferentes.

Paralelamente a este debate, está a crítica dirigida aos habituais relacionamentos que o pesquisador tem com seus informantes, pois , além de delimitar os objetivos de acordo com seus interesses e ter o poder para determinar quem deve ser entrevistado e sobre qual assunto falar, muito freqüentemente, “ desaparece com uma fita gravada da vida de alguém que nunca mais ouve falar a respeito dela”.⁷

As comunidades tem reclamado freqüentemente dessa prática, dizendo, que jamais souberam o que foi feito com suas vozes. No Curiaú, esse tipo de protesto também se faz presente.

Objetivando não apenas ser diferente, mas em respeito às horas dedicadas aos estudos, principalmente aos estudos de pesquisa, onde se aprende teoricamente tudo o que devemos e o que não devemos fazer no relacionamento com as fontes orais, procuramos conduzir nossa prática no caminho inverso dos pesquisadores que esquecem as comunidades que lhes forneceram informações.

⁷ Idem, p. 42.

Esta dissertação, prioriza a comunidade da Vila do Curiaú, que nos cedeu seu tempo, suas memórias, suas histórias e suas imagens; sem as quais, é óbvio, nada seria realizado. Daí a preocupação com a linguagem simples, um pouco distante da erudição e dos padrões da academia. Pois, verificar a provável alegria nas faces dos velhos depoentes e da comunidade em geral, por saberem e lerem a história da Vila, fruto de suas lembranças e de suas imagens; terá tanta importância quanto à conquista do título de mestre.

Capítulo I

A VILA DO CURIAÚ NA HISTÓRIA DA VILA DE MACAPÁ

“ Quando as mudanças históricas se aceleram e a sociedade extrai sua energia da divisão de classes, criando uma série de rupturas nas relações entre os homens e na relação dos homens com a natureza, todo sentimento de continuidade é arrancado de nosso trabalho. Destruirão amanhã o que construímos hoje”

(Ecléa Bosi, Memória e Sociedade)

A capital do Estado do Amapá – Macapá – que atualmente possui 220.992 habitantes tem seu nome proveniente de “Maca – paba”, significado indígena para “instâncias das Macabas ou Bacabas”, palmeira regional da qual nasce um fruto exótico de onde se extrai o suco, cuja cor indefinida varia do creme ao lilás. Esse fruto tem alto teor de gordura e sabor adocicado, mesclado algumas vezes com paladar travoso¹. Essa palmeira é da mesma família do “açai”, portanto, sua colheita, preparo e consumo se dão nos mesmos moldes . Tanto o suco do açai quanto o da bacaba, tem servido ao longo dos séculos como alimentação básica aos povos da Amazônia.

Porém, o primeiro nome do lugar foi dado em 1544, pelo rei Carlos V da Espanha, que oficialmente o batizou de “Adelantado de Nueva Andaluzia”.

Com a política de povoamento do governo do Marquês de Pombal, organiza-se, em 1751, uma expedição comandada pelo sargento-mor João Batista do Livramento, cujo objetivo era fundar a Vila de São José de Macapá, local onde já existia um povoado desde

¹ Na região chama-se de travoso àquela sensação também encontrada no caju. Isto é, ao experimentar a fruta e o suco, os dentes e a língua ficam ásperos.

1738, época do destacamento militar em direção à margem do rio Amazonas, denominado de Baía de Macapá.

Em 1758, por ordem de D. João V, funda-se a Vila de Macapá, com os povoadores “ilheos açoiranos” e das ilhas canárias, constituindo-se um pequeno lugar, com algumas centenas de colonos.

No ano de 1763, uma dúzia de chefes de família recebem da coroa algumas vacas, éguas e touros para iniciarem o assentamento. Dizem os registros que tal distribuição foi feita de forma desigual.

A implementação dessa política apresenta características de evolução, e, concomitantemente, desperta cobiça de espanhóis, ingleses, franceses e holandeses; que seguidas vezes tentam invadir o território.

Preocupado com tais ações, o governo português implementa uma política de fortificação na Amazônia, e é nessa mesma época – 1764 –, sob o governo de Fernando da Costa Ataíde Teive, que o engenheiro Henrique Galúcio é chamado para elaborar o projeto da Fortaleza de São José de Macapá, que é um monumento militar edificado no século XVIII pela metrópole portuguesa, cujo objetivo era defender o território de possíveis invasões por parte dessas nações também européias. A Fortaleza de São José de Macapá é, portanto, fruto de estratégias geopolíticas, visando garantir o solo brasileiro nas mãos dos colonos portugueses, que, dessa forma, objetivavam conquistar definitivamente o Rio Amazonas.

A construção dessa Fortaleza durou 18 anos (1764 – 1782) utilizando-se mão-de-obra negra, índia e branca; sua estrutura arquitetônica é formada por um quadrado acompanhado de baluartes pentagonais nos vértices, cercado por muralhas de pedras com

arremate de cantarias escuras. Apresenta, internamente, oito edifícios dispostos dois a dois. No centro da praça, há uma cisterna de tijolo cru e no centro de cada uma das cortinas do Norte, Sul e Leste há portas trabalhadas, e, em cada um dos ângulos internos, existem rampas de tijolos que levam às antigas celas.

A Fortaleza de São José de Macapá foi inscrita no livro do Tombo Histórico, pelo então Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN².

Posteriormente a esse período de assentamento, há um lento desenvolvimento da região, integrada primeiramente à Província e depois ao Estado do Pará; fatos talvez responsáveis pelo vazio histórico documental do Estado.

Somente em 1943 é que a região foi desmembrada e instituída enquanto Território Federal, através do Decreto-Lei 5.814, de 13 de setembro, regularizando a área de 143.453,7 km², fixando sua capital em Macapá.

Em 25 de janeiro de 1944, começa a funcionar como “Unidade Autônoma”, sendo seu primeiro governador o capitão Janary Gentil Nunes.

A condição de Estado chegou em 1988, por decisão da Assembléia Nacional Constituinte; porém, somente em 1990, com a posse do primeiro governador eleito, Comandante Aníbal Barcelos, é que o Estado realmente instala-se.

Sua capital- Macapá- concentra a política administrativa do Estado, e ao mesmo tempo é o centro comercial e de serviços para as localidades vizinhas, entre as quais, a Vila do Curiaú.

² Processo n 423, de 22 de março de 1950.

1.1 - Curiaú: Características

A Vila do Curiaú é uma comunidade negra rural, localizada dentro do espaço urbano de Macapá; porém, distante 14 km da sede do Governo Estadual. Essa região é composta por cinco comunidades: Curiaú de Dentro, Curiaú de Fora, Casa Grande, Curralinho e Mocambo, as quais estão distribuídas numa extensão territorial de 23.000 ha, abrigando 1500 pessoas. Limita-se ao norte com o extremo das fazendas Dodoca e Xixeca, ao sul com o bairro Novo Horizonte, a leste com o conjunto Brasil Novo e na parte oeste extrema (fundo) com Curralinho.

Em seu relatório intitulado “Nascidos no Curiaú”³, Rosa Acevedo aborda essa característica, afirmando a necessidade de explicações para tais ambigüidades, que aos seus olhos são bastante problemáticas e polêmicas, pois as interpretações não conseguiram dar conta da identificação hoje atribuída ao lugar. “é Curiaú um ‘quilombo urbano’ ou é uma comunidade negra rural no contexto de uma urbanização agressiva da cidade de Macapá? Sem dúvida, nessas questões e em especial na última está o cerne dos problemas de ‘identificação’ de Curiaú pelo olhar do outro e do confronto com os projetos e perspectivas de existência”.⁴

Segundo informações extraídas do livro “Curiaú: sua vida, sua história”⁵, a formação da Vila é devida a um senhor chamado Miranda, que, na condição de proprietário da terra e sem herdeiros, elaborou um testamento concedendo todos os seus bens a sete

Relatório de Identificação apresentado à Fundação Cultural Palmares. 1997.
Rosa Elizabeth Acevedo Marin. Nascidos no Curiaú. 1997, p 14.
Sebastião Menezes da Silva, p. 12.

escravos irmãos, os quais após a sua morte, passaram a ser proprietários de tudo o que foi deixado pelo referido senhor.

O escravo Francisco Inácio, por ser irmão mais velho, providenciou a documentação da terra em nome de todos, e, a partir de então, começou a haver a formação dos troncos familiares que só surgiram após a chegada de outros escravos vindos de Mazagão.

Sebastião Menezes relaciona basicamente 30 uniões que constituíram proles numerosas, de onde derivou o crescimento da população. A primeira é fruto da união da filha do escravo Francisco Inácio dos Santos, de nome Maria Izabel, com Lidugério Marinho; depois, temos uniões entre as famílias Miranda, Rosário, Silva, Rosa, Pinheiro, Borges, Inácio, Ramos, Paixão, Souza, Leite, Banha, Santos, Espírito Santo, Miranda da Silva, Silva Santos, Menezes da Silva, Costa Leite, Santana e Nunes. No Curiaú, todos dizem ser parentes.

A área principal do Curiaú, com entrada no sentido de Macapá, comporta o Curiaú de Fora e o Curiaú de Dentro, espaço privilegiado, pois é onde se localiza o lago, que dá ao lugar paisagem de rara beleza. Nessas áreas, existem 96 casas residenciais, 3 Igrejas : 2 católicas, e uma evangélica, esta, fechada por falta de fiéis, e, segundo declaração da responsável, devido o descrédito dos moradores em relação a Igreja, pois os mesmos não atendem às mensagens do pastor; 8 bares, 1 Posto de Saúde, 1 Posto Policial a pedido da comunidade para conter brigas e confusões trazidas pelos visitantes externos; 2 escolas, sendo que uma está desativada; 1 Posto Telefônico e 2 telefones públicos; 3 casas de farinha; 2 amassadeiras de açaí (1 no Curiaú de Fora e outra no Curiaú de Dentro); 1 depósito; 2 casas de festejo; 1 salão paroquial; 1 Associação Desportiva e 2 campos de futebol

(localizados no Curiaú de Fora e Curiaú de Dentro respectivamente); e 1 cemitério muito afastado da área habitada.

As residências estão abastecidas com luz elétrica da Companhia de Eletrecidade do Amapá - CEA, desde 1988, e a cada ano observa-se o aumento desse consumo, tanto no número de casas que passam a fazer uso desse benefício, quanto no aumento de “kilowat” por residência.(anexo 8)

A Companhia de Águas e Esgotos do Amapá- CAESA, também está instalada no Curiaú, abastecendo praticamente um terço das moradias, enquanto as demais ainda fazem uso do poço amazonas.⁶

No Curiaú, existem três ruas; a Santo Antonio com 50 casas cercadas de roças e quintais, que se situam no Curiaú de Dentro, e as ruas São Joaquim e São Januário, localizadas no Curiaú de Fora, área onde se observa o maior número de casas em construção; estratégia encontrada pela Associação de Moradores para impedir invasão na área. “Silva comenta a organização dos moradores para estabelecer casas no terreno fronteiro, formando um núcleo habitacional que está na divisória com o bairro Novo Horizonte. É uma forma de impedir a invasão das terras do Curiaú,”⁷ pois, a partir da construção da rodovia, substituindo a antiga estrada, em 1981, observa-se uma tentativa constante de invasão na área do Curiaú que está cercado de movimentos dessa natureza.

A partir de 1988, com elevação do Território Federal do Amapá à categoria de Estado, sua capital – Macapá – sofreu um crescimento acelerado e desordenado, fato agravado em 1993 com a criação da “Área de Livre Comércio de Macapá e Santana”,

⁶ Poço muito comum na região, cuja edificação de tijolos fica exposta acima do solo, com tampa aberta.
⁷ José Maria da Silva. Curiaú: cultura e territorialidade. In: Rosa Acevedo. Nascidos no Curiaú. P.62.

único “beneficiamento”⁸ concreto que pode ser visto no curriculum do senador José Sarney, durante os dois mandatos seguidos pelo Estado do Amapá.

Esse “atrativo ilusório” causou corrida acelerada ao Estado, principalmente a Macapá, e daí à formação dos “bairros novos”: Novo Horizonte, Brasil Novo e Capilândia.⁹ Segundo o relatório “Nascidos no Curiaú”, os comentários que circulam em Macapá, consideram que essas “invasões” foram estimuladas por candidatos durante as campanhas eleitorais.¹⁰

Pelo nome da invasão, há “sugestão” que o incentivo dado para ocupação da terra por parte dessa população sem teto, e a conseqüente formação do “Capilândia” na área do Curiaú, sejam de responsabilidade do governador do Estado e seus correligionários, fato que causa espanto e estranheza, pois a política de governo na administração Capiberibe, identifica-se ao Partido Socialista Brasileiro, divulgada extensivamente no país e até no exterior, como sendo propugnadora do “Desenvolvimento Sustentável”, que inclui não somente a preservação de riquezas naturais da biodiversidade da região, mas também suas riquezas étnicas e culturais.

⁸ Como o próprio nome diz, a área é de comércio, fato que não trouxe oportunidades de crescimento ao povo do Amapá, pois o que se vê são lojas de árabes e alguns brasileiros anteriormente já estabelecidos em outras capitais do país. Os produtos comercializados são em sua maioria de fabricação chinesa ou Coreana e de baixa qualidade. Com exceção da Top Perfumaria, que comercializa os legítimos franceses, as demais oferecem basicamente brinquedos, flores e utensílios acessórios do lar. O povo do Estado batizou satiricamente esse comércio de “ZONA FRACA”.

⁹ Essa denominação é uma homenagem ao atual governador do Estado do Amapá, Sr. João Alberto Capiberibe, que nessa época era Prefeito Municipal de Macapá e também candidato ao Governo do Estado, cargo que ocupa desde 1995; estando, portanto no segundo mandato seguido.

¹⁰ Rosa Acevedo. Nascidos no Curiaú, p.41.

O marketing oficial dessa administração discursa em prol do povo, das minorias e das etnias; portanto, conhece os caminhos de valorização e preservação, da mesma forma que conhece aqueles que trazem extermínio.

Não somente as invasões ou os incentivos e patrocínio dessas, corroboram para esse fim, mas principalmente a proposta apresentada por essa administração, no seu Plano de Governo para a “Diversidade Étnica e Cultural”, onde define metas de “preservação” para a Vila do Curiaú: através da criação de um Projeto de Ecoturismo “pretende implantar infraestrutura: pavimentar a estrada, definir roteiros e trilhas ecológicas, treinar agentes de turismo, produzir material promocional, criar o Museu da Cultura do Curiaú e gerar empregos, já que os próprios moradores trabalharão nessas atividades”¹¹ (anexo 9).

O que pensar e dizer diante de tal projeto, quando o morador da Vila expressa: “É de direito nosso manter esse lugar como patrimônio, temos que preservá-lo. Fazer que o povo de fora entenda que não é do governo e também do município, isto aqui é do Curiaú”.¹²

Por isso, pode-se perguntar se o plano do Governo para a “Diversidade Étnica e Cultural” vem para “preservar” ou para descaracterizar e dizimar definitivamente com a Vila?

Essa proposta conduz ao extermínio da comunidade em suas características étnicas e culturais, convergindo para uma política que confirma perspectivas e previsões daqueles que visualizaram o fim do Curiaú, a partir das invasões e assentamentos articulados pelos políticos e, agora, reafirmados pela proposta de “arrumação do espaço”, também “idealizado” pelo poder dos dirigentes.

¹ Governo do Estado do Amapá. Diversidade Étnica e Cultural, p1 de 3. 13/12/01.

² Sebastião Menezes da Silva. Curiaú: sua vida, sua história. P.33.

Tal proposta significa adentrar a área da comunidade, descaracterizando o espaço, tanto no seu sítio original, com a implantação de asfalto, pavimentação das ruas e criação de trilhas ecológicas, quanto no que concerne à cultura e tradição de uma raça, pois, após a implementação do Projeto de Ecoturismo, elaborado pelo governo socialista que propagandeia sua administração fundamentada no “Desenvolvimento Sustentável do Estado”, a Vila do Curiaú passará a ter suas riquezas exploradas e seu espaço invadido pelos objetivos turísticos, desconsiderando o dia-a-dia de um povo que sequer foi consultado sobre se deseja ou não ser exposto aos olhos e “flashes” dos turistas como peça rara de museu.

As palavras do morador Sebastião Menezes traduzem a mágoa coletiva de uma comunidade, que deseja somente ter o direito de moradia e tranquilidade na terra que lhe pertence. “Cada dia que passa, as coisas vão mudando e ficando difícil. Lá não temos uma vida sossegada, nem o respeito que tínhamos antes(...) Por causas modernas, estamos perdendo dia a pós [sic] dia a nossos hábitos, costumes e nossa maneira de ser”.¹³

A implantação do Projeto de Ecoturismo ainda não foi consolidada, em virtude de uma discussão estratégica e política da equipe de governo do “desenvolvimento sustentável”, que também visualiza a importância do Curiaú enquanto área de abastecimento hortigranjeiro da cidade. Aos olhos de alguns técnicos, essa modalidade trará maiores vantagens, pois os custos nela investidos serão ínfimos diante do que seria necessário para implantação do dispendioso e ao mesmo tempo incerto projeto de Ecoturismo no Curiaú.

Independentemente da vontade dos moradores da Vila, o poder governamental toma para si o direito de decidir de que maneira será a contribuição do Curiaú na economia

¹³ Idem, Ibidem.

do Estado, se às custas de sua transformação numa imensa granja, ou se através do projeto faraônico de Ecoturismo.

Ao Governo do Estado pouco importam a forma e os caminhos; o objetivo prioritário não está voltado para preservação de culturas ou etnias, mas para os lucros que podem ser gerados naquele espaço.

1.2 - A Criação da Apa do Curiaú: O Averso da Preservação

A saga dos moradores da Vila do Curiaú na luta pelo direito da terra e preservação desse solo em suas mãos, inicia-se no ano de 1988, enfrentando todas as consequências negativas trazidas pela elevação do Território Federal à condição de Estado, pela criação da Zona de Livre Comércio, pelo desordenado crescimento populacional e pelas eleições municipais e estaduais.

Porém, é nos anos de 1995 e 1996, com a ação discriminatória do INCRA, que o Curiaú encontrou-se ameaçado de forma mais consistente, e é nessa época que a comunidade também mais recorre às instâncias governamentais, através da “Associação de Moradores”, mas percebem morosidade quanto aos despachos: “essa demora excessiva, de ações por parte dos Poderes Públicos responsáveis vem contribuindo para que ‘SEM TERRAS URBANOS’ adentrem a área do quilombo, formando uma extensão significativa da periferia de Macapá (Bairro Capilândia) considerando a indefinição da regularização fundiária”.¹⁴

Ao perceberem a morosidade dos despachos, é óbvio que, ao mesmo tempo, os moradores do Curiaú visualizam quem são os interessados e quais os interesses existentes

¹⁴ Documento enviado pela Associação de Moradores do Curiaú à Procuradoria Geral da República no Estado do Amapá, questionando a Criação da APA do Curiaú. IN: Rosa Acevedo. Nascidos no Curiaú. 1997, p. 7.

numa situação tão forte a ponto de fazer esse poder público “prevaricar” através de ações incoerentes e divergentes de suas responsabilidades, tais como a morosidade burocrática que emperra o processo reivindicatório da comunidade.

A cobiça pela terra, riqueza secular, tem colocado homens e nações em confrontos constantes; porém, o mais alarmante e agressivo é quando esse objetivo de propriedade corrompe consciências, dilacerando histórias, culturas e memórias daqueles que, “obrigatoriamente”, passam a discursar sua origem de acordo com as conveniências momentâneas, contanto que possam garantir a propriedade que têm de direito.

A comunidade do Curiaú vive atualmente o dilema de identificação cada vez mais abalada, em virtude da insegurança que paira quanto ao direito de propriedade da terra herdada pelos escravos. O conflito cotidiano na luta pela área tem trazido uma situação bem mais perigosa, que é a desmemorização conscientemente deliberada, pois ao sentir ameaçado seu direito de propriedade, imediatamente abre mão da história que traz na memória, em favor “daquela” anteriormente descartada, mas que agora é importante, pois de acordo com as leis brasileiras, as terras remanescentes de quilombos pertencem aos negros descendentes.¹⁵

A luta pela propriedade inicia-se em 1988; porém, a sentença de morte do Curiaú já havia sido decretada sete anos antes, através da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, assinada pelo então presidente João Batista Figueiredo, dispendo sobre a criação de “Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental”.

¹⁵ Na memória dos negros velhos do Curiaú, a versão de quilombo como origem do lugar não é lembrada, da mesma forma que é repelida quanto levantada como hipótese.

O artigo sétimo diz que “ As Estações Ecológicas não poderão ser reduzidas nem utilizadas para fins diversos daqueles para os quais foram criadas”, especificando no inciso primeiro, que “ Na área reservada às Estações ecológicas será proibido: a) a presença de rebanho de animais domésticos de propriedade particular; b) exploração de recursos naturais, exceto para fins experimentais, que não importem em prejuízo para a manutenção da boita nativa, ...” (Anexo 10)

Aproveitando-se de tal prerrogativa, o Governo do Estado institui a ARIEC- Área de Relevante Interesse Ecológico e Cultural, através do decreto nº 0024, de 20 de fevereiro de 1990, assinado no fim do mandato de Jorge Nóvoa da Costa, governador “ nomeado” pelo então presidente José Sarney, hoje, Senador da República pelo Estado do Amapá que tem como suplente o referido ex- governador.

Este decreto afirma que o Curiaú é área “ dos descendentes do quilombo ali existente no século XIX”, [sic] e tenta camuflar o objetivo de extermínio da comunidade trazido na lei, através do Parágrafo Único do Art. 2º, que diz: “ ficam reservadas aos habitantes da comunidade do Curiaú, tradicionalmente configurados pela sua descendência, cuja subsistência depende da utilização dos recursos naturais locais, as atividades de caça pesca artesanais comuns às suas tradições e subsistência”. (Anexo 11). Porém, não dispõe quanto à criação de rebanhos de animais domésticos por proprietários particulares, realidade vivida pelos moradores do Curiaú e proibida pela Lei nº 6.902.

Novamente, pergunta-se de que forma e por quanto tempo esta comunidade irá sobreviver, tendo permissão apenas para a pesca e caça artesanais, em detrimento da pecuária e outras criações, que ao longo dos tempos é atividade básica no processo de subsistência da Vila do Curiaú?

Em 1990, após as eleições, os objetivos de cerceamento e redução do espaço de atividades nessas áreas caminham de forma cada vez mais acelerada, e, em 6 de dezembro de 1990, o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA apresentou a Resolução nº 13, encarregando os órgãos públicos responsáveis das unidades, de definir as atividades que possam causar danos à biota. (Anexo 12)

Dois anos depois, a Comissão de Legislação e Normas da Coordenadoria Estadual de Meio Ambiente – CEMA/AP, enviou ao Conselho Estadual de Cultura o processo nº 066/92 – CEC, que “solicita análise e parecer sobre minuta do Decreto que versa sobre a criação da Área de Proteção Ambiental do Curiaú”. (Anexo 13)

Esse processo, que apresenta equívocos desde seu cabeçalho, pois mistura siglas de órgãos remetente e destinatário como se fosse um convênio, apresenta: identificação, relatório, conclusão e parecer, com fraca argumentação e justificativa para a criação da Área de Proteção Ambiental do Curiaú.

Provando completo desconhecimento sobre o que discorre, o documento faz afirmações incorretas sobre homem, tempos primitivos e exploração de recursos naturais: “Sabemos de antemão que a ocupação e utilização dos recursos naturais pelo homem não é racional. Suas atitudes vêm sendo como nos tempos primitivos: a natureza como simples fonte de matéria- prima para satisfação de suas necessidades básicas. Daí, o acelerado mecanismo que desfigura o patrimônio em ritmo mais acelerado do que lhe permitem suas melhores possibilidades de recuperação. Conseqüentemente acontece a exaustão dos recursos não renováveis. O manganês é um deles. Os desequilíbrios biológicos que podem levar à extinção espécies renováveis. Portanto, a preservação do Patrimônio Natural, de qualquer localidade, não é uma opção, mas um imperativo, porque é da natureza que tiramos os

elementos vitais, dos quais vão depender as manifestações, as produções, intercâmbios, enfim a vida sócio- cultural”.¹⁶

A citação supra revela tanto o nível de capacidade técnica da relatora do processo e demais membros da Comissão de Legislação e Normas, quanto da equipe que compõe o Conselho Estadual de Cultura, que corroboraram com a criação da Apa do Curiaú, ao aprovarem o parecer da comissão.

Porém, é importante ressaltar que, dos oitos membros do Conselho Estadual de Cultura, três pertencem concomitantemente à Comissão de Legislação e Normas, entre as quais inclui-se também a relatora do processo.

Associado ao desconhecimento científico está o descomprometimento político com as minorias e grupos étnico-culturais do Estado. Os técnicos dos órgãos públicos do Amapá parecem versar sobre assuntos de outros Estados e não do seu; apartam-se da realidade que lhes dá berço, e da qual jamais deveriam abdicar, para fazer o discurso da classe dominante, consolidado através de projetos e leis governamentais, que, contrariamente ao que dizem e parecem à primeira vista, dizem a cultura do Estado com a mesma intensidade com que propagandeiam preocupação com a preservação, argumentando daí a necessidade de tais projetos.

O relatório não condiz com a verdade histórico – cultural e com o dia –a –dia dos povos da floresta amazônica, que ao longo dos séculos tem se relacionado com a natureza, sem exterminar suas fontes “ para satisfação de suas necessidades básicas”. Se o extermínio dos recursos naturais depender da exploração de subsistência realizada cotidianamente pelo

¹⁶ Processo nº 066/92 – CEC, da Coordenadoria Estadual de Meio Ambiente – CEMA/AP, expedido em 1 de setembro de 1992.

homem “nativo”, esta jamais se esgotará, pois a depredação está concentrada nos “Grandes Projetos”, nas “Grandes Empresas” e “Grandes Capitais”, tanto nacionais quanto internacionais.

Citar o manganês como exemplo para fundamentar “discurso de preservação” indica vontade de doutrinar no lugar de convencer, pois, hoje, até o homem simples, iletrado e morador dos lugares mais longínquos do Estado sabe o que aconteceu, ou melhor, sabe porque e onde está a jazida desse minério; ao mesmo tempo que também tem consciência que se o manganês do Amapá fosse explorado apenas pelo homem da terra, para “satisfazer suas necessidades básicas”, este ainda existiria no Estado.

O perigo está justamente no caráter e objetivo daquilo que o próprio parecer defende como *imperativo* para a vida sócio – cultural, “os intercâmbios”. Esta é uma concepção burguesa e mercantilista, que visa apenas os “lucros” trazidos pelas negociações que favorecem “os de fora”, em detrimento dos povos originários do lugar.

Contrariamente ao que afirma o documento, não foi e não é o “homem primitivo”, em suas relações com os recursos naturais, quem depreda e extermina a natureza e suas fontes, pois se assim o fosse nada mais teríamos para explorar, principalmente da forma como o fazemos, e nem teríamos sobrevivido para denunciar isso.

O processo traz outras afirmações também nada elucidativas ou convincentes sobre o assunto em pauta, por isso recorre a sustentações vazias: “Temos um dado estatístico fornecido por Darcy Ribeiro, em um Fórum de Secretários de Cultura, em 1984, e queremos crer (o grifo é nosso) que as proporções não se alteraram em 1992, de que 94% dos bens tombados, pelo Patrimônio Nacional, são arquitetônicos, 4% são móveis, e 2% são paisagísticos. Sabemos que, quase todo o Patrimônio tombado, portanto considerado de

primeira importância, é dos séculos XVI, XVII e XVIII. A maior parte deles em Minas, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, privilegiando os traços de europeização. Do ponto de vista da africanidade pouco se faz”.¹⁷

Essa “argumentação” peca primeiramente pelo achismo de um “queremos crer” e não pela busca sistemática, analítica e comprobatória dos dados, oito anos depois de seu levantamento inicial, e, em segundo lugar, por sugerir que as características arquitetônicas européias no Brasil encontram-se apenas em Estados como Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

A “europeização” do Brasil aconteceu em todos os Estados e de todas as formas: arquitetura, hábitos, costumes, religião e outras, formando a mentalidade etnocêntrica também encontrada no documento em epígrafe: “... preservar uma coisa que tem certo valor histórico – cultural mas que a comunidade, no caso Curiaú, não consegue entender de imediato, e assim não possa participar do processo de preservação”.¹⁸ (o grifo é nosso)

O poder estatal, e conseqüentemente, os órgãos públicos do Estado olham o povo do Curiaú como “ignorante” e “incapaz”, por isso se acham no direito de “decidir e tutelar” uma comunidade que existe há mais de 200 anos e que, a duras penas, tenta resistir aos seus direitos de espaço, hábitos e costumes, apesar das “interferência externas”.

Contrariamente ao que pensam e dizem os técnicos, o povo do Curiaú entende sim todas as questões que lhes cercam, entende muito mais do que imaginam aqueles que o acham ingênuo ou ignorante, e provam isso quando lutam pela preservação de seus direitos

¹⁷ Se nos Estados citados, locais onde ocorreu a maior concentração negra do país, não se encontra características ou resquícios “do ponto de vista da africanidade”, obviamente não há o que tombar. Por outro lado, a Amazônia não será o espaço ideal onde se deva procurar tal acervo, pois aqui a presença negra se deu de forma insignificante diante dos Estados citados.

¹⁸ Idem, Ibidem.

através de ações judiciais, ou de atos políticos de denúncia e mobilização, entre tantos outros que têm feito durante esse período em que percebem a cobiça e invasão de estranhos no seu espaço.

Após vinte e sete dias do parecer aprovado, o então governador do Estado criou a Área de Proteção Ambiental – APA do Curiaú, através do Decreto nº 1417, baseado no artigo 8º da Lei nº 6.902, e , artigo 9º da Lei nº 6.938.

Na mesma data, 28 de setembro de 1992, respaldando-se no Art. 25, § 1º da Constituição do Estado do Amapá, o Governo do Estado também decretou, através do documento nº 1418, o tombamento da Vila do Curiaú pelo Estado do Amapá.

Em 23 de fevereiro de 1997, já na administração do atual governador, João Alberto Capiberibe, celebrou-se o convênio nº 001/97, para implantação do Projeto Apa do Curiaú. (Anexo 14)

Em 15 de setembro de 1998, a Lei nº 0431 revogou através do Art. 10, os Decretos (E) nº s 0024, 0038 e 1417, instituindo a Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú. (Anexo 15)

A partir daí, o destino do Curiaú não está somente traçado, mas consolidado, por mãos e idéias de pessoas estranhas à realidade da Vila. Os Planos e Projetos para “ preservar a área” proliferaram e envolvem recursos financeiros também privados, contando com a supervisão , administração e fiscalização do Órgão Estadual de Meio Ambiente, com a “colaboração” indefinida de autoridades federais, estaduais e municipais, além, é óbvio, da participação de Organizações Não- Governamentais, recurso imprescindível e freqüente em todas as ações da administração do governo do “ Desenvolvimento Sustentável”.

Capítulo II

A FORMAÇÃO DA VILA

A evidência oral, transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não só é a mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira.

(Paul Thompson. A voz do passado)

2.1 - A Importância da Memória e a Heterogeneidade das Histórias Contadas na Comunidade

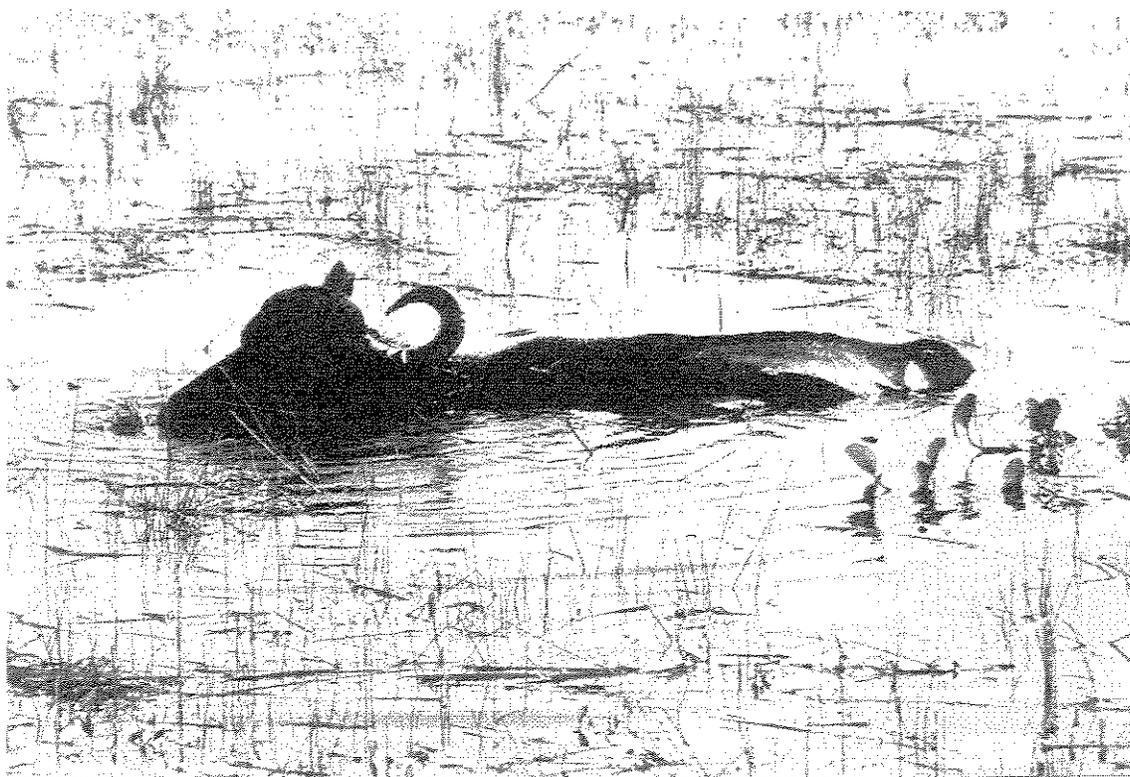
As histórias aqui contadas são fruto da gentil colaboração e das lembranças de Waldivino Soares Ramos (71 anos); Sebastiana Miranda do Rosário (70 anos); Joaquim Tibúrcio Ramos (78 anos); Tereza Rosa dos Santos (não sabe a idade); Maximiliano (85 anos); Francisco Damásio Ramos (99 anos); Joaquim Assunção Ramos (66 anos).¹

O tema comum é a comunidade de negros existente no estado do Amapá, distante a 14 km do centro de Macapá. Essa Vila, hoje denominada “Curiaú”, data da segunda metade do século XVIII e sobrevive até nossos dias da agricultura, pesca e pecuária de subsistência.

Inicialmente denominada de CRIAÚ, que significava “criar gado”, pois “CRIA” é igual a criar e “U” igual a gado, ou melhor, “U U U U ...”, com o intuito de mostrar o “mugido” e ou o barulho característico emitido por esse animal. Curiaú era, portanto, um lugar propício para criação de gado, pois, na óptica dos primeiros habitantes, a vegetação e o grande lago existente

¹ Relação dos depoentes da Vila do Curiaú, cujos relatos foram prestados no período de 08 a 27/08/1996.

no lugar eram fundamentais ao pasto bovino. Sobre esta primeira denominação, também existem controvérsias, pois alguns dizem que não era “U” e sim “MU”.



A mudança de Criaú para Curiaú não foge, portanto, à regra das controvérsias sobre quase tudo que ali é contado. Segundo alguns relatos, Curiaú passa a existir com a primeira professora que achou incorreta a expressão dada à Vila; outros dizem que as pessoas tinham dificuldade para pronunciar, atrapalhando-se ao falar, e assim, gradativamente, o nome foi mudando sem que a própria comunidade percebesse; a grande maioria não sabe explicar como ocorreu essa mudança; porém, todos sabem dizer que o nome “verdadeiro” é CRIAÚ, pois seus ancestrais assim lhes contaram. Tais informações foram colhidas em alguns artigos que fazem parte do acervo da Biblioteca Pública do Estado do Amapá e também dos relatos que nos foram prestados por esses moradores da Vila, durante nossas visitas.

Os primeiros contatos nos mostram a existência de várias versões sobre a origem da Vila. Alguns contam que um senhor chamado Miranda, morador de uma área localizada na BR

156 próximo ao km 9, numa vila chamada “Cupiipim”, que outros dizem chamar-se Jarrilândia, enquanto alguns dizem que o nome da localidade era Ilha Redonda, mandou que um de seus sete escravos (todos irmãos), chamado Francisco Inácio, procurasse mel de abelha pela redondeza. Ao adentrar a mata fechada, “varando” de uma “ressaca”² para outra, o escravo chegou até o lago e a imensa área hoje chamada de Curiaú.



Francisco Inácio deslumbrou-se com a beleza natural do lugar e principalmente com a riqueza da vegetação propícia ao pasto de gado que, associada ao lago, é ideal para criação bovina e cultivo agrícola.

Ao retornar, o escravo comunicou ao senhor Miranda sobre a área encontrada, informação assim traduzida nas palavras do senhor Joaquim Tibúrcio: “É sinhô, tem um terreno aqui perto que dá pra criar boi”. No dia seguinte, o senhor Miranda, seus sete escravos e toda a boiada rumaram para o local, onde inicialmente construíram um curral para guardar o gado,

² Vegetação de Várzea.

pois temiam que ele voltasse à Vila Cupuipim ou Jarrilândia. Como isso não ocorreu, edificaram a casa com estrutura para verão e inverno³, pois pelo fato de ser área de “ressaca” na época do inverno, o lago enche e atinge um nível muito elevado, chegando a cobrir o assoalho das casas. Daí a necessidade de edificações com as características das que existem no Curiaú.



Segundo as narrativas, o senhor Miranda e seus sete escravos viveram lá até a morte do senhor que, não tendo filhos, deixou seus bens para os sete irmãos escravos. Desse dia em diante, a propriedade passa a ser uma comunidade dos negros que, de posse da terra e dos bens herdados do senhor Miranda, iniciam o trabalho agropecuário em forma de subsistência.

³ Casa com assoalho bem elevado e esteios de sustentação expostos com o mínimo de 1,30m de altura.

Na trilha dessa história, alguns dizem que o escravo buscava alimentos, versão que nos causa estranheza, à medida que eram habitantes da Vila Cupuipim, localizada em área frutífera, com solo fértil e criação de reses. Portanto, que tipo de alimento poderia estar buscando o escravo Francisco Inácio a mando do senhor Miranda?

Outros depoimentos dizem que o escravo procurava o gado fugido da Vila de Cupuipim, que “quebrou” durante a noite dos cuidados de Francisco Inácio, deixando-o em situação difícil diante do senhor Miranda, fato que o obrigou no dia seguinte a acompanhar o rastro, levando-o à ribanceira da qual visualizou os animais espalhados à beira do lago até então desconhecido; outros contam que o escravo estava com o gado em boiada.

Convivendo com estas versões, temos explicações para a formação da Vila onde se afirma que, após a morte do senhor Miranda, a senzala e a casa grande foram substituídas por pequenas casas de buriti, cobertas com folhas de bacaba e cercadas por galhos de miritizeiros. Os escravos passaram a habitar o lugar na condição de proprietários, daí a gleba pertencer a todos, o que demonstra a importância desse universo social, pois até nossos dias não há um único proprietário da área total. Mesmo os lotes onde situam-se as casas de moradia não são garantias de patrimônio imobiliário, as cercas tem como finalidade evitar que animais invadam e destruam as plantações, cuja colheita é apenas para subsistência da família.

No rol e a despeito de todas essas histórias, um nó não consegue ser desatado. Nenhum morador do Curiaú explica como ocorreu a expansão da comunidade e a formação das famílias, pois os sete escravos eram irmãos, somando-se ao fato de que naquela época estavam muito distantes de Macapá, Mazagão e outros municípios do Estado, já que o sistema de transporte e as estradas eram precários.

O transporte fluvial através das canoas, provavelmente, é o agente facilitador e responsável pelos namoros e casamentos “com as primas”, que o Seu Joaquim não consegue explicar de onde surgiram. Tornando-se, também, para nós uma teia de difícil acesso, pois realmente encontra-se nos livros de registro da época uma comercialização intensa de negros, vendidos quase sempre em famílias inteiras. “As longas distâncias entre as propriedades, as dificuldades de comunicação e o número reduzido de escravos nos plantéis contribuíram para uma convivência mais próxima entre escravos e senhores, e aqueles souberam valer-se dessas condições. Muitos dos plantéis menores eram compostos de membros de famílias escravas. São poucos inventários em que não aparecem juntos mães e filhos, sendo comum encontrar senhores possuindo duas e até três gerações de uma mesma família em suas propriedades”⁴

Não encontramos nenhum documento do senhor Miranda enquanto proprietário de sete escravos, situação que nos parece irrelevante ou até “normal”, em uma época com escassez pela administração num local como Macapá, início do Brasil e isolado do resto dele.

Alguns relatos apontam no sentido de explicar o surgimento da Vila pela formação de um “Quilombo”, cujos escravos fugiram pelo Rio Amazonas dos maus tratos sofridos por ocasião da construção da “Fortaleza de São José de Macapá”.

Outros, admitem tanto a história do escravo Francisco Inácio quanto a versão do “Quilombo”, pois escutavam os ancestrais falarem sobre o Mocambo existente numa área bem interna e distante do espaço que hoje conhecemos como Curiaú de Fora e Curiaú de Dentro, que

⁴ Eurípedes A Funes. In João José Reis e Flávio dos Santos Gomes. Liberdade por um Fio. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.71.

podem ser considerados apenas o início do Curiaú pela entrada no sentido de Macapá, pois a área do Curiaú é de 23.000 ha.



Em virtude da localização geográfica do Mocambo, os negros refugiados redobram o trabalho que garantiria a sobrevivência num local que lhes era ideal pela distância da capital e portanto dos aparelhos repressivos da polícia, justiça e dos capitães do mato, somando-se à riqueza do solo favorável, não somente ao pasto bovino e ao cultivo de culturas agrícolas da região, mas sobretudo pelo lago majestoso que lhes proporcionava pesca abundante e tráfego para outras regiões, motivados tanto por necessidades de relações sociais com negros de outras localidades como Mazagão e Igarapé do Lago, ou conduzidas por necessidade de fugas abruptas.

Entretanto, sabe-se que a escravidão na Amazônia apresenta características afins, tanto na questão geográfica quanto nas relações entre senhores e escravos, distanciando-se daquelas travadas nas regiões açucareiras, mineradoras e cafeicultoras: “Na Amazônia a

escravidão negra não foi tão expressiva (...) As fontes documentais têm demonstrado que o escravo, como indivíduo, mesmo limitado por estatuto social conseguia espaço para negociar, manifestar-se como agente histórico convivendo num ambiente social do qual fazia parte o seu senhor (...) Alcançar os parceiros, buscar um lugar seguro fora do alcance da perseguição, onde fosse fácil encontrar alimento junto à natureza, eram elementos que também estavam nos planos dos negros...”⁵

Esta história de quilombo, quando contada nos relatos dos negros velhos do Curiaú, apresenta-se a nós de forma muito mais superficial que a história de Francisco Inácio. Em todos os relatos, percebe-se a espontaneidade imediata ao contarem a versão do escravo do Sr. Miranda, mas quando aponta-se para a possibilidade de quilombo, os negros a rejeitam de forma incisiva, imbuídos talvez dos mandamentos ordeiros, pacíficos e harmoniosos de grande parte da historiografia sobre a sociedade brasileira, de cunho positivista, que combate a crítica e as histórias de luta, esteriotipando sempre no sentido de colocar na marginalidade todos os que lutaram e lutam por liberdade.

Os negros velhos do Curiaú demonstram de forma atitudinal constrangimento à possibilidade de serem herdeiros de fugitivos, percebendo-se até um certo desejo de que é melhor não lembrarmos dessa parte doída e discriminatória da história.

Diante do olhar esboçado na trajetória das narrativas, chega-se a sentir os efeitos da discriminação racial e social com a qual, hoje, os velhos do Curiaú tentam de imediato romper, pois aos seus olhos apenas a inferioridade imposta pelo colonizador se faz presente e eles não querem se sentir inferiores.

A perspectiva de luta, de garra, de construtores de uma sociedade com economia alvissareira, pelo trabalho com a cana de açúcar, passa sempre despercebida de suas mentes

⁵ Funes In: Reis e Gomes, p. 470- 72- 75.

sacrificadas pelas idéias dominantes. Apenas alguns conseguem encontrar em suas memórias, de forma bastante superficial, a informação mais recente vinda dos órgãos estatais que descendentes de quilombos, hoje, têm direito inalienável e sagrado à área de terra que antes foi considerada profana, por ser local de refúgio e de articulação de combate contra os brancos que continuam sendo os detentores do poder, mas que, hoje, tentam mostrar relações diferentes das que antes eram travadas com os negros.

O trato atual dos governos sobre as terras que possivelmente são remanescentes de quilombos, apresenta-se aos olhos da sociedade, em sentido mais imediato e simplório, como uma forma de se redimir e ou recompensar injustiças, maus tratos e massacres impostos à raça que construiu a infraestrutura desta nação durante longo período. Essa forma “romântica” de conduzir a história dos negros é por eles assimilada com facilidade, à medida que a propriedade da terra é colocada como prêmio de consolação, trunfo inteligentemente articulado, por ser imprescindível e fundamental na sociedade da propriedade privada. A posse da eterna riqueza - a terra -, tem caído como uma luva para o discurso de abolição e de igualdade.

Enganam-se os que pensam que os negros assimilaram “liberdade”. Hoje, mais do que antes, são receosos, temem talvez a perda de suas conquistas. Nesse momento, o discurso do quilombo é reconstruído, como forma de trincheira contra situações conflitivas, impostas por empresas e órgãos estatais, quando as primeiras tentam, aos poucos, invadir e apropriar-se do espaço, enquanto os segundos ali instalam-se, implantando programas e programações nem sempre bem vistas pelos moradores mais velhos. O “Macapá Verão” é sentido como agressão por essa parcela de moradores, que reclama a todo instante também dos hábitos novos assimilados nesse tipo de programação, que nada mais é do que bebedeira e ociosidade.

A memória do negro velho do Curiaú, que a princípio tende negar o quilombo, em virtude da carga valorativa ainda presente desde seu surgimento na sociedade escravista, que

reduz o negro guerreiro à condição de “gente de mocambo”; portanto, desqualificando moralmente e inferiorizado na sociedade,⁶ desestabiliza-se, confunde-se, quando percebe esse discurso como sua proteção e salvação diante da presença branca, com possibilidades aos seus olhos de retorno ao poder sobre a terra; isso os leva a reconstruírem sua identidade como remanescentes de quilombos.

A possibilidade de perigo e o possível risco de perda, constróem representações sociais de descendentes quilombolas, os direcionando de imediato no sentido de assegurar a propriedade nas terras e nas águas; ao mesmo tempo que buscam reforço da identidade racial nas suas mais tenras representações , rituais simbólicos e na reconstrução do grupo familiar e comunitário com as relações de parentesco e compadrio muito mais fortes.

Diante dessa situação, observa-se a importância da memória que, dialeticamente, “passa a ser feita nesse jogo aberto e preciso de associações entre hoje e ontem. Significa ativar de forma especial o passado, referenciando-o ao presente, trazer a experiência vivida pelo indivíduo que lhe permita resignificar valores relacionados a sua vivência social”.⁷

Os relatos antagônicos são conhecidos pelas partes contraditórias; porém, ao prestarem as informações sobre o surgimento da Vila do Curiaú, fazem-no com muita naturalidade e certeza, como se a sua verdade fosse a única. Tal situação nos parece fruto da autoridade outorgada pelos comunitários “comuns”, ou seja, “aqueles que não conhecem a história pela memória”, pois qualquer visitante que deseje informações é conduzido imediatamente aos “narradores chaves”, que detêm na memória o privilégio dessa história .

⁶ Rosa Acevedo e Edna Castro. Negros do Trombetas Guardiães de Matas e Rios. 2ª ed. Belém: Editora Cejup, 1998, p. 211.

⁷ Idem, p. 213.

Pode-se inferir que a comunidade até demonstra certa irresponsabilidade com a memória, à medida em que alguns negros velhos da Vila recebem outorga para preservar as origens da comunidade: “Quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar nenhum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens- memória”.⁸

Esses homens são considerados bons narradores e, acima de tudo, preservadores da saga de seus antepassados, responsáveis, portanto, pelo resgate da história passada de sua raça, que pouco é revelada nos documentos escritos. Dessa forma, temos o privilégio de conhecer uma história que só está na lembrança dos velhos do Curiaú, mas que é história, pois segundo Regina Helena Alves da Silva, “Separar a memória da história significa destituí-la de toda historicidade e tirar dela o caráter de testemunho”.⁹

A história do Curiaú pode não ser afinada entre as falas e memórias; porém, destaca-se como a história de uma comunidade que ainda permanece resistente às influências, invasões e a qualquer tipo de desgaste. Independentemente do Curiaú ter sido quilombo ou não, os negros do lugar reconstróem, dia após dia, sua identidade racial através da manutenção de seus costumes, cultura e religião.

2.2 A Homogeneidade das Histórias Publicadas Sobre a Comunidade

Motivados pela organização dos movimentos negros no país, que começam a recontar a história de sua raça, debatendo o papel e a importância dos quilombos no Brasil, tomando

⁸ Pierre Nora. Entre Memória e História. A problemática dos Lugares. In. História e Cultura. Projeto História nº 10. São Paulo: Puc, 1993, p. 18.

⁹ In. Olga Simson. Os Desafios Contemporâneos da História Oral. Campinas: Centro de Memória- Unicamp, 1997, p. 249.

sempre como referência Zumbi e Palmares, observa-se, principalmente do fim da década de 1980 em diante, um interesse e o surgimento mais freqüente de artigos tratando do assunto. Todos desejam apresentar produções sobre a óptica dos movimentos onde os negros passam a ser objeto de consideração enquanto raça construtora do país pelo trabalho escravo na lavoura da cana de açúcar, e ao mesmo tempo, vilipendiados em seus direitos humanos, provocando reações através das fugas em busca da liberdade, só possível pela organização e construção dos quilombos, que, em nossos dias, passam a ser vistos enquanto perspectiva de garra, coragem e luta contra qualquer tipo de opressão imposta pelo colonizador.

No Amapá, estudiosos voltam suas atenções para comunidades de concentração negra, objetivando contar sua história, características, hábitos, costumes, crenças, cultura e, acima de tudo, “batizá-los” como remanescentes de quilombo, o que obviamente reporta a área como um lugar tombado por outrora ter sido refúgio de negros.

A comunidade do Curiaú que, a princípio, não conta essa história e não a queria ter na memória, escuta passivamente “os de fora” assim a contarem e lança mão dela nos seus momentos de conveniência, pois há um alarde muito bem articulado por parte de poderes públicos e intelectuais em afirmar que o Curiaú foi quilombo.

Em alguns momentos, ser descendente de escravo pesa vergonhosamente aos moradores da Vila, em virtude das características e condições estruturais que essa raça ainda carrega até nossos dias. No Curiaú, não existem negros letrados, o acesso à educação não lhes foi concedido - ainda hoje só existe uma escola na comunidade - ; portanto, são carentes quanto ao poder crítico de reflexão sobre sua trajetória e história na sociedade brasileira, assimilando, informalmente, o discurso da classe dominante e sentindo as relações desiguais vividas no dia a dia, apesar de que os “não negros” tentam camuflar a discriminação exercida sobre essa raça, tanto no presente quanto no passado.

O segundo ponto ressaltado por Carr, e que segundo ele é o mais difundido, volta-se para a questão de tentarmos compreender o interlocutor através da nossa imaginação. Paulo Amorim insere-se nesse contexto quando “imagina” que o senhor Joaquim Ramos considera benéfico a danceteria ali instalada no início da década passada. Quem conhece o seu Joaquim e com ele dialoga sabe o quanto reclama do estabelecimento, que além de incomodar com o barulho lhe incomoda muito mais por “desviar” de suas tradições os jovens daquela comunidade. Isso pode ser comprovado no próprio documento, quando registra a fala de um dos moradores mais antigos “Antes tudo era mais farto, tudo em muita abundância; hoje, não. O lugar inclusive era mais tranqüilo”. A tranqüilidade do seu Joaquim desapareceu com a instalação da danceteria ao lado de sua residência.



Ao receber as informações, o autor do documento se deixou envolver talvez pela imaginação e incluiu a danceteria no rol dos benefícios. A imaginação do “historiador” Paulo Amorim também pode ser retratada em outras afirmações desordenadas, como por exemplo “em uma sociedade de subsistência, onde o que se comia era o que se plantava, a terra diminui e com isso, o alimento” (o grifo é nosso).

De que forma a terra diminui? E, nesse caso, como ocorreu a diminuição da terra do Curiaú? Sabemos que da área propícia para a produção e da gleba total não foi tirado sequer um metro da propriedade; portanto, a terra não diminuiu. Mais informações identificam-se à segunda característica apontada por Carr, já que Amorim traz para a coluna intitulada “Problemas” informações compactas e superficiais sobre as ladainhas rezadas em latim nas igrejas católicas da comunidade, cujas festas são realizadas ao ritmo do *Batuque e Marabaixo*, músicas e danças herdadas dos escravos.

Num país rico em sincretismo, com antigas e grandes festas sistemáticas onde coexiste sagrado e profano, causa-nos surpresa que, no novo milênio, ainda possamos identificar “problemas” em algo já tão “corriqueiro e normal”, seja para as comunidades que assim vivem seu cotidiano, seja para aquelas de fora dessa realidade.

As condições de existência humana da época em que vive o historiador, são o terceiro ponto destacado E.H.Carr, mostrando mais uma das fragilidades do historiador que podem interferir nos documentos.

Apesar do documento clamar por uma política preservacionista para o rico patrimônio ambiental e de histórias que acumulam quase 200 anos, ilustrado por uma fotografia com a paisagem orgulho da Vila, o autor olha esses dois séculos através dos conceitos modernos de estrutura e infraestrutura urbana, quando refere-se à necessidade do asfalto enquanto solução para o excesso de poeira. Da mesma forma quando finaliza, afirmando a falta de consciência daquela

comunidade e reforçando o raciocínio de sua época, dizendo que “devido a uma falta de estrutura, as casas típicas construídas em bambu foram todas substituídas por madeira pré fabricada”.

2.2.2 A Vila do Curiaú

As pequenas e poucas publicações sobre a Vila do Curiaú, encontradas como fontes de pesquisa no acervo da Biblioteca Pública do Estado do Amapá, apresentam características homogêneas quanto à versão da origem da Vila, havendo também um clamor pela preservação do “sítio histórico e ecológico” daquela área.



O documento publicado pela Imprensa Oficial, intitulado *Patrimônio Histórico Cultural do Amapá*, (Anexo 2) ao dedicar um pequeno artigo sobre a Vila do Curiaú, o faz afirmando que aquela população é remanescente de escravos e murmura a existência das várias versões sobre o assunto. Porém, tende seu peso para a origem do quilombo quando informa, com destaque, que um pesquisador amapaense relata a gênese do Curiaú enquanto um quilombo que

abrigava os negros fugidos de todas as partes, sendo porém originada dos pioneiros fugitivos da Fortaleza de São José de Macapá.

Esse artigo, reforça a visão de homogeneidade no discurso direcionado à história do quilombo como proposta articulada “de Ventriloquos e Historiadores”, que sem qualquer trabalho de pesquisa colocam na boca dos indivíduos narrativas que jamais lhes foram contadas, situação considerada muito grave pois “O historiador está agindo de forma semelhante ao famoso personagem circense que põe seu boneco no colo e, com uso de valiosa e adquirida habilidade, faz com que a platéia ouça o que ele mesmo diz, com a ilusão de que as palavras saem da boca do boneco”¹⁴

A história e a área do Curiaú passam a ser oficialmente remanescentes de quilombo, a partir dessa afirmação que, aos poucos, foi chegando aos ouvidos e sendo reproduzida por todos. Assim, tanto a população em geral quanto os negros da Vila passaram a comungar de uma verdade homogeneizada de mentalidade coletiva, o que faz lembrar as palavras de Carlo Ginzburg: “Insistindo nos elementos comuns, homogêneos da mentalidade de um certo período somos inevitavelmente induzidos a negligenciar as divergências e os contrastes entre as mentalidades das várias classes, dos vários grupos sociais, mergulhando tudo numa mentalidade coletiva indiferenciada e interclassista”¹⁵

Essa história sobre a origem da Vila do Curiaú tomou proporção ao ponto da área ser tombada e reconhecida pelo Patrimônio Histórico Cultural e Fundação Palmares, como remanescente de quilombo. (Anexo 3)

¹⁴ Paulo Miceli. História. Histórias. O Jogo dos Jogos. Coleção trajetória 4. Campinas: IFCH/UNICAMP. 1996 p.357.

¹⁵ Ronaldo Vainfas. História das Mentalidades e História Cultural. In Ciro Flamarion e Ronaldo Vainfas. Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia. 4ª ed. São Paulo: Editora Campus. p.151.

Observa-se, aqui, o poder tomado pela palavra nos escritos dos “historiadores”, que transformam sua própria história em história oficial, a despeito do que diz a história oral nos depoimentos dos moradores da Vila.

Os “ventríloquos” do Curiaú fecham-se para outras verdades e carregam o discurso unilateral, ignorando as histórias contadas na comunidade. Suas afirmações despontam como axioma soberbo daqueles “que sabem” e que exauriram o fenômeno, sonogando aos demais a oportunidade de revelarem outros aspectos e verdades contidas nessa mesma realidade. Comportamento contrário ao pensamento de Gombrich, quando diz que duas pessoas não procuram a mesma coisa numa paisagem e, ao compará-la em representações, não espera-se que uma seja mais correta que a outra. Salienta que o resultado disso não é o relativismo, e sim o reconhecimento por um estilo escolhido.

Dessa maneira o estilo surge como um “...‘sistema de notação’, como um protocolo provisório ou etiqueta. Quando observamos a obra de um artista – ou, no caso, de um cientista – não indagamos se ele vê o que veríamos no mesmo campo de fenômenos gerais, mas se introduziu ou não em sua representação alguma coisa que poderia ser considerada como informação falsa por alguém que é capaz de entender o sistema de notação utilizado”¹⁶

2.2.3 Curiaú: Encantos, Crendices e Lendas

A intenção em afirmar o Curiaú enquanto quilombo é visível através da homogeneidade dos discursos presentes nos textos até hoje publicados sobre essa comunidade de negros, mesmo quando o tema não sugere imediatamente questões concernentes à origem do lugar.

¹⁶ Hayden White. Tópicos do Discurso. Ensaios sobre a Crítica Cultural. São Paulo: USP, p. 59.

O texto em pauta e também título deste sub-capítulo, assinado por Ilka Teixeira Figueiredo e Rosângela do Socorro Ramos, (Anexo 4) não foge à regra e prioriza informações sobre o surgimento da Vila, afirmando que foi através dos horrores da escravidão e colonização que os negros escravos oriundos do Mazagão Velho, hoje município de Mazagão, fugiram dos maus tratos sofridos na época da construção da Fortaleza de São José de Macapá, resolvendo então formar um “núcleo integrado”, mas, ao mesmo tempo, considera que essa formação deve-se ao fascínio que a beleza e fertilidade do lugar exerceram sobre os escravos.



Estamos diante de um paradoxo. Afinal, foi a colonização e a perversidade exercida pela escravidão ou foi a beleza e fertilidade do lugar que conduziram os negros escravos à área da Vila? Aqui está o grande problema quando se trata do Curiaú, ou seja, a indefinição de informações devido à falta de pesquisa permite que todos possam afirmar o que quiserem.

Ao escreverem sobre o Curiaú os “historiadores abruptos” impõem a sua verdade, fato que, na realidade, não foge à regra do comportamento também praticado na sistemática científica do estudo histórico, pois a interpretação está sempre respaldada a partir de interferências ou de especulações, pois obviamente, as abordagens tomadas pelo historiador apresentam características e distâncias fundamentais do caminho percorrido pelo “improvisador histórico”.

Hayden White analisa em *Trópicos dos Discursos* as narrativas históricas e a produção de imagens, destacando o empenho de reconstruir os acontecimentos passados. “...no empenho de reconstruir ‘o que aconteceu’ num dado período da história, o historiador deve inevitavelmente incluir em sua narrativa um relato de algum acontecimento ou conjunto de acontecimentos que carecem dos fatos que poderiam permitir uma explicação plausível de sua ocorrência. E isto significa que o historiador precisa ‘interpretar’ o seu material, preenchendo as lacunas das informações a partir de inferências ou de especulações”¹⁷

Tratando-se dos escritos existentes sobre o Curiaú, as inferências e especulações vêm sendo feitas na “contra-mão das histórias” e inversamente à prática sistemática utilizada pelos teóricos da historiografia, pois nos parece que não há interpretação fruto de relatos sobre o conjunto dos acontecimentos, impedindo portanto uma explicação plausível da ocorrência dos fatos. Porém, os escritos sobre o Curiaú têm apresentado uma afinidade: a afirmação de que esse lugar outrora foi um quilombo; mas, no decorrer da produção, as controvérsias e as lacunas de informações dos próprios autores apresentam-se aos nossos olhos e à nossa reflexão sobre o período da escravidão brasileira, cujo horror imposto aos negros escravos jamais lhes permitiria

¹⁷ Idem, p.65.

pensar prioritariamente em fugas para um lugar privilegiadamente belo. Fértil talvez sim, bastante distante também; porém, encantos com a beleza parecem-nos pouco provável, pois os mesmos não tinham permissão para passeios, situação que lhes impedia de conhecer outros lugares fora dos limites da senzala e da propriedade na qual eram escravos. Por outro lado, segundo o próprio texto, esses escravos fugiram dos maus tratos sofridos na obra de construção da Fortaleza de São José de Macapá, o que leva-nos a crer que beleza não era situação imprescindível para os negros naquele momento histórico.

A fragilidade dos textos produzidos sobre o Curiaú inexistente quando o objetivo maior é instituí-lo enquanto quilombo, mas está imponentemente presente quanto à carência de pesquisa e de relatos, pois não se consegue separar o essencial do supérfluo e excluir fatos irrelevantes do propósito narrativo. É óbvio que um texto que aborda Encantos de Crendices e Lendas necessita localizar-se geográfica e historicamente para, depois, poder apresentar seu objetivo central.

O texto em pauta inverte os papéis e apresenta-se aos mais atentos como uma mistura forçosa de eventos explicados inadequadamente, concluídos pelo ouvir dizer e assim repetirei, ou seja, norteado acriticamente apenas pelo senso comum. A ciência histórica, apesar de aparente e erroneamente considerada muito comum e ao alcance de qualquer um, não abre mão de seus critérios e sistemáticas, portanto, “Uma narrativa histórica é, assim, forçosamente uma mistura de eventos explicados adequada e inadequadamente, uma congêrie de fatos estabelecidos e inferidos, e ao mesmo tempo que é uma interpretação que é tomada por uma explicação de todo o processo refletido na narrativa”¹⁸

¹⁸ – Idem, p.67.

Esse exercício é exigido ao historiador que, antes de tudo, deverá ter feito investigação dos fatos para poder ter condições de lançar mão dos recursos disponíveis de inferências e especulações no processo de interpretação, sem esquecer jamais os rigores exigidos para chegar-se ao conhecimento histórico.

As informações sobre o título do texto aparecem do quarto parágrafo em diante, relacionando oito tipos de lendas supostamente contadas pelos moradores da Vila: o fantasma, a cobra grande, o bode, a árvore e o soldado, o carrega, o cabeça de fogo, o lobisomem e a galinha choca; histórias mitológicas que transmitem crenças inerentes à cultura amazônica; porém, algumas vezes parodiando não somente lendas de outros lugares dessa mesma região, mas também mitos internacionais.

A lenda do cabeça de fogo conta a mesma história da Matita Perera, que, no dia seguinte de sua aparição, vem buscar em sua forma humana de moradora da redondeza o tabaco prometido pela pessoa que deseja conhecê-la. O homem que vira porco e não lobo e agride as pessoas encontradas pelo caminho é transportado diretamente da Transilvânia para a Vila do Curiaú, com o mesmo cognome da América do Norte. Sobre esse mesmo tema é citada a história de que a mãe com sete filhos homens e nenhuma mulher terá o seu caçula dotado com um dos oito dons relacionados acima, crença também semelhante à formação do lobisomem brasileiro que é o sétimo filho de uma família de seis mulheres.

As informações contidas no texto e supostamente contadas pelos moradores da Vila parecem caminhar com afinidade ao pensamento de Nietzsche que via a interpretação inerente à objetividade do dramaturgo, pois a tarefa do historiador era pensar dramaturgicamente e o verdadeiro valor tem seu ápice em "... inventar variações ingênuas sobre um tema provavelmente

corriqueiro, em elevar a melodia popular a símbolo universal e em mostrar o mundo de profundidade, poder e beleza que existe nela”¹⁹

Parece-nos que essa é a óptica daqueles que têm escrito sobre a comunidade de negros chamada Vila do Curiaú. Suas produções aproximam-se do *status* epistemológico da história, cujo grupo é caracterizado como literário mas que também admitem a interpretação no relato do passado.

Lévi-Strauss já lembrou a distinção entre a história e o mito, mostrando o caminho da estrutura objetiva, cujas datas justificam as relações entre os tempos trabalhados pelo historiador que, mesmo apto a fazer relações entre o antes e o depois, não está isento de interpretar miticamente seu material.

2.2.4 O Batuque de São Joaquim do Curiaú: Um Pouco de Folclore

Para falar do folclore amapaense e da festa religiosa de São Joaquim do Curiaú com rituais sagrados da ladainha rezada em latim e batuque regado à gengibirra até ao amanhecer, o escritor Estácio Vidal Picanço também não foge à regra dos demais escritos sobre a Vila. (Anexo 5) Antes de qualquer outra informação, o autor recorre ao jornalista Hélio Penafort para subsidiar sua afirmação de que a atual Vila do Curiaú, comunidade de negros na cidade de Macapá, foi um quilombo.

O texto diz que, devido à intensificação dos maus tratos ocorridos nas fazendas do Nordeste, os negros escravos fugiram para Macapá nos meados do século XVIII, momento de construção da Fortaleza de São José, sendo imediatamente recrutados enquanto força de trabalho escrava para edificação do monumento. Em virtude das relações de trabalho escravagistas no

¹⁹ Nietzsche In Hayden White. *Trópicos do Discurso. Ensaios sobre a Crítica Cultural*. São Paulo: USP. p.68-9.

Amapá também serem muito acirradas, um grupo de negros fugiu pelos campos, chegando à beira de um belo lago onde estabeleceram um quilombo.

O autor, a exemplo dos demais autores, não fundamenta suas afirmações, da mesma forma que também não articula uma explicação geográfica e temporal para essa trajetória negreira do nordeste até Macapá, uma ilha que, até nossos dias, só tem ligação via aérea e fluvial, tendo a cidade de Belém como rota principal.

A explanação apresentada sobre a comunidade negra da Vila é sempre de remanescente de quilombo, mesmo sem “provas” que pelo menos pudessem justificar sua origem como fruto do racismo articulado, reunindo conjecturas para uma interpretação e explicação plausíveis, pois sabe-se que, no Brasil, apenas recentemente os negros conquistaram o direito de contar sua história e suas estórias, mas percebe-se em tais afirmações apenas a imposição infundada de uma autoridade extrapolada.

Aqui há um comportamento inverso do que disse Collingwood quanto à autoridade do historiador sobre acontecimentos passados. Neste caso, a referência dirige-se no sentido da moldura que lhe é permitida na passagem da estória para a história edificada pela dedução de como os fatos devem ter acontecido. Desse modo, por exemplo, pode ser que reunindo conhecimento geográfico, histórico sobre meios de transporte, meios de comunicação e situação do negro no Brasil, possamos chegar a deduções aproximadas sobre a formação da Vila. Seria importante nos reportarmos historicamente ao nordeste, a fim de que pudéssemos reconstituir a saída do negro daquela região, o caminho de suas viagens e a chegada até Macapá para podermos daí não somente “deduzir”, mas inferir sobre a formação da Vila do Curiaú.

Alguns questionamentos podem ser feitos quanto à inserção do trabalho escravo desses negros fugidos do nordeste. Quem os comprou? De quem foram comprados? Devemos, porém, ter muito cuidado e simpatia, mesmo com informações que se considera estórias, pois

afinal, segundo essa linha de raciocínio, a história são as histórias registradas: “A distinção entre ‘estória’ e ‘enredo’ na narrativa histórica nos permite além disso, especificar o que está envolvido numa ‘explicação narrativa’. De fato, por um arranjo específico dos acontecimentos relatados nos documentos e sem prejuízo do valor de verdade dos fatos selecionados uma dada seqüência de eventos pode ser urdida de inúmeras formas diferentes (...) Isso não quer dizer que não possamos encontrar diferenças óbvias entre um relato histórico que visa apenas contar uma estória com os que vem acompanhados de complexas teorias da casualidade histórica e de sistemas de implicação ideológica formalmente articulados. Mas quer dizer que a diferença convencionalmente invocada – entre, de um lado, um relato histórico que ‘explica’ contando uma estória e, de outro, aquele que conceitualmente sobredetermina os seus dados no interesse de impor uma forma específica ao processo histórico – tanto obscurece quanto esclarece no que tange a natureza da interpretação na escrita histórica”²⁰

A história da Vila de Curiaú está toda atravessada por contradições, fruto não somente da falta de pesquisa sistemática sobre essa comunidade, mas sobretudo pelo interesse de impor a idéia de que o Curiaú, outrora, foi quilombo.

Parece-nos que os “historiadores” encontraram nesse caminho a única maneira de outorgar ao Amapá uma história que possa ser apresentada e respeitada nacionalmente. Pode ser esse o mesmo motivo pelo qual não se faz pesquisa sobre o tema, o que revela comportamento de temor à aproximação maior com a *verdade* daqueles comunitários, um pouco caso sobre a riqueza de suas vidas cotidianas, suas dificuldades, sua espoliação, já que o grande orgulho daquele povo é saber-se o único que não faz parte, e portanto, não depende da folha de pagamento da União, Estado e Município. Sobrevive às custas de seus trabalhos na lavoura, na pesca e na pecuária. Essa história de brio, luta e garra nunca é contada.

²⁰ Idem, p. 77-9.

Talvez o Amapá queira, aos olhos da nação, substituir, Palmares e Zumbi pelo Curiaú e Francisco Inácio; afinal, estamos tentando nos redimir diante de nós mesmos das amarguras causadas pela escravidão. Hoje, procuramos a todo custo provar diante do espelho que não somos racistas e que “o país de todas as raças” vive na mais ampla harmonia até na linha do Equador.

Capítulo III

OS PORTA-VOZES DO CURIAÚ FALAM SOBRE O LUGAR, TRABALHO E VIDA NA COMUNIDADE

Aquilo que se viu e se conheceu bem, aquilo que custou anos de aprendizado e que, afinal, sustentou uma existência, passa (ou deveria passar) a outra geração como um valor. As idéias de memória e o conselho são afins: memimi e moneo, “ eu me lembro” e “ eu advirto”, são verbos parentes próximos.

(Ecléa Bosi, Memória e Sociedade)

A Vila do Curiaú é um lugar incrivelmente fascinante, à medida que possui essa riqueza de história. Os mais antigos lembram do local com muita saudade, dando detalhes sobre sua comunidade e sobre a cidade de Macapá. Todos descrevem a Vila como um lugar outrora muito calmo e fonte abastecedora de alimentos, pois a terra lhes dava através do trabalho a cana, a banana, milho, arroz, feijão, etc..., enquanto da mata saíam os veados e catitus, além de outras espécies de caça. Do Igarapé tiravam todas as qualidades de peixe da região em farta quantidade: “O que você topava pouco aqui era o jandia-açú, mas que peixe tudo aparecia. Pirarucu e jacaré aparecia bem”¹

Seu Joaquim Tibúrcio lembra-se com riqueza de detalhes o trabalho do seu pai com a farinha de mandioca, que, ao ser comercializada, não recebia o preço justo, além de que não era paga em moeda, mas em mercadorias do próprio armazém comprador. Segundo o depoente,

¹ Entrevista com Joaquim Tibúrcio Ramos, dia 13/08/1996.

os comércios de Macapá eram resumidos em número de seis; porém, ele só cita cinco. “era o Zagury na Presidente Vargas; era o Abraão Azulay ali encostado na Pernambucana; o Salomão na Cândido Mendes e o Ventura na linha do Grande Hotel, era um português (...) Aí o Issac Alcolumbre já era casado ... aí foi a hora que ele deu fundamento no comércio de borracha”²

Os relatos dizem que esse último comerciante também comercializava farinha de mandioca, e que o mesmo prosperou rapidamente, mas não condicionava o pagamento à aquisição de mercadorias no seu comércio, pagava o preço combinado em dinheiro e não interferia no que o cidadão faria dali por diante: “Ele dava e num ia lhe pregá chavesco da senhora saí daqui da casa dele, atravessar a rua comprá noutra. ‘Ah! Vendeu aqui, agora vai comprá na casa de fulano de tal’. Ele não lhe dava chavesco”³

Nessa época, havia comercialização somente da farinha que ia para Macapá pelo lago em pequenas canoas, às vezes em lombo de boi e, na maioria das vezes, os negros iam a pé, com a saca nas costas, por um percurso de 14 Km. Mas, quase toda a produção destinava-se ao consumo interno das famílias, isto é, à sua própria subsistência.

Na Vila, havia e há até os dias atuais criações de porcos, patos e galinhas, responsabilidade destinada, na maioria das vezes, às mulheres, que as utilizam para alimentação doméstica, para praticar escambo e para presentear visitantes.

Os homens responsabilizam-se pela caça, plantação e fabricação de farinha, sendo que estas duas últimas atividades sempre contam também com a presença das mulheres. É importante ressaltar que, até os dias atuais, essa comunidade tem sua produção total destinada à subsistência.

Nos últimos tempos, a plantação expandiu-se com as culturas de abacaxi, jerimum e macaxeira, ficando às proximidades das residências e é por esse motivo que surgem as cercas,

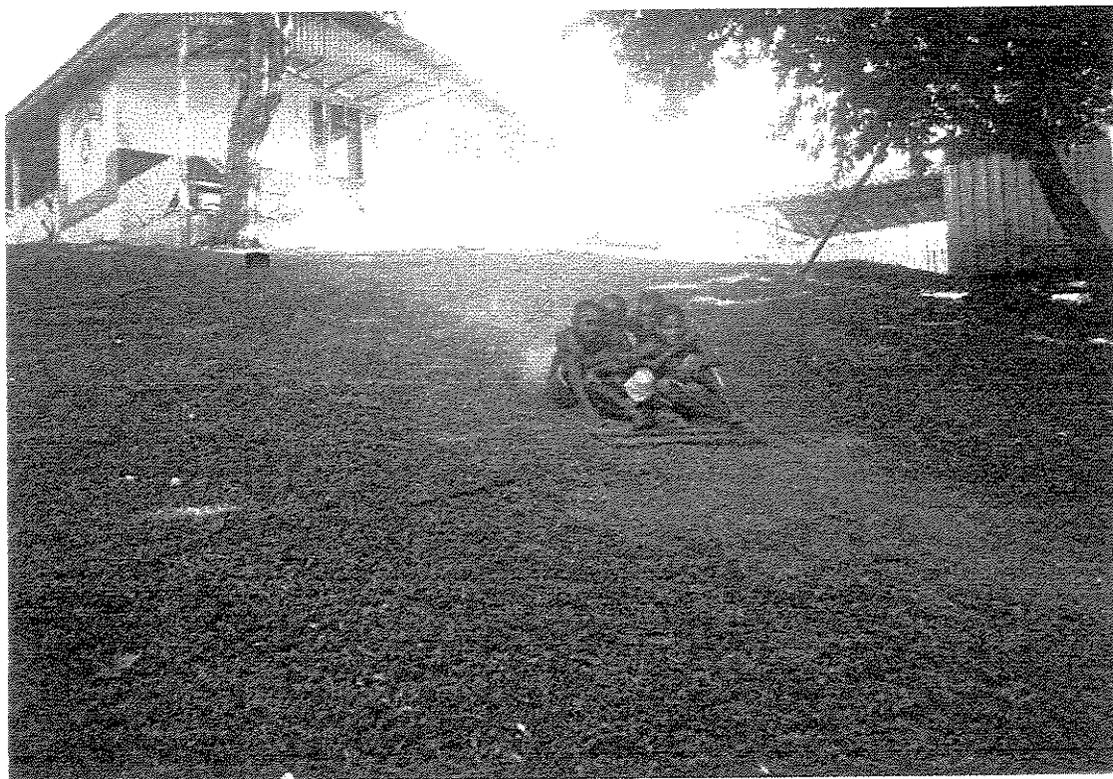
² Idem.

³ Idem.

cujo objetivo é proteger a plantação, evitando a entrada da criação. “É exatamente. Pra não invadi a plantação que a gente faz né. Porque se não fizer assim os bicho invade e a gente fica sem a plantação. E a gente precisa também né?”⁴

Os idosos do Curiaú se dizem beneficiados com a aposentadoria, dinheiro utilizado para pagamento de água, luz e outras pequenas despesas, sendo portanto, “ajuda” muita bem vinda aos lares, principalmente porque contempla cada um dos cônjuges.

Nessa Vila, de acordo com os depoimentos, todos trabalham na roça e na pecuária. Nos últimos tempos, entretanto, surgiram pequenos comércios na forma de bares com mesas de bilhar. Porém, esses estabelecimentos não são bem vistos pelos mais idosos, que os responsabilizam pelos desvios da juventude, pois nesse lugar havia antes uma relação de parentesco e familiar muito forte. Os mais novos tinham respeito muito grande pelos pais e por todas as pessoas mais velhas.



⁴ Entrevista com Waldivino Soares Ramos, dia 09/08/1996.

Segundo o olhar dos velhos depoentes do Curiaú, há unanimidade na afirmação sobre a relação entre pais e filhos. Com lamento, dizem que antigamente as famílias tinham o controle sobre os filhos, característica não mais presente nos dias de hoje. Esses velhos, lembram com saudade e certeza de que “seu tempo” e “sua criação” são os modelos corretos de vida em família, na comunidade e na sociedade em geral.

Observa-se, que essa discordância ou pequena revolta com os valores dos tempos atuais, acontece muito principalmente devido à falta de interesse dos jovens pelas tradições da comunidade, fato que salta aos olhos dos velhos, esbarrando em suas concepções de mundo e de vida como desacato à autoridade dos pais e da família. Desse pensamento, derivam-se todas as outras especificidades concernentes a desacato e rebeldia.

O fato dos jovens ficarem em grupo numa esquina, conversando e rindo ou num bar da Vila jogando bilhar, não é prova de comportamento desviante. Seu maior pecado está no não acompanhamento dos rituais curiaúenses, que são rituais eminentemente familiares e católicos. Observe-se a mágoa expressada no depoimento: “Eu pelo meno tô quase indo mimbora, pra desprezar isso aqui, que quase num tenho cundição de ter sussêgo (...) porque o desgosto é demais (...) tem dia que tem oito som (...) Essa casa parecia que estava saculejando”⁵

A falta de sossego, fruto das características da vida moderna que adentrou os limites das terras do Curiaú, vem causando desconforto e inconformação nos velhos moradores da Vila, que em tempos idos recolhiam-se cedo para o descanso merecido após um dia de trabalho na roça.

⁵ Entrevista com Joaquim Tibúrcio Ramos, dia 13/08/1996.

Hoje, os bares, as mesas de jogos, a televisão, a estrada e os transportes incomodam o velho Tibúrcio e todos os seus contemporâneos. Suas mentes cansadas e seus limites sobre perspectiva de mundo, não lhes permitem ter uma visão contextualizada, daí a revolta direcionada somente aos jovens: “Isso que eu quiria gravá e butá no agravador, se a senhora quiser abrir pode abrir que foi a entrevista com o seu Joaquim. Eu num tô me preocupando por nada deles beber, da onde eles vão buscar esse dinheiro. Aí nos temo aqui, só aqui nos temo um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete bar, só aqui nessa vila. Agora com três que tem prali”⁶



O poder estatal e os dirigentes são esquecidos e isentos de responsabilidades quanto “às inovações” trazidas à Vila. O “Macapá Verão”, promoção realizada no Curiaú nas férias de julho, que atrai pessoas de todo o Estado, não é uma invenção dos jovens da comunidade que participam e interessam-se por ela como qualquer jovem, pois esse evento traz uma programação de verão nos moldes atuais de qualquer cidade, cujas atrações de música, dança, desfile de moda,

⁶ Idem.

beleza, prêmios e outros exercem fascínio sobre essa faixa etária. E no Curiaú não é diferente, principalmente porque os jovens estudam na capital e adquirem gosto por todos os modismos e consumismos da sociedade. “tem oito som ligado aqui numa hora só. E teve um dia na entrada do ‘Verão Macapá’, que ligaram nove som na maior potência de artura (...) hoje é um recreio que lhe dói o coração, lhe dói o coração”⁷

A revolta e o desgosto do depoente esboça-se no semblante cuja face enrugada empalidece ao falar sobre isso. O depoente é cego e diabético, trabalhou muito em roça, com o gado, nos serviços braçais na capital porém em tempos de calmaria; portanto, nada mais natural do que inconformar-se com o tumulto promovido num lugar que é um verdadeiro paraíso ecológico e outrora também muito sossegado.



⁷ Idem.

O conflito de gerações instalou-se na comunidade, e os jovens são alvo de críticas “porque a senhora sabe, quando eu me entendi era outro jeito e hoje já é outro, já é do jeito que eu num gosto. Porque eu num fui criado nesse sistema e num acho bom esse sistema moderno agora. Porque naquela época se respeitava qualquer uma pessoa mais velha”⁸

Existe uma vontade generalizada nos velhos depoentes em mostrar a fragilidade das relações familiares – educacionais. As narrações convergem para informações que caracterizam a juventude de outrora como ordeira e obediente, que se divertia dentro dos limites estipulados pelos pais em épocas específicas de festas, onde havia consumo de gengibirra e cigarros, mas, distante dos pais, pois tais revelações conotariam falta de respeito: “Se eu queria ir numa bagunça eu pedia meus pais, meus pais não podiam ir.’ Fulano de Tal, com quem tu vai? Eu vou só! Não! Só você não vai. Vai ver se fulano vai pra ele lhe levar’. E aí eu ia lá e chegava lá: ‘fulano de tal vai, meu pai ou minha mãe.’ Ela tinha que ir lá com ele perguntá se tinha sido verdade que eu tinha ido pedir pra ele me levar pra brincadeira. Aí chegava em casa: ‘Bom, é verdade! Mas óia, cê vá com termo. O que ele lhe disser ocê tem que obedecê. E Deus me livre se ele chegar de lá e vir me dar uma queixa aqui sua’. E aí eu ouvia direitinho e chegava lá, se eu por exemplo fazia um negócio errado pra o cidadão que tinha me levado ele comunicava, ele não guardava não. Ele chegava aqui e dizia: ‘Óia o seu filho fez assim, assim (...). Quando eu chegasse em casa ele ó! Eu era repellido. E já hoje é diferente. Hoje não se pode dá a sua disciplina de casa pro filho né? Que quando não é a justiça, mas o próprio filho vai dedurar a gente e aquele pai vai passar vergonha (...) Eu apanhei, mas tô com 71 anos, tô vivendo. Já os nossos filho que tão sendo

⁸ Entrevista com Waldivino Soares Ramos. dia 09/08/1996.

criado na palma da mão tão fazendo essa pior sujeira aí. Dá até vergonha de ver certos filho praticar certos abuso aí com seus pais, né?»⁹

Nesse relato, pode-se visualizar uma ínfima compreensão sobre a autoridade existente nas atuais relações entre pais e filhos, onde a lei através do direito civil disciplina esse pátrio poder, deixando-os numa situação de impotência, restando-lhes apenas o direito de reclamar: “... eles querem só dançar baile, quer tá na juventude, eles querem tá brigando, é o que eles querem. A gente chama ‘vão por esse caminho’, eles não querem. Querem fazer aquilo que eles querem. É isso que estraga...”¹⁰

Mas, as lembranças também voltam-se para a formação da Vila, das famílias, dos namoros e casamentos. Sobre tais assuntos, os homens falam mais; porém, as mulheres desvendam verdades. No momento das entrevistas, utilizando a observação atenta às comunicações verbais e atitudinais, observou-se que para as pessoas do Curiaú a instituição família é muito forte, pois, a princípio não falaram sobre separações.

Os casais vivem juntos por muito tempo, os velhos permanecem viúvos cultuando assim a “memória” de seu falecido; falam sobre sua felicidade, doença e saudade. O tema infidelidade é algo em que nem se toca, porque não há clima e espaço para se tocar, pois os casais de velhos, juntos há mais de 20, 30, 40 anos, não passam outra impressão que não seja amor, respeito e companheirismo.

⁹ Idem.

¹⁰ Entrevista com Joaquim Assunção Ramos, dia 27/08/1996.



O seu Waldivino e a dona Sebastiana vivem felizes juntos por mais de 40 anos, sente-se isso na conversa; o seu Maximiliano trata a mulher Francisca Ramos com muito respeito e refere-se a ela como “minha senhora”; seu Joaquim Assunção dirige-se à “patroa” e, ao emocionar-se com as antigas lembranças dos momentos de namoro e paixão, não percebe que deixa escapar o segredo das “traquinagens” juvenis numa prova de que os jovens daquela época também desobedeciam os pais, mas isso tudo em nome do amor... “Pra namorar? Tinha gente que saía de noite pra namorar pra lá pra Macapá. Deixava pai e mãe dormir e se empurrava e ia bater lá em Macapá. Quando era de meia-noite pro dia tinha de voltar. Quando chegava aqui, o pai com a

mãe ainda tava dormindo. Ele entrava, deitava, ia pra cama e o pai com a mãe nem sentia o que tinha acontecido. De pé rodava, minha cumadre”¹¹

Todos os entrevistados da Vila do Curiaú informam que as uniões matrimoniais acontecem bem cedo, a maioria casou aos 18 anos de idade, permanecendo juntos até os dias atuais. Dizem que casamento não é uma brincadeira que pode acabar repentinamente. Para eles, casamento e constituição de família são coisas sérias, compromisso de fé e com responsabilidade que tem de perdurar até que um pereça, isso, após terem construído um lar e criado os filhos para serem dignos e trabalhadores.

Porém, no relato da dona Tereza Rosa dos Santos, sabe-se das separações. No seu caso, esta foi motivada por uma “tal de Marcelina, que tem filho com ele”. Ela se refere ao senhor Raimundo Damião do Amaral, mas diz que a Marcelina também foi trocada por outra mulher que reside em Macapá, com quem ele também tem filhos.

Sobre a provável recomendação dos pais para que os casamentos fossem realizados somente entre negros, a resposta é que nunca existiu tal restrição. Interessante é que em todos os depoimentos aparece um discurso homogêneo com a frase : “ o namoro é cego”; porém, seu Maximiliano, deixa escapar sem explicar o motivo pelo qual existia uma recomendação da família para prioridade de namoros entre pessoas da mesma raça.

Há conjecturas de que a distância da Vila do Curiaú para a cidade de Macapá facilitava essa preservação, pois as pessoas da comunidade casavam entre si, conforme exemplo do seu Maximiliano e dona Francisca, seu Waldivino e dona Sebastiana e outros; mas, mesmo assim, eles contam que conheciam pessoas de fora, porém, alguns realmente priorizavam relacionamentos e compromissos com pessoas da própria comunidade: “Eu propriamente

¹¹ Idem.

namorei muita muié de fora do meu municipi. Mas eu sempre tinha amizade na minha criação”¹²

Isso significa que apesar de não ter havido proibição expressa para que os relacionamentos só existissem entre pessoas da mesma raça e comunidade, havia um leve sentimento ufanista em alguns comunitários.

Outros lembram que as festas existentes fora da comunidade e que eram realizadas uma vez por ano em cada município e lugarejos, propiciavam o conhecimento com outras pessoas e raças; porém, ao que parece segundo alguns relatos, a distância foi bastante favorável para a segregação: “Havia festa aqui, mas tinha festa lá pro Igarapé do Lago; lá pro Maruanum; lá pro Mazagão (...) Pois a gente ia se batê lá (...) E aí a gente chegava lá, as vezes a gente arrumava uma namorada e a gente passava ano sem vê, e ia bater lá atrás dela”¹³

Na memória dos velhos do Curiaú, os valores sociais são muito fortes e estão presentes nos comentários, principalmente quando se trata de família, casamento, namoro e virgindade: “Então o cidadão se agrada de uma moça ou o moço se agrada daquela moça, né? Quer dizer que ali, lá está o casamento. Quer dizer tava o casamento. Olha! Até nisso. Na minha época, eu pra casar, eu fui noivado, eu pedi a moça em casamento. E hoje já nem isso existe (...) O caboclo pegou uma menina aí já vai fazer o que quiser com ela”¹⁴

Há um coro afinado dos velhos do Curiaú criticando as novas formas de comportamentos sociais e institucionais: “Quando eu inventei de pedi a muié que foi minha até essa data, eu dei a saber os meus pai (...) agora dessa época, como eu tô lhe explicando, num há fio que se guarde pra pai olha eu tô namorando, eu tô gostando da fulana e não sei se ocês acham de acordo eu tá namorando com ela, que eu queria casar com ela”.¹⁵

¹² Entrevista com Joaquim Tibúrcio Ramos, dia 14/08/1996.

¹³ Entrevista com Waldivino Soares Ramos, dia 09/08/1996.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Entrevista com Joaquim Tibúrcio Ramos, dia 14/08/1996.

Em virtude dos casamentos ocorrerem precocemente, os casais foram pais também ainda muito jovens e hoje na Vila os mais velhos tem bisnetos e tataranetos.

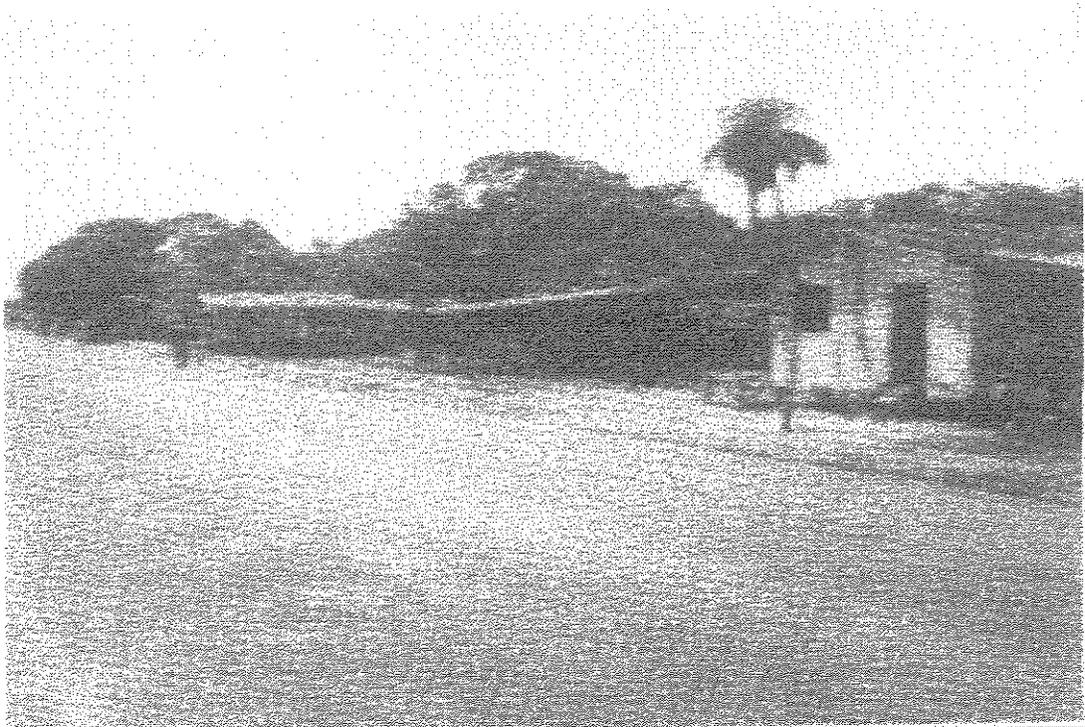
Os velhos do Curiaú exaltam sempre seu lugar pela beleza, pela terra, pelo lago; enfim, por tudo de maravilhoso que há nessa terra; porém, um de seus maiores orgulhos é a não existência de violência entre os moradores. Jamais os órgãos policiais registraram ocorrências nesse sentido. A Vila do Curiaú mantém os laços de parentesco e as relações de compadrio ainda muito vivas, situação que impede conflitos violentos. Porém, o “Macapá Verão” já trouxe problemas de violência para a área da Vila, situação que os moradores fazem questão de esclarecer que não envolve pessoas da comunidade.

A Vila do Curiaú, “dividida” em Curiaú de Fora e Curiaú de Dentro, apenas na linguagem e cotidiano de seus moradores, é formada por uma grande área, cortada pela estrada que, à sua margem, tem pequenas casas de madeira cercadas por áreas livres de terra, distantes uma das outras. Contam os depoentes que essa característica é sinal da modernidade: “As casas modificou tudo. Tá tudo modificado. Porque antigamente, as casas daqui, o assoalho era jussara, a gente tirava aqueles açazeiros e fazia aquela jussara, quando num era açazeiro era esse caranã. E muitas eram de chão mesmo (...) Cercada com buriti, coberta com palha de buçu.”¹⁶

O velho curiauíense fala desencantado sobre essa mudança: “E hoje modificou. É tudo já de telha, cercada já de tábua e o assoalho também. Quando não, é o piso. Não tem mais aquelas casa antiga.”¹⁷. A disposição e distribuição das casas pela área do Curiaú também sofreram mudanças, pois as mesmas não ficavam nas proximidades da estrada, de forma linear.

¹⁶ Entrevista com Waldívino Soares Ramos, dia 09/08/1996.

¹⁷ Idem.



Apesar das saudosas lembranças, os depoentes “revelam” que o tipo antigo de moradia trazia muitas dificuldades, principalmente devido a necessidade de seguidas reconstruções, pois as mesmas tinham pouca resistência. As paredes eram construídas com muriti em virtude da inexistência de serraria no lugar, que mesmo sendo rico em madeira, era carente de máquinas para beneficiamento. Por esse motivo, os moradores da Vila lançavam mão de outros recursos e materiais para construção de suas moradas: “Olha, a dificuldade das casas aqui era com parede de muriti. Era páia de muriti, era páia de bacaba que se cubria as casa. Que quando dava aquela ventania, caía aquela mina de bosta de barata e tudo mais”¹⁸

A área do Curiaú foi e continua sendo muita rica em flora e fauna. A população desse lugar a exemplo das demais com algumas características semelhantes, tem sabido ao longo dos anos se relacionar com o meio ambiente de forma não depredativa ou de extermínio de suas fontes naturais.

¹⁸ Entrevista com Joaquim Tibúrcio Ramos, dia 14/08/1996.



Afirmam que jamais utilizaram seus recursos naturais para comercialização, tudo que era e é extraído destina-se apenas ao consumo de suas famílias. O açaí sempre fez parte da alimentação, juntamente com a carne de gado, do peixe, de outros tipos de caça, além da variedade de espécies de frutos da região. Não há derrubada de árvores e nem pescaria em época de reprodução. Da agricultura, trabalho realizado com muito gosto, colhe-se o que se semeia, e é talvez por esse motivo que a comunidade continua no seu sítio natural, sem grandes preocupações com crise econômica e conjuntural.

A relação dos políticos com a Vila é praticamente inexistente, pois pouco se fala de políticos e de política no Curiaú. Em época de eleição, há uma corrida acelerada ao lugar, mas logo após esse período volta a calma e nenhum dos eleitos lá retorna, só alguns o fazem na festa do padroeiro.

Pôde-se perceber que poucos se fizeram notar e, esporadicamente, são lembrados. O ex-governador Janary Nunes é citado em todas as entrevistas com bastante simpatia, dizem que o

mesmo deu muito emprego, assentou o homem no campo explicando a importância dessa atividade e era freqüentador assíduo do Curiaú, chegando mesmo a construir uma residência de fim de semana na Vila: “... o capitão Janary Gentil Nunes, que era um capitão lá do Oiapoque (...) foi lançado pra governador aqui dentro de Macapá. Chegou aqui em 1944 (...) ele sempre dava o discurso dele que o povo do interior pra não ir pra cidade, que num tinha poder pra ser empregado. Era uma coisa que precisava, era do caboclo do mato pra ajudar a cidade”¹⁹

Outro depoimento porém, contradiz o discurso anterior, pois o seu Maximiliano conta que saiu do Curiaú para Macapá, justamente no tempo do capitão Janary Nunes, momento em que se abriu muita oportunidade de emprego “... no tempo do Janary, que teve aqui empregando todo mundo. Eu vim de lá pra trabalhar, fiquei aqui em Macapá”²⁰

A despeito de tirar ou assentar o homem do campo na terra, o fato é que todos falam do capitão com muita intimidade. Ao perguntar para o seu Joaquim Assunção se o mesmo conheceu o capitão, se teve como resposta imediata um “hiii!”, acompanhado de um estalar de dedos caracterizando intimidade com a autoridade que ia muito na Vila. “Vinha sim. Quando o Janary chegou aqui eu já tava homem. Tava com uma idade de, o quê? Uns 15 a 16 anos”²¹

Sobre as lembranças de infância, os velhos citam as brincadeiras que, segundo suas concepções, são muito diferentes das atuais. As crianças de outrora aproveitavam de forma muito mais saudável as belezas que a natureza lhes dava, pois brincavam mata à dentro, pegavam passarinho, mas fazem questão de avisar que não o maltratavam: “Esse negócio de pegar passarinho sempre existiu, até hoje mesmo. A gente pegava muito. Tinha um passarinho que a

¹⁹ Idem.

²⁰ Entrevista com Maximiliano Machado Santos, dia 23/08/1996.

²¹ Entrevista com Joaquim Assunção Ramos, dia 27/08/1996.

gente chamava Tem-tem, do peito amarelo e das costas preta. A gente pegava e andava brincando com ele. Ele canta muito, né, aquele passarinho. E a gente insistia né? Pegava ele”²²

As brincadeiras no Curiaú entre os anos de 1920 e 1940 não eram feitas apenas com animais; os brinquedos também se faziam presentes: “A gente fazia aqueles avião de buriti pra tá brincando. Quando não, fazia aqueles carro de burro de buriti mesmo. A gente fazia e andava brincando aí (...) a gente brincava com papagaio (...) só tem uma brincadeira que eu não vejo que era de peão (...) O bicho zuava que era uma beleza (...) agora compra né? E naquela época ainda não existia essas coisas tudo que existe agora né? E a gente fazia. Não tinha onde comprar, inventava de cabeça mesmo”²³

Ao falar da infância, os velhos do Curiaú reportam-se ao passado manifestando saudade de um tempo que sabem não mais voltar. As fisionomias e o tom das vozes dão impressão que não se fala com velhos e sim com jovens e crianças, porém, esse momento é encerrado abruptamente quando se fala do Curiaú como quilombo. Até mesmo o depoente mais entusiasmado, faz uma parada com um murmúrio labial, diante da informação que alguns historiadores levantam a possibilidade do Curiaú ter sido um quilombo, e, transferindo a fala para outro diz: “Hum ... É como eu já lhe disse a respeito, eu não sei lhe explicar. Eu não sei lhe explicar nada, sabe, a esse ponto de vista. Talvez até esse senhor ali lhe explique alguma coisa mais adiantada do que eu”²⁴

O senhor Joaquim Tibúrcio, considerado por todos os comunitários como a maior fonte de informações sobre a história do Curiaú, contradiz tais atributos dizendo nada saber sobre o

²² Entrevista com Waldívino Soares Ramos, dia 09/08/1996.

²³ Idem.

²⁴ Idem.

assunto: “Eu num intendo disso aí.[a terra] tá registrada, hoje por quilombo, disque agora na lei (...) Bom isso aí eu num sei, num sei lhe explicá, num tenho conhecimento”²⁵

As palavras do velho depoente de bela memória, conhecedor profundo das coisas de sua terra, denotam certo receio ou desprezo pelo tombamento da Vila, que segundo a Fundação Palmares, é terra remanescente de quilombo. Percebe-se que o ponto vulnerável dos negros do Curiaú não está no fato de terem sido escravos, pois ninguém omite que o Francisco Inácio era escravo, tanto é que o próprio senhor Tibúrcio conta que “o nosso vindouro foi por entremeio de escravatura que fizeram dono dessa terra (...) eles eram escravos, então, o senhor deles não tendo herdeiros ...”²⁶

Parece que a chave da repulsa sobre a origem da Vila vir de quilombo está no fato dos negros não quererem de forma alguma descendência fugitiva, revolucionária e, segundo tudo o que se pôde observar durante o trabalho, “desrespeitosa com a lei”. Não cabe e jamais caberá na mente desses velhos a possibilidade dessa origem, daí optarem pela história da herança do senhor Miranda, pois aos seus olhos isto sim seria uma história “sem bagunça e molecagem”.

Porém, um nó não consegue ser desatado, que é a questão da formação e proliferação de núcleos familiares se os sete escravos eram todos irmãos. E quando seu Joaquim Tibúrcio é questionado sobre a possibilidade de casamento entre irmãos, fica aborrecido muda o tom de voz dizendo que casou primo com prima, apesar de não saber explicar de onde eles surgiram. Ao ser solicitado para indicar alguém que desse tais explicações, respondeu imediatamente do alto de sua autoridade de porta voz mor e contador da história da Vila do Curiaú: “Daqui ninguém. Se eu num lhe ixplico, outro num ixplica. Que o meu pai nunca falô”²⁷

²⁵ Entrevista com Joaquim Tibúrcio Ramos, dia 13/08/1996.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

A história da Vila do Curiaú vive por conta das estórias e histórias que cada um conta. Os nós estão atados, os governantes, os intelectuais e o poder público querem determinar para a Vila uma história que a comunidade não aceita e constrange-se diante dela. Portanto, é bom compreender que a história da Vila do Curiaú tem sua verdade na versão contada pela comunidade, pois a ela cabe o direito de saber sua gênese e toda a sua história política, religiosa, militar etc... Na fala dos velhos depoentes, está o crédito sobre a história de um povo vivo e guerreiro porque, de qualquer forma, rebelando-se ou acomodando-se, sobreviveu. Diante de tal realidade, aos negros do Curiaú cabe o direito incontestável de contar sua própria história.

3.1

WALDIVINO SOARES RAMOS



Waldivino Soares Ramos nascido na Vila do Curiaú há 76 anos atrás é casado com Dona Sebastiana há 56 anos, é pai de nove filhos que criou no Curiaú, e até hoje rende obediência

ao irmão mais velho. Conta isso com orgulho e critica muito a criação dos filhos nos tempos atuais.

Seu Waldivino é o depoente mais alegre da Vila, aos seus 76 anos ainda está muito forte. Continua realizando trabalho na roça e pecuária de sua propriedade, além de ser o tocador de viola número um da “Folia de São Joaquim”.

As lembranças do seu Waldivino são relatadas sempre acompanhadas de um sorriso saudoso da infância, das brincadeiras e principalmente dos bons tempos da Festa de São Joaquim. Essas lembranças foram muito valiosas para o nosso objetivo, pois da forma como foram narradas, nos fizeram viajar no tempo e espaço e visualizar o Curiaú de maneira mais clara.

O alegre Senhor Waldivino também estanca o sorriso quando fala-se na possibilidade do Curiaú ser quilombo, desconversa, e, diante de muita insistência, também diz não saber explicar nada sobre isso.

JOAQUIM TIBÚRCIO RAMOS



Joaquim Tibúrcio Ramos, é apontado pela comunidade como o porta voz número um da história do Curiaú. Nasceu na Vila em 11/08/1918, no período da Festa de São Joaquim, daí a

razão do nome, uma homenagem que seus pais Manoel Sicílio Ramos e Euflozina Simplicia Ramos quiseram prestar ao padroeiro.

Sua descendência escrava vem da bisavó Maria e da avó paterna Domingas Francisca do Espírito Santo, irmã de Francisco Inácio e também herdeira do senhor Miranda.

Seu Joaquim casou no dia 07 de junho de 1947 e ficou viúvo em 04 de junho de 1994.

Com a mulher, a quem se refere sempre com muito amor, respeito e saudade, mas não menciona o nome ; teve 17 filhos, um dos quais já é falecido.

Aos 83 anos de idade, seu Joaquim sempre muito falante, surpreende pelo brilhantismo detalhista da memória, embora esteja cego há 10 anos em virtude da diabete. Suas lembranças transmitem informações diluídas ao senso crítico e valorativo de sua perspectiva de mundo. O seu Joaquim não aceita a história de quilombo, aliás diz não entender disso.

SEBASTIANA MIRANDA DO ROSÁRIO



Sebastiana Miranda do Rosário, nascida na Vila do Curiaú em 20 de janeiro de 1926 é casada com o seu Waldivino, portanto, uma mulher feliz há 56 anos, graça merecida para

compensar a infância triste pela miséria da família de seu pai. Foi mãe quase criança, mas diz que seus filhos são sua riqueza.

Dona Sebastiana é uma mulher de poucas palavras, mas, delicada, meiga, aquela pessoa que sempre parece mãe, presenteando todos que a visitam com uma criação. Porém, o maior presente mesmo é o contato com dona Sebastiana, que também tem seu lado forte de mulher trabalhadora na roça e no lar.

A dona Sebastiana “é mulher do seu tempo”, ou seja, passa sempre a palavra ao marido. Do Curiaú falou pouquíssimo; um pouquinho de sua infância e um pouco da sua família. Essa é a forma que esta doce mulher encontrou para ser feliz.

JOAQUIM ASSUNÇÃO RAMOS



Joaquim Assunção Ramos, nasceu no Curiaú e aos 71 anos de idade é presidente do Centro Comunitário da Vila . Casou aos 25 anos e já viveu dois períodos fora da Vila. Morou em

Macapá e em Santana por um período de 13 anos. Saiu do Curiaú aos 12 anos de idade e voltou ao verificar que o salário era pouco e não dava para viver na cidade. Fez sua roça, mas continuou no emprego público que tem na Prefeitura Municipal de Macapá. Sai diariamente às seis da manhã de bicicleta até ao prédio antigo do Projeto Minha Gente, de onde toma ônibus para a cidade depois de deixar sua bicicleta na casa da sobrinha.

Diz que quando afastou-se da Vila não pensava direito em virtude da pouca idade, mas depois verificou que a natureza lhe daria o sustento pela pesca, caça e plantação. O salário é pro açúcar, roupa, sabão e outros.

Seu Joaquim é um dos raríssimos moradores da Vila que não vive somente da roça. Mas sua grande diferença não está só aí, pois o mesmo é um dos últimos compositores e cantadores de Batuque. Sobre a gênese do Curiaú também conta a história do escravo Francisco Inácio.

FRANCISCO DAMÁSIO RAMOS



Francisco Damásio Ramos nascido no Curiaú, aos 104 anos é brilhante depoente de seu lugar, sua raça e sua gente. É sobrinho do escravo Francisco Inácio, ao qual, é óbvio, atribui a gênese da Vila do Curiaú. Diz também, que os escravos fugiam da África e vinham para o Mazagão Velho, história contada por seu avô Raimundo Pereira, que faleceu com muito mais

idade que sua avó, que tinha 110 anos. Pode-se observar que a família do depoente vive muitos anos.

A memória de Francisco Damásio não vacila pela idade, pois além de falar sobre a história do surgimento da Vila, detalha explicações sobre a festa do padroeiro nos tempos de fartura e critica a introdução do baile nos festejos de São Joaquim.

Seu Francisco Damásio é um homem educado e atencioso com as visitas, prontificou-se e respondeu todas as perguntas com simplicidade cotidiana. Contou das dificuldades da distância e dos casamentos, que durante muitos anos ocorreram somente entre pessoas da Vila.

3.6

TEREZA ROSA DOS SANTOS

Tereza Rosa dos Santos informa que nasceu em 15 de outubro, mas não sabe o ano, filha de Manoel Inácio dos Santos e Maria Rosa dos Santos, seus avós maternos eram Severiano Pinheiro dos Santos e Rosa Francisca de Miranda. Diz que sua família era de Mazagão Velho, que depois, caminhou para o Curiaú. Isso ocorreu devido o casamento de uma moça chamada Francisca, que casou com seu bisavô, quando este foi lá para comprar uma canoa que acabou não comprando, mas trouxe sua bisavó.

Dona Tereza quer contar a história do Quilombo, só que essa lembrança é do tempo de sua juventude, época em que os escravos já estavam libertos, e ao ter sua atenção chamada para isto, recorda que as fugas eram do exército porque os negros não desejavam ir à guerra.

Dona Tereza é uma mulher endurecida pelas dores da vida e mostra ciclos diferentes para a sua origem, que além do Mazagão Velho, diz ser também de Campina Grande na Paraíba.

Sua memória resgata as professoras da Vila: “finada Maria Tavares”, “Raimundo Campos”, “Brás” e “Antônio”. Lembra que após a chegada do capitão Janary Nunes como governador, as professoras levavam uma turma de estudantes do Curiaú para o desfile do Dia da Pátria. Mas mostra ressentimento vivo das tristezas no casamento e no amor.

Os depoimentos de Dona Tereza revelaram uma perspectiva inversa do que vinha sendo dito sobre família e separação, e converge com o senhor Maximiliano quanto à preservação da raça com casamentos realizados apenas entre as pessoas da própria Vila.

MAXIMILIANO MACHADO SANTOS

Maximiliano Machado Santos, nasceu numa quarta-feira 05 de outubro de 1911. Fez questão de enfatizar que “às quatro da madrugada quando Deus se levantou”, pois era a essa hora que a “Estrela Dalva” subia.

Essas colocações foram feitas após muito tempo de tentativa e de conversa, porque o seu Maximiliano a princípio não queria falar ao gravador. Suas informações foram escritas por um filho seu na véspera do nosso encontro, e, entregues a mim a fim de evitar o registro da voz. (Anexo 6)

Aos 18 anos casou com Francisca Ramos com quem teve 12 filhos, mas só criou 6. Na época da entrevista não mais residia no Curiaú e sim no Bairro do Laguinho em Macapá, porém, todos os anos juntamente com a família responsabilizava-se pelo festejo do padroeiro da Vila.

É pai da Esmeralda, pessoa muito gentil, e que, na responsabilidade da cozinha da festa, deu algumas informações sobre o cardápio. O que ela tem de falante faltava ao pai, que mesmo assim nos prestou informações importantes sobre a Vila, principalmente sobre a diferença entre Batuque e Marabaixo.

Foi o único que revelou a separação camuflada de papéis entre homens e mulheres e também o único a acatar a versão de quilombo enquanto gênese do Curiaú. Afirmou ser juntamente com os irmãos Benedito, José, João, Pedro e Raimundo os maiores proprietários das terras do Curiaú e os únicos portadores de escritura e não apenas de “PAPÉIS do INCRA”.

Seu Maximiliano não nos deu tempo de fotografá-lo, faleceu no início do ano aos 90 anos em decorrência da idade avançada e das doenças que já o consumiam no momento da entrevista.

Capítulo IV

A HISTÓRIA ORAL: ECLÉA BOSI E AS RELAÇÕES DE MEMÓRIA COM AS HISTÓRIAS DO CURIAÚ

Um verdadeiro teste para a hipótese psicossial da memória encontra-se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referências familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta.

(Eclea Bosi. Memória e Sociedade)

O estudo realizado com os velhos na Vila do Curiaú é muito rico e importante, à medida em que mostra-se ímpar diante de tudo que foi visto e lido sobre história oral. É óbvio que essa é uma verdade *a priori*, pois não existe nada igual, principalmente quando se trata de história e de pessoas; porém, os depoimentos dos velhos do Curiaú revelaram realidades específicas durante o momento das entrevistas e gravações, novas revelações surgiram no momento da transcrição, outras durante as leituras e mais novidades durante a construção dos capítulos. A cada etapa, percebia-se gradativamente a singularidade desse povo; porém, é somente ao final que verifica-se a característica *sui generis* de comunidade negra, rural, iletrada e ainda muito distante da chamada “civilização”, embora geograficamente essa distância não mais exista, considerando-se a criação e aproximação de invasões nas proximidades da vila, além da construção da estrada e da introdução de transporte urbano para aquela área.

Diferentemente de tudo o que é lido na literatura específica e em depoimentos de velhos urbanos que mostram-se falantes, insistentes e até muito agradecidos pela presença de alguém,

que deseja ouvi-los contando as lembranças de seu tempo¹, de família, do bairro, do trabalho e dos acontecimentos, o velho do Curiaú, a princípio, emudece, disfarça, tenta mas não consegue coordenar e sistematizar as lembranças ao encontro do que lhe foi solicitado, embora haja gentileza e boa vontade dessas pessoas para com o entrevistador.

Percebe-se inibição, talvez medo de errar e, da mesma forma, certo desconhecimento de suas raízes; daí, o embaraço. Não sabem o que dizer e por onde começar, apesar de todas as orientações recebidas. A linguagem restrita e a distância à qual ficaram submetidos durante décadas deixou-os alheios à historicidade social, coletiva, humana, da mesma forma que os deixou alheios de sua própria história, à medida que não compreendem a vida diária de um cidadão, de um trabalhador isolado ou coletivamente como construção da história.

Seus ancestrais e eles próprios não fizeram e não fazem história de acordo com suas visões. A história lhes parece distante no tempo e no espaço de suas vidas, daí talvez o descaso da juventude “pelas coisas” de sua comunidade, porque, apesar dos protestos e acusações dos velhos sobre os jovens, esses nunca receberam informação dos pais acerca das histórias da comunidade e sua cultura: “Nos levava desde pequeno (...) fazia as barraquinha pra amarrar as redes dos moleque (...) Nesse ponto ninguém conversava. Só viemo a conversar com eles depois de grande né. Pequeno ninguém conversou com eles.”²

O vazio imediato na memória do velho do Curiaú é oriundo do vazio da história, por isso pouco falam ou dizem quase nada saber sobre seus ancestrais e sobre as origens da Vila, alegando que “os seus velhos também nada lhe contaram” sobre o referido assunto. “A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a

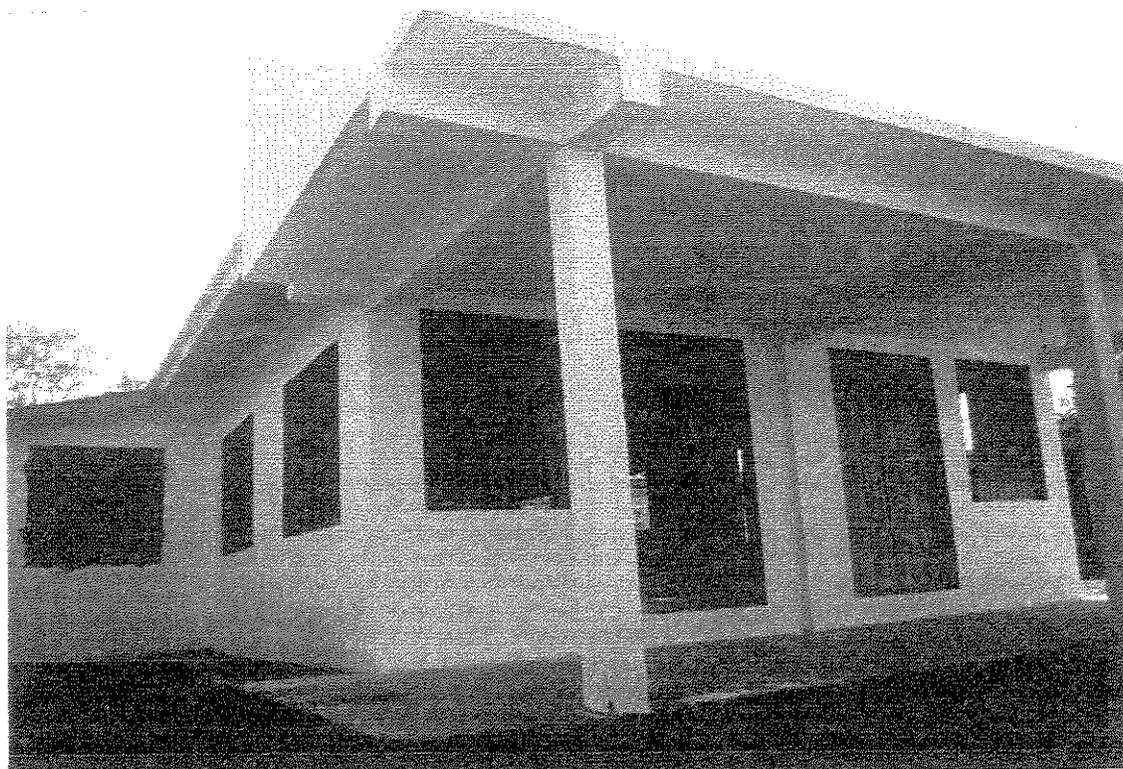
¹ “Curiosa é a expressão meu tempo usada pelos que recordam. Qual é o meu tempo, se ainda estou vivo e não tomei emprestada minha época a ninguém, pois ela me pertence tanto quanto a outros, meus coetâneos?”.
Ecléa Bosi. Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1987, p.342.

² Entrevista com Joaquim Assunção Ramos, dia 27/08/1996.

igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo”³

Por esse motivo os velhos apresentam dificuldades imediatas de “contar” suas histórias, pois sempre tiveram de ser auto-suficientes em todas essas relações de convivências sociais.

No seio da família, as relações eram de trabalho precoce, tanto na roça, pecuária, quanto nos afazeres domésticos realizados principalmente pelas mulheres. Havia rígida obediência, talvez com temor; portanto, sem muitas chances de sentar para dialogar, pois era dito correntemente que “criança não deveria participar de conversa de adulto”, conta Dona Tereza Rosa dos Santos. Escola não existia. Após muito tempo é que “um tal de Antônio” botou lá uns alunos, depois foi a Raimunda Campos, diz a depoente.



A igreja que foi edificada nas últimas décadas, fora dos padrões arquitetônicos dos templos da Igreja Católica, pois foi construída pela comunidade que cultua essa religião em

³ Ecléa Bosi. Memória e Sociedade, p. 17.

virtude de suas origens africanas colonizadas pelo europeu. Seu padroeiro foi comprado e a partir dessa época homenageado com o novenato rezado pela comunidade.

Somente muito tempo depois, um padre por lá aparece no primeiro e no último dia da festa, porém, até hoje, a Igrejinha da comunidade não é ligada ou está sob responsabilidade da Diocese católica. Nem mesmo um pároco há no local que possa ser não somente o guia espiritual daquele povo, mas também o amigo, o patriarca, o instrutor; enfim, tudo aquilo que cabe ao padre de uma comunidade.

A profissão foi absorvida do conhecimento empírico, passada de pais para filhos, de geração para geração, à luz da experiência do dia-a-dia, da observação e da imitação.

Diante dessa realidade, infere-se a existência de comunidade apartada de outros grupos de convívio e grupos de referência; portanto, alheias talvez de algumas raízes de sua raça. O velho do Curiaú que hoje critica o jovem é o adulto de ontem que, na evocação feita por Halbwachs⁴, mostra-o também “entretido nas tarefas do presente, não procura habitualmente na infância imagens relacionadas com sua vida cotidiana”⁵

Um ponto convergente é porém encontrado, talvez fruto dos tempos e da idade dos depoentes que, ao atingirem esse estágio atual, estão em grau superior e elevado em relação aos adultos e aos jovens, pois, hoje, interessam-se bem mais pelo passado do que estes, embora isso não signifique que estejam em condições de evocar maiores recordações do passado do que quando adulto, sobretudo porque sabe-se que, na fase adulta, não buscaram como hoje buscam as informações e a escavação das lembranças, para a “função própria” de lembrar, isto é, ser talvez. “a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade”⁶

⁴ *In* Ecléa Bosi, p. 23

⁵ *Idem. Ibidem*

⁶ *Idem. Ibidem.*

Atualmente, costuma-se impor ao velho uma determinada obrigação de lembrar e sem nenhum vacilo, equívoco ou vazios, cobrança não dirigida ao adulto, que, na plenitude de suas atividades, inclusive de memória, ocupa-se menos em lembrar, envolve-se mais com as relações cotidianas e reforça a institucionalização da idéia que lembrar é tarefa para velho.

Esse pensamento tem eco no comportamento do jovem do Curiaú ao rejeitar a dança do Batuque, pois, para ele, talvez inconscientemente, dançar o Batuque seja uma forma de lembrar, e lembrar é tarefa específica dos velhos que, em virtude dos tempos já vividos, e em virtude de na época da fase adulta, estarem envolvidos com as atividades cotidianas, não lhes sobrava espaço para recordar, coisa de que hoje, se apropriaram porque seus interesses foram deslocados; portanto, suas reflexões seguem agora novos rumos que precisam ser trabalhados, pois assim suas lembranças serão úteis e não somente a repetição de uma situação anacrônica. Há necessidade do espírito no processo de lapidação do diamante bruto da lembrança.

As visitas diárias ao Curiaú estabeleceram relações de pesquisa participante, a frequência e intimidade com aquela comunidade foi suscitando nos velhos a vontade de lembrar para falar. Apesar de “terem perdido” muitas informações, repassaram também quantidade e qualidade suficientemente necessária para o estudo e compreensão daquela realidade.

Através da evocação dos negros velhos do Curiaú, que após um período muito curto de convivência passam espontaneamente a brilhantes professores de história, conheceu-se um mundo social cuja riqueza e diversidade não era conhecida antes. Suas narrações transpareciam nostalgia, revolta, resignação pelo desaparecimento de entes amados e pela própria situação, além das lembranças da infância.

Seu Waldivino, ao falar da brincadeira do peão de pau, que girava ao ser impulsionado por um barbante grosso que era enrolado ao brinquedo diz. “E hoje moleque, não se vê eles brincar com isso (...) Acho que eles nem sabe”⁷



A saudade da infância é lembrança cativa na memória dos velhos, independentemente da situação que viveram. Dona Sebastiana choramingou de saudades, mas ao mesmo tempo confessou que hoje está melhor, pois sua infância foi cercada de miséria, muita fome e sofrimento: “A criança sofre, o adolescente sofre. De onde nos vêm, então, a saudade e a ternura pelos anos juvenis? Talvez porque nossa fraqueza fosse uma força latente e em nós houvesse o germe de uma plenitude a realizar”⁸

⁷ Entrevista com Waldivino Soares Ramos, dia 09/08/1996.

⁸ Ecléa Bosi, p. 41.

No diálogo travado atenciosamente com Bosi, toma-se conhecimento dos dois tipos de narrador, aquele que chega de um espaço alheio, distante, mas que narra e comenta sobre aquilo que viu, e o que permaneceu, que conhece bem sua terra e sua comunidade.

Segundo a autora, o narrador vence as distâncias do espaço e retorna para falar sobre suas aventuras. Ela crê que esse é o motivo pelo qual viajamos, pois isso nos dá um fardo de conhecimento imprescindível para o conselho, que hoje parece expressão antiquada, e que ocorre devido à diminuição da comunicabilidade de experiência tão útil em tempos passados.

O narrador não faz nada além de narrar sua própria experiência e influenciar para que esta se transforme em experiência dos que escutam. Esse é o conselho que os velhos do Curiaú desejam dar à juventude.

Independentemente de ser narrador que venha de fora ou daquele que ficou, a palavra chave é dialogar, é lembrar para sobreviver e eternizar uma “raça”, um povo e uma história. “O narrador está presente ao lado do ouvinte. Suas mãos experimentadas no trabalho, fazem gestos que sustentam a história, que dão asas aos fatos principados pela voz. Tira segredos e lições que estavam dentro das coisas faz uma sopa deliciosa das pedras do chão, como no conto da carochinha. A arte de narrar é uma relação alma, olho e mão: assim transforma o narrador sua matéria, a vida humana”⁹

As relações de tempo e memória nos depoimentos dos negros velhos do Curiaú não apresentam a sucessão de etapas cronológicas nos moldes de tudo que se observa nas lembranças narradas pelos “velhos de Ecléa”, cujos marcos concentram-se em “mudança de casa ou de lugar, morte de um parente, formatura, casamento, emprego, festas”.

⁹ Idem. p. 49.

Os negros velhos depoentes da Vila do Curiaú, com exceção do senhor Joaquim Tibúrcio, não retiveram datas, nomes de ancestrais, de cidadãos do município, acontecimentos locais e relações políticas. Não falam da família, das características dos pais, do nascimento de um filho, não fazem relações de acontecimentos com datas significativas para eles. Essa peculiaridade contraria as idéias de Ecléa Bosi, para quem: “Cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história. O caudal das lembranças correndo sobre o mesmo leito ...”¹⁰

Porém, observa-se a afinidade das memórias quanto aos acontecimentos gerais e culturais da comunidade: a origem da Vila, a chegada de São Joaquim para ser padroeiro do lugar, os festejos sagrados e profanos. Mas, o curioso é que somente o seu Joaquim Tibúrcio, detalha suas lembranças, fala dos bisavós, avós, pais e relaciona nominalmente cada um dos irmãos. Descreve a vida no Curiaú antigo e não perde de vista a relação daquele lugar com o município de Macapá, através das relações comerciais da farinha de mandioca eventualmente negociada na capital do Estado.

O relato do senhor Joaquim Tibúrcio leva o ouvinte ou leitor a conhecer Macapá das décadas de 30 e 40, com seus prédios, comércio e comerciantes, cujas personalidades e comportamentos não saíram das lembranças do velho depoente: “... de 44 pra cá (...) Nessa época, eu prestei atenção, tinha seis comércio dentro do Macapá (...) Butava farinha nesse igarapé e ia subi lá defronte da casa do Zagury. Hoje eu tô ouvindo falá que muito binificiado, muito limpo. Aquela pousada era pau e (...) era um chavascar aninga e o mato que tinha por lá, o brabo da mata mermo. E nessa hora a ‘samichuga’ era por aqui. Ali tinha uma véia num prédio bem próximo da Zagury em frente ao BANAP, tem um prédio arto, era um tar de sobrado da Regina Soares, então ela fumava aquele cacimbão (...) ela tirava o sarro do cachimbo e butava e o

¹⁰ *Idem*, p. 339.

Zagury pegava a pólvora (...) e puxava a samichuga. Que a senhora não se engane, que aquilo é bicho prejudicado”¹¹

Ecléa Bosi mostra que os fatos ocorridos em âmbito restrito diferem no âmbito da memorização daqueles que foram revividos por um grupo durante anos. Porém, ambos sofrem processo de desfiguração, fruto da tendência da mente humana de remodelar e dar matizes, a fim de que as situações possam ter utilidade e espaço no presente. Sobre isso Ecléa afirma que “... a memória grupal é feita de memórias individuais”¹²

Porém, logo adiante reflete e questiona o caminho e o comportamento dessas memórias: “... Será a memória individual mais fiel que a social? Sim, enquanto a percepção original obrigar o sujeito a conter as distorções em certos limites porque ele viu o fenômeno”¹³

E os relatos detalhados prestados pelo senhor Joaquim Tibúrcio parecem vir ao encontro do que diz a autora, pois primam pelas lembranças daquilo que viu, embora também conte algumas coisas narradas pelos avós. Curioso também é o fato de que somente esse depoente fala das lembranças de família com detalhes.

O senhor Waldivino lembra da educação recebida e da obediência ofertada aos pais, mas não diz sequer seus nomes. Dona Sebastiana lembra da pobreza da família e do sacrifício do pai, mas é só. Os demais não trabalham a memória para lembranças de família em direção aos ancestrais. Paradoxalmente, ao discurso de respeito e afeto que dizem ter tido pelos pais, percebe-se a concepção de família voltada para o núcleo por ele constituído, pois fazem questão de quantificar o número de filhos, relacioná-los e caracteriza-los “ainda está solteiro” ou “trabalha na Prefeitura de Macapá”.

¹¹ Entrevista com Joaquim Tibúrcio Ramos. dia 13/08/1996.

¹² Ecléa Bosi, p. 340.

¹³ Idem, p. 341.

Essa inferência é reforçada quando percebe-se que o casamento é o grande marco. Todos lembram essa data e dirigem-se ou lembram do cônjuge com muito respeito e saudade: “Eu tive com a muié que foi minha até essa data 17 filhos. Eu casei em 1947, no dia 07 de junho. Eu fiquei viúvo em 1994, no dia 04 de junho. Noventa e quatro, noventa e cinco ela fez um ano, noventa e seis ela fez dois anos”¹⁴

Sobre as lembranças de família, Bosi explica a sucessão de mudanças do modelo familiar ocorridas ao longo dos anos: “A família que agora conhecemos é restrita ao grupo conjugal e aos filhos, em geral poucos; inclui cada vez menos parentes, agregados e protegidos. Uma larga parentela de tios, primos, padrinhos, rodeava de tal maneira o núcleo conjugal que ele se sentia parte de um todo maior”¹⁵

É interessante como algumas controvérsias surgem ao se tentar compreender ou até comparar a realidade familiar da Vila do Curiaú, pois há uma queixa generalizada quanto à juventude local; porém, observa-se uma mesclagem de culturas na vida cotidiana daquela comunidade que a passos largos caminha para integração total com o município, perdendo portanto sua identidade não por culpa da juventude, mas por todo o processo ao qual estão sendo levados.

Por tudo o que se escutou pode-se perceber que os velhos de hoje integraram-se com suas raízes menos do que cobram da juventude hoje. Obviamente, os motivos e características não são afins, pois as lembranças das décadas de 20, 30 e 40 estão intrínsecas a questões de trabalho na agricultura, na pecuária, na criação de aves, na pesca e na fabricação de farinha. Paralelamente, lembram-se das festas dos santos, mais especificamente de seu padroeiro São Joaquim. Esse, parece ser, para os velhos, o melhor momento do exercício da memória.

¹⁴ Entrevista com Joaquim Tibúrcio Ramos, dia 13/08/1996.

¹⁵ Ecléa Bosi p. 344.

Ao falarem da festa, os velhos do Curiaú mudam a fisionomia de esquecidos, confusos, não sabedores do que responder diante das perguntas para transformar-se em criaturas falantes, alegres e catedráticos no tema. Quando o assunto é festa, cardápio, Batuque, Marabaixo, caixa, pandeiro, fogueira e outros, as respostas são imediatas e as explicações compreensíveis.

Apesar de dizer nunca ter cantado e nunca ter brincado nos festejos de São Joaquim, o velho Francisco Damásio sabe explicar as diferenças entre Batuque e Marabaixo : “O Batuque é com tambores e pandeiros e o marabaixo é com a caixa, só a caixa”¹⁶

Desejar que os depoentes do Curiaú voltem suas lembranças para fatos políticos e sociais é exigir demais de cidadãos que labutaram duramente pela sua subsistência, revelaram sua humanidade e sensibilidade nas relações afetivas e amorosas, praticaram sua espiritualidade na fé dedicada a São Joaquim e extravasaram as coisas ruins que a vida lhes mostrava numa boa cuia de gengibirra, ao mesmo tempo em que suavam as camisas e feriam as mãos tocando, cantando e dançando Batuque.

Não é difícil compreender o motivo pelo qual o capitão Janary Nunes é lembrado por todos sem nenhuma queixa ou crítica. As informações e as necessidades de sobrevivência não chegavam aos ouvidos e aos pratos de cidadãos que trabalhavam para subsistência.

Nos dias atuais observa-se a memória política ainda muito indiferente aos candidatos e partidos. Para os velhos, então, “essa prosa” não tem efeito, pois esses já não votam; portanto, colocam-se à parte do processo.

Os jovens do Curiaú não se relacionam com o lugar e comunidade nas mesmas características dos pais, que conviveram com o isolamento devido às distâncias espaciais e às carências de transporte.

¹⁶ Entrevista com Francisco Damásio Ramos. dia 27/08/1996.

A juventude estuda e trabalha em Macapá, pois não existe na área da comunidade escola de 1º e 2º graus. Sua convivência com a capital é diária; portanto, são vulneráveis às influências externas da “sociedade burguesa”, assimilando, com facilidade, os hábitos, costumes, valores e modismos dessa sociedade que também são trazidos gradativamente aos lares e ao seio familiar, unindo-se com os “pais adultos”, isentos da responsabilidade da lembrança e envoltos nas responsabilidades cotidianas.

Dessa forma, a cultura negra da vila do Curiaú perde-se na memória, e pouco restará para contar às próximas gerações.

Nesse ponto, os velhos depoentes têm razão e afortunadamente a eles coube o registro “das histórias sobre a história da Vila do Curiaú”, a partir da metodologia usada por Ecléa Bosi, que diz que para resolver a dualidade dos pressupostos de Stern sobre “memória pura” existente no inconsciente e a idéia de que as lembranças são refeitas pelos valores do presente, “o único modo correto de sabê-lo é levar o sujeito a fazer sua autobiografia. A narração da própria vida é o testemunho mais eloqüente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a sua memória”¹⁷

¹⁷ Ecléa Bosi . p. 29.

Capítulo V

A MEMÓRIA RELIGIOSA

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos, pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente.

(Ecléa Bosi, Memória e Sociedade)

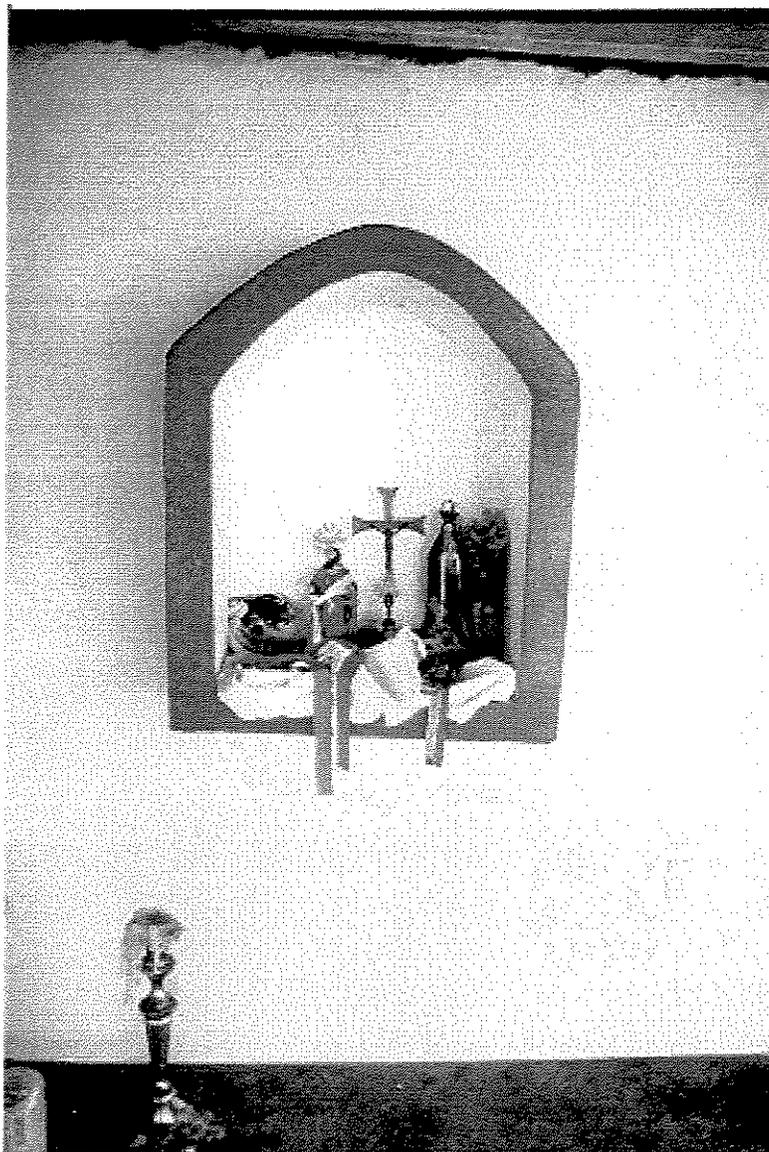
5.1 – As Festas dos Santos com Seus Rituais Sagrados e Suas Manifestações Profanas

A religiosidade é característica marcante na vida e memória do negro do Curiaú, que em sua fé cristã, católica, celebra festas para os santos. São Joaquim, por ser padroeiro da Vila, tem a melhor e maior festa, realizada no período de 9 a 19 de agosto, com muita reza, comida e dança.

Não se sabe precisar a data início dessa tradição; os depoentes dizem que, quando nasceram, já encontraram o santo padroeiro; porém, o senhor Joaquim Tibúrcio, nossa mais rica e detalhista memória, que coincidentemente chama-se Joaquim juntamente com um percentual significativo de negros da vila, cujos pais homenagearam o santo padroeiro e a ele pediram proteção aos filhos, informa que “mandaram buscar o santo (...) pra ser padroeiro da terra”, mas que o iniciador desse episódio foi Inácio Antônio Ramos, mestre-sala e “brilho” do velho Chico Inácio dos Santos, cidadão cuja identidade não conseguimos desvendar precisamente, nem a época e sua importância do cenário da comunidade; porém, presume-se que seja Francisco Inácio, escravo do Senhor Miranda.

O início desse festejo pode ter ocorrido na segunda metade do século XIX, pois diz seu Joaquim que tais informações foram prestadas pelo seu avô Rufino de Abedão Ramos, que

contava a tradição da “bandeira”, tendo o senhor Manoel Coimbra do Nascimento e Joaquina Miranda como seus primeiros padrinhos.



A música era responsabilidade de pessoas de uma única família, os primos Rufino de Abedeão Ramos, que tocava pandeiro; Pedro Antônio da Silva, responsável pelos toques do tambor; Benedito Antônio Ramos, numa bandeira, e Manoel Sicílio Ramos, em outro pandeiro, foram os primeiros foliões. Somente após algum tempo, introduziu-se a viola através de Brás Manoel Dias.

Segundo informações do senhor Joaquim Tibúrcio, esse violeiro só ingressou no grupo por ser “mancebo” de sua tia a senhora Ana Maria Ramos, pois sem esse parentesco, seria impossível sua participação porque, para integrar o grupo da folia, não basta habilidade instrumental, o laço familiar é condição indispensável na composição desse seletto grupo, que privilegiadamente está mais próximo do santo padroeiro. Nos dias atuais, a Folia de São Joaquim é composta por 23 foliões entre tocadores e cantores, todos de um único tronco familiar.

Algumas informações do depoente sobre esse assunto chamam nossa atenção quanto à distância das datas, períodos e idade dos foliões. O senhor Joaquim Tibúrcio diz que as informações prestadas sobre essa tradição, vem dos relatos de seu avô, pois ao nascer já encontrou a manifestação religiosa ao santo. “Antão, segundo o meu avô Rufino de Abedeão Ramos – que eles eram primos – ficava no pandeiro; Pedro Antônio da Silva no tambor, que até hoje ainda tá; o Benedito Antônio Ramos numa bandeira, era irmão desse subrinho do meu avô; o meu pai Manoel Sicílio Ramo no pandeiro. Bem, então, foram esses que foram os iniciador”¹

Percebe-se alguns disparates quanto à formação do grupo pioneiro, pois o senhor Pedro Antônio da Silva, tocador de tambor, na memória do seu Joaquim, ainda faz parte do grupo de foliões, tocando o mesmo instrumento. Tal informação é complicada, pois se o senhor Joaquim Tibúrcio tivesse feito parte do grupo de pioneiros da Folia com 1 ano de idade, juntamente com seu pai e avô, distante dele em duas gerações, hoje, com certeza não mais estaria neste seletto grupo porque a idade avançada e a saúde frágil já lhe teriam causado tal impedimento.

Portanto, observa-se a impossibilidade da permanência do mesmo tocador de tambor no grupo de foliões desde os tempos pioneiros até nossos dias. Mas o que acontece? O senhor

¹ Entrevista com Joaquim Tibúrcio Ramos, dia 14/08/1996.

Joaquim Tibúrcio mente? Não! A memória do velho, às vezes, confunde, perde-se na noção de tempo e divaga, misturando tempo e espaço.

Essa memória também concentra-se sempre em algo muito importante e os tambores no Curiaú são instrumentos importantes, à medida que é com eles ao lado dos pandeiros que os negros fazem o Batuque, manifestação cultural das raízes desse povo.

No Curiaú há sempre um coro afirmando que “... a gente toca só Batuque, a gente num pode misturar (...) As pessoas que dançam Marabaixo, né é o pessoal do Laguinho, da Favela. O grupo do Igarapé do Lago tão aqui com a gente porque eles toca também Batuque, o batuque do Igarapé do Lago”²



Observa-se não somente o orgulho pelo toque, pelo canto e pela dança do Batuque, mas sobretudo um desejo muito grande e sempre muito firme de não esquecer a tradição desses

² Entrevista com Esmeralda Santos, filha de Maximiliano Machado Santos e Francisca Ramos (uma das senhoras responsáveis pela cozinha do dia da Festa de São Joaquim). Dia 09/08/1996.

instrumentos, daí sua importância para todos os comunitários da Vila e em especial para o senhor Joaquim Tibúrcio que, a despeito do passar dos tempos, insiste em manter no grupo atual de foliões o velho Pedro Antônio da Silva, contemporâneo de seu avô e não mais habitante desta dimensão.

A importância de Pedro Antônio da Silva é intrínseca ao seu glorioso instrumento – o tambor –, imprescindível para o Batuque e que impõe à comunidade um efeito de preservação cultural tão grande que o senhor Tibúrcio, quando ressuscita o velho companheiro de seu avô, assim o faz para manter as raízes de um povo que cultua a dança do Batuque como manifestação de seus ancestrais.

O Batuque é o orgulho da comunidade do Curiaú, que faz questão de não confundi-lo com o Marabaixo, dança também de raízes negras e muito popular no Estado do Amapá; porém, manifestada e até caracteristicamente própria de apenas algumas comunidades ou bairros negros da cidade e do Estado. Os bairros do Laginho e da Favela são apontados como responsáveis pela manifestação do Marabaixo.

Segundo os depoimentos, a diferença entre Batuque e Marabaixo³ está no fato de que o primeiro é feito em conjunto, enquanto o segundo é feito sozinho, isto é, para fazer a dança do marabaixo, é necessário apenas uma caixa. O senhor Maximiliano assim explica: “... eu pego uma caixa, eu toco e canto e o pessoal dança e o Batuque eu num posso batê sozinho e num posso cantar só (...) O Batuque é dois tambores e dois pandeiros, já dá pra fazê”⁴

O depoimento informa que o Batuque surgiu primeiro, e, que a dança do Marabaixo, que é de inverno, foi fundada para comemorar as festas do Divino Espírito Santo e Santíssima Trindade, que acontecem nos meses de março, abril e maio, período de inverno na região. Porém,

³ Entrevista com Francisco Damásio Ramos, dia 27/08/1996.

⁴ Entrevista com Maximiliano Machado Santos, dia 23/08/1996.

a manifestação extrapolou esse período de festejos religiosos somente em época de chuva e instalou-se durante o ano inteiro. Os bairros do Laguinho e Favela concentram as famílias responsáveis pela produção dessas manifestações, período cujas ruas são fechadas para a dança e a música do marabaixo, acompanhadas pelo estímulo da farta distribuição de gengibirra⁵.



Todos os depoimentos afirmam que a diferença entre Batuque e Marabaixo estabelece-se na quantidade de instrumentos do Batuque, cuja composição completa é de dois tambores e três pandeiros; porém, a dança é igual. Percebe-se a importância simbólica dos instrumentos musicais na manifestação cultural da comunidade negra. Tais instrumentos, por serem construídos na própria comunidade, sem recursos técnicos, e mantidos com as mesmas características de suas confecções iniciais, ainda exigem a prática de um recurso que em nossos dias pode ser incluído no rol das tradições preservadas: a fogueira útil para aquecer o couro do

⁵ Bebida muito apreciada e consumida pelos negros da Vila do Curiaú. É a mistura de cachaça com suco de Gengibirra.

instrumento que ao receber calor afina-se e produz um som mais harmônico e melodioso “Porque ele [couro] frio não presta, o baque sai contrariado, o tambor não fica afinado”⁶

Em visita à festa, percebeu-se que os homens tocam enquanto as mulheres os cercam dançando numa grande roda, ao mesmo tempo em que, de acordo com o compasso do ritmo, giram sobre o próprio corpo, como se fossem um pião. Porém, sempre que se indaga sobre essa hierarquia, a resposta imediata é que “homem também dança”. Apenas o senhor Maximiliano deixa escapar um segredo mascarado: “é mais pra mulher do que pros homens, pra dançar”⁷

O Batuque e toda a estrutura da festa apartam homens e mulheres em atividades caracteristicamente específicas de cada gênero.

Apesar das afirmações de que não há divisão de papéis e tarefas, nenhuma mulher do Curiaú participou do grupo de foliões tocadores, foi mestre-sala, matou boi ..., da mesma forma que os homens não se responsabilizam pela cozinha, salvo se for promessa para alcançar graça difícil: “as vezes [homem] cozinha! Quando, o camarada diz: Óia, eu tenho uma promessa pra mim cozinhar. A gente dá, deixa fazê. Mas tirando disso, é só as mulhé que pode cozinhar”⁸.

Porém, apesar dessa distribuição de papéis, a comunidade une-se e confraterniza-se durante os festejos de São Joaquim. Seja na reza da ladainha, na dança do Batuque, do baile, no consumo da gengibirra ou do caldo de cozidão. O santo merece esse momento de amor e solidariedade, que une a Vila em torno de si própria e de todo o Estado, que passa a conhecer e reconhecer nessa comunidade o símbolo de uma raça que busca preservar suas tradições.

⁶ Entrevista com Maximiliano Machado Santos, dia 23/08/1996.

⁷ Idem.

⁸ Idem.

Interessante, porém, é o lugar de destaque que a manifestação profana tem no festejo do santo, pois quando se indaga sobre a comemoração, com poucas exceções, imediatamente falam do Batuque; porém, pelo relato de Joaquim Tibúrcio, infere-se que esse foi agregado à festa a partir da solicitação do bispo Dom Luís, que em uma de suas idas ao Curiaú, para rezar a missa no festejo de São Joaquim, pediu para presenciar a dança que escutava falar mas não conhecia.

Diante de tal solicitação a demonstração foi feita pelas mulheres, pois seu Joaquim, que durante toda a entrevista afirma que homem também dança, deixa escapular a seguinte frase: “... aí o bispo pediu pra nós fazê uma demonstração que ele queria conhecer o Batuque. Aí eu num me prestava mermo ... só ficou pras dançadeira ficá fazendo a manobra delas”⁹

O depoente conta que nessa ocasião o bispo acompanhava-se do padre Raul Gusmão e de uma freira italiana de que não sabe o nome, mas lembra-se que ela, não resistindo ao ritmo do Batuque, deixou o corpo gingar de acordo com o compasso. O senhor Joaquim presume que, se não fosse a presença do bispo, a freira teria ido para dentro da roda.

Não se sabe a data de inclusão do Batuque na programação dos festejos de São Joaquim, mas unanimemente afirmam que o Batuque é melhor que o Marabaixo: “É diferente (...) Em compensação está em primeiro lugar, pra animar mermo é o Batuque”¹⁰

A cada pausa, há um lamento do depoente sobre a relação da juventude local com suas tradições, principalmente com as manifestações culturais de raízes, desabafa uma memória saudosa dos ancestrais e sua decepção com a juventude: “Num quer mais nada, num que mais nada (...) Antão, por aí vem vindo essa animação do tempo dos nosso véio. Não pode se esquecer

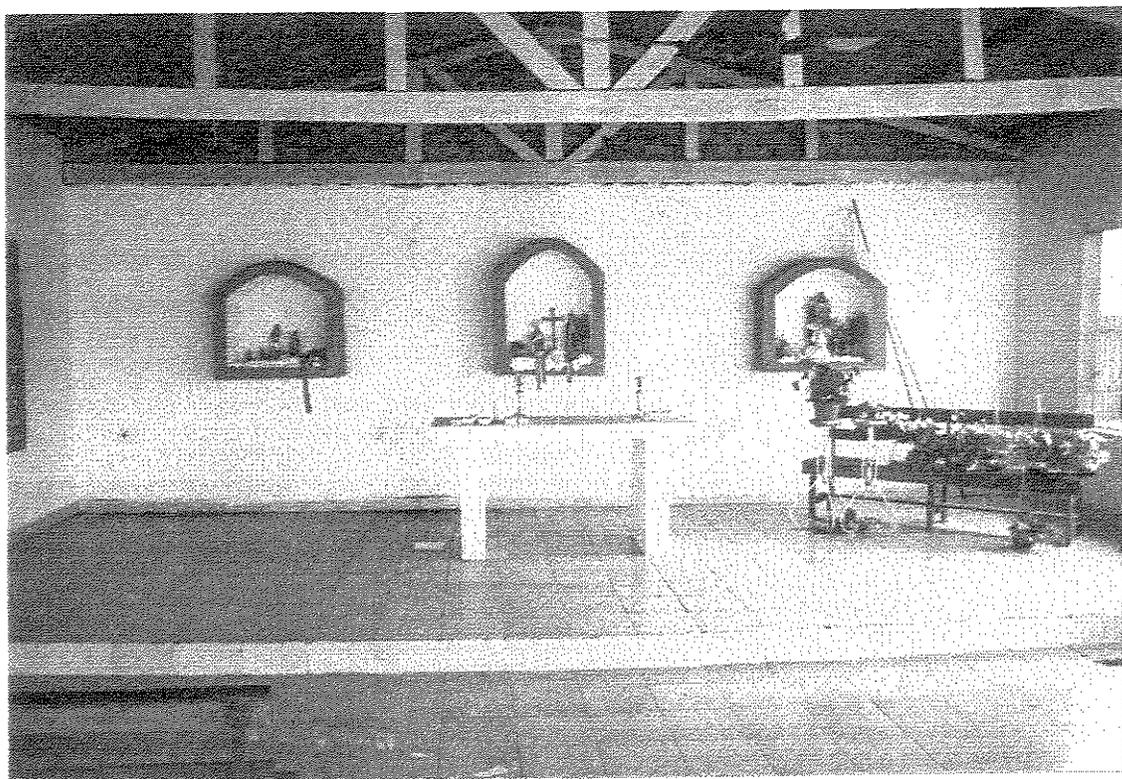
⁹ Entrevista com Joaquim Tibúrcio Ramos, dia 14/08/1996.

¹⁰ Idem.

disso. E gente de responsabilidade quando chega aqui e tá animado, ele entra lá no meio. Agora os nossos daqui, como eu já lhe botei, eles num sabem o que ocupam. Quando há uma festa aqui eles estão aí nessa lombada, arriscando dum carro, fazendo crítica. Isso que eu queria num agravador pra butar no público”¹¹ .

Apesar dos lamentos dos velhos do Curiaú sobre o descaso dos jovens diante de suas raízes e tradições, a festa continua atraindo turistas de todos os lugares.

As comemorações para São Joaquim acontecem no Curiaú de Fora, na capela construída recentemente, pois durante muito tempo o santo, que nenhum morador sabe explicar porque tornou-se padroeiro da Vila, mudava de casa em casa, conforme a troca do festeiro, e nessa andança o santo parou primeiro na casa de Martinho Pereira e depois, na residência de Francisco Marinho da Paixão.



¹¹ Idem.

Os moradores da Vila não conhecem a história religiosa de São Joaquim, dizem que ao nascerem encontraram o padroeiro, portanto, nada mais tinham a interrogar. Suas relações com o santo estreitam-se no período de festa, quando reúnem-se muitas vezes para a organização do evento.

Ao festeiro cabe a maior responsabilidade, pois coordena tanto o lado sagrado quanto o profano. A responsabilidade religiosa fica por conta da ladainha que é rezada em latim durante 9 noites com a participação dos pagadores de promessa. No primeiro e no último dia, 9 e 18 de agosto, respectivamente, a comunidade conta com a presença de um padre da capital, que nos dias atuais não enfrenta os sacrifícios de locomoção ocorridos há tempos atrás, quando os mesmos, segundo o seu Waldivino, vinham em carro de burro ou andavam a pé os 14 Km que separam Macapá da Vila do Curiaú, para rezar a missa numa comunidade 100% católica: “Toda católica. Aqui dentro dessa comunidade do Curiaú tem crente, mas de fora. Filho da terra não tem. Tem nenhum. Eles fazem essa assembléia deles aí, mas aqui não tem nenhum crente não”¹²

Os depoentes informam que o santo do Curiaú tem dono, pois o mesmo foi comprado, não se sabe precisamente onde, talvez em Belém, e em tempos remotos.

Diz o seu Tibúrcio que foi Francisco Inácio dos Santos, irmão da velha Domingas, quem mandou comprar o santo e, juntamente com seus irmãos, registraram São Joaquim como padroeiro do lugar, passando para trás Santo Antônio, que já existia e era cultuado na Vila.

¹² Entrevista com Waldivino Soares Ramos, dia 08/08/1996.

Mais uma vez, estamos diante de um dilema, pois o negro Francisco Inácio dos Santos é o escravo do seu Miranda que, juntamente com seus irmãos, inclusive a senhora Domingas, avó de Joaquim Tibúrcio, herdou as terras e o gado; portanto, são os primeiros habitantes e donos do lugar, ficando contraditória a afirmação de que já existia um santo, no caso, Santo Antônio, cultuado por um grupo de pessoas. Quem seria então esse grupo de pessoas?

O seu Joaquim Tibúrcio, neto da senhora Domingas, que segundo ele foi pioneira da Vila do Curiaú, juntamente com seu irmão, o famoso Francisco Inácio, ao ser questionado sobre o motivo pelo qual São Joaquim é o padroeiro da Vila, assim fala: “foi justamente, esse Francisco Inácio dos Santos, era irmão dessa véia Dominga e o santo que primeiramente era esse Santo Antônio, mas num foi registrado pra padroeiro da terra. Aí foi justamente quando ele fez a sociedade com os irmãos para trazer o santo, mandar buscar São Joaquim pra padroeiro da terra do Curiaú”¹³

O santo padroeiro que hoje é “propriedade” de um senhor chamado Joaquim, alcunhado de “Carolina”, também não escapou da crise financeira dos últimos tempos, pois hoje encontra-se pobre, não é mais o maior dono de gado do lugar, situação completamente inversa aos tempos remotos. Nas palavras do seu Waldivino, a situação financeira do padroeiro nos dias atuais é de dar dó, ao ponto de chamá-lo de coitado: “agora é que essa festa tá acabada (...) tinha época que os bichos dele aqui ninguém mexia, porque ele já teve muito gado, esse santo aqui. Esse santo era rico, tinha muito gado (...) mas hoje São Joaquim, coitado, não tem nada. Que surgiu o povo novo né e meteram a mão e acabaram com tudo”¹⁴

A acumulação de riqueza do santo padroeiro assemelha-se à concentração de riqueza da Igreja Católica na Idade Média, originária dos “presentes” recebidos por ocasião de suas

¹³ Entrevista com Joaquim Tibúrcio Ramos, dia 14/08/1996.

¹⁴ Entrevista com Waldivino Soares Ramos, dia 08/08/1996.

andanças pelo Estado, que ocorriam a pedido de devotos querendo pagar promessas. A folia do Curiaú deslocava-se aos lugares mais longínquos para realização da ladainha e folia, cumprindo a promessa do cidadão que, agradecido, dava-lhe um boi.

Em virtude desse episódio ser muito freqüente, o santo chegou a acumular um número significativo de reses, das quais, algumas eram tiradas para o abate por ocasião da festa. O seu Waldivino diz que “tinha época que aqui boi dele daqui ninguém mexia. As vezes o que vinha de fora a gente ainda soltava, que ele ganhava muita oferta sabe”¹⁵



As narrações, deixam transparecer a derrocada econômica do santo influenciando na preservação da fé e da cultura. A comunidade do Curiaú afirma que o santo é milagroso e que atende os pedidos concedendo graças aos fiéis, mas o desânimo misturado à revolta do seu Maximiliano torna-se visível ao dizer que ele “era um santo que fazia muito milagre ... agora que

¹⁵ Idem.

não, agora que não dão nada pro santo. Porque esses filhos que ficaram, eles num sabe fazê, eles só querem é pro bolso deles”¹⁶

Fica muito claro que na comunidade todos sabem que “santo foi roubado”, da mesma forma que sabem quem roubou; porém, tal crime continua impune, pois tanto o santo quanto seu dono não se dirigem aos órgãos competentes, a fim de reivindicar seus direitos. Nos últimos anos alguém doa um boi e o festeiro responsabiliza-se pela compra de outro, que juntos, serão servidos aos presentes na forma de cozidão e assado.

A comunidade católica do Curiaú reconhece seu santo padroeiro como milagroso; porém, ressalta sempre que ele atende de acordo com o alcance dele, pois raciocinam, obedecendo a hierarquia inspiracional católica, onde Deus está acima de tudo, que “Ele atende nosso pedidos e os das pessoas que crêem nele. Porque pro santo fazer o milagre, a gente num tem que acreditar só no santo, a gente tem que acreditar em Deus. Porque Deus é um pai né? Então a gente pedindo em nome do senhor ele nos atende né?”¹⁷

Os moradores da Vila do Curiaú entrevistados falam sobre os preparativos e organização da festa do santo, sobre as promessas, os sacrifícios e outras informações; porém, não sabem sobre datas e motivos pelos quais São Joaquim é o padroeiro da Vila, desconhecem sua história, não sabem que seu padroeiro é pai de Santa Maria e tampouco que no Brasil foi eleito protetor dos anciãos. Para essa comunidade, tais informações não surtem nenhum efeito. Suas atenções, voltam-se para a fé cristã na força da ladainha rezada em latim durante 9 noites, a despeito da Igreja Católica ter abolido essa língua do ritual católico desde a década de 1960.

Na ladainha, a pequena Igreja fica lotada com a presença dos negros velhos da comunidade e visitantes vindos dos mais diversos lugares, inclusive do exterior. Porém, segundo

¹⁶ Entrevista com Maximiliano Machado Santos, dia 23/08/1996.

¹⁷ Relato de Esmeralda Santos (enquanto servia o jantar da festa de São Joaquim) no dia 09/08/1996.

os depoentes, se nesse ritual houver a presença de jovens, esses não são do Curiaú, pois a juventude curiauíense revela desprezo por suas raízes, não participa de nenhuma atividade e faz questão de nada saber sobre suas origens e sua cultura.

Há um temor na comunidade anciã pela previsão que fazem quanto ao extermínio de suas raízes. Os negros velhos desejam manter a continuidade do festejo, mas encontram-se diante de um problema, pois a tradição da bandeira tem sua ritualidade fundada na hereditariedade, exigência impossível de ser atendida se os jovens permanecerem na posição de descaso diante de todo o acervo cultural da Vila do Curiaú.

Os jovens não dançam o batuque, não participam da ladainha e recusam-se a escutar sobre a história do Curiaú. O Senhor Joaquim Assunção, presidente da Associação de Moradores diz que nem mesmo suas filhas fogem à regra da rejeição em relação as tradições “O problema, porque eles dizem que não são velho. Eles não são velho. O problema deles é esse. É eles acham isso. E acho que é. Eu acho não! é. Essas minha minina, eu digo: gente, vamo dançar! Quem disse que elas vão. Eu falo perto das minha filha que elas também são disso”¹⁸

As tradições do Curiaú agonizam e necessitam de socorro, a fim de que a juventude compreenda a importância da raça negra na construção da nação brasileira, da mesma forma que deverão compreender o manancial de riqueza cultural que compõe a Vila: “Não gostam. Se esconde. Não sei por quê. E no outro tempo, no tempo em que eu me criei, cê tinha seu pai, ou se seu pai tava cantando, cê tava do lado dele, beservando o que ele tava cantando pra mais tarde ou mais cedo, cê aprender, pra quando ele morresse, você já saber nem que seja um pouquinho né (...) Agora eu vou te dizer uma coisa: se morro eu, o Marinho, que nós tamo pra morrer, ali meu

¹⁸ Entrevista com Joaquim Assunção Ramos, dia 27/08/1996.

irmão, o Carlos, ali o Tetéu que eu sei que acaba se esses homem morrer, se a coisa se acabar, o Batuque aqui acaba, porque não tem quem bate”¹⁹.

No Curiaú, restam poucos compositores de batuque, o seu Joaquim Assunção, o Marinho, o João Marinho, o Tetéu e o Carlos Ramos, este último, irmão de seu Joaquim e o único da família que se predispõe a cantar batuque. Ressalta-se que o Carlos não faz parte da quase extinta ala de compositores, mas, para o preocupado depoente, o fato de ter na sua família alguém que, pelo menos cante as cantigas de batuque e não tenha vergonha de suas raízes, é de grande alegria: “... o meu irmão Carlos, que mora lá em Macapá, é o único que ainda canta aqui o Batuque, que o resto, ninguém canta”²⁰

Os negros velhos do Curiaú percebem que, aos poucos, o Batuque irá desaparecer da festividade, ou permanecerá, mas não nos moldes atuais de parte da festa, dançado “por todos” da comunidade, como manifestação espontânea. Talvez permaneça enquanto apresentação folclórica de um grupo de dança da capital, convidado por um dos órgãos de cultura do Governo do Estado que, já nos dias atuais, tem conseguido interferir na organização da festa, como uma espécie de treinamento ou estágio, para assumi-la definitivamente daqui a alguns anos, pois aos poucos o Batuque perde força e dá mais espaço para o “baile” que aos olhos dos velhos depoentes degrada a festividade: “O batuque nos achamos aí, brincando São Joaquim inda de noite. Agora que já dá baile, mas antes não tinha, era só batuque. Agora não, já tem baile. A festa de São Joaquim são nove noite. Meteram baile”²¹

A preocupação dos velhos tem fundamento. Desafortunadamente, pode-se conjecturar que há um processo de desaparecimento gradativo dessas manifestações de raízes, pois o grupo

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

²¹ Entrevista com Francisco Damásio Ramos, dia 27/08/1996.

de velhos compositores está reduzido e os jovens recusam-se a participar de qualquer atividade que cultue as raízes da raça negra.

A situação de doença da velha tradição chega ao estágio de gravidade mais elevado, está prestes a partir, deixando para o baile, que também não é freqüentado pelos jovens da comunidade, a responsabilidade solitária pela profanidade da festa de São Joaquim, padroeiro da Vila de Curiaú. “Eles não sabe que o batuque (...) é uma coisa que aqui não tem valor, mas aí pra fora o batuque é uma coisa que tem muito valor. Cê pode ver aí na televisão como é o batuquezinho lá do Maranhão pro nosso. Ali no Igarapé do Lago o Batuque é diferente desse nosso, mas cê chega lá, desse tamaninho, as menina tão no meio e amanhece o dia lá, junto com o pessoal grande. (...) Cê vai ali no Maruanum, lá eles não faz Batuque, faz Marabaixo, mas o Marabaixo de lá é a noite todinha. Uma hora dessa assim, você olha dentro do barracão da sede, o bicho cheio. Tá desse tamanho, os moleque, as criancinha, as mocinha, tudinho lá dentro. É só aqui no Curiaú que as menina não quer ...”²².

Se a atual e, conseqüentemente, as futuras gerações do Curiaú mantiverem esse comportamento de desapego à sua cultura, indaga-se a quem caberá a continuidade desse festejo? A resposta aponta em direção ao poder estatal, que, independentemente da facção política, aborda o Curiaú como peça de museu, situado anacronicamente no espaço de uma “capital moderna”.

Paradoxalmente, também é esse o comportamento dos governos que vêm contribuindo com as “inovações e modernizações” implementadas na Vila. Os eventos do “Macapá Verão”, impostos à comunidade no mês de julho, é prova clara da interferência autoritária de um governo que, contraditoriamente, assinou um documento de propriedade, de tombamento e de preservação ecológica e cultural desse povo. (Anexo 7)

²² Entrevista com Joaquim Assunção Ramos, dia 27/08/1996.

O ritual dessa festa, que está prestes a passar das mãos da comunidade negra para o poder estatal, dura 9 dias, começando com a procissão de São Joaquim, pela manhã, cujo percurso vai do Curiaú de Dentro para o Curiaú de Fora²³, retornando ao mesmo lugar onde se localiza a capela do santo padroeiro.

O casal de mestre-sala e porta bandeira, antes também conhecidos como padrinho e madrinha, hasteia a bandeira ao mastro fincado em frente à capelinha quando chega a procissão, cerimônia acompanhada por todos os romeiros.

Iniciam-se os preparativos para o período noturno, considerado o ápice da comemoração, que é quando acontece a ladainha, a queima de fogos, o pagamento de promessas e penitências, a folia e o batuque paralelo ao jantar, antes regado a gengibirra, e nos dias atuais, para acompanhar a modernidade dos tempos e devido à presença de muitas pessoas de fora, também regado a cerveja.

O segundo momento da festa inicia-se às 18 horas, quando o casal de mestre-sala e porta-bandeira desce do mastro a bandeira hasteada à chegada da procissão. Após esse ritual, toda a comunidade dirige-se à capela, inclusive os foliões, os promesseiros, os batuqueiros; enfim, todos os presentes.

A ladainha é iniciada pelo “festeiro” e por um padre, quando presente. A pequena capela lota, a hierarquia da comunidade surge com a festa, pois os familiares do festeiro, do mestre-sala e da porta-bandeira assumem os lugares à frente nos bancos localizados à esquerda do altar.

Nos bancos da frente e à direita, ficam os promesseiros e convidados ilustres. Por toda a capela, espalham-se visitantes que acotovelam-se para melhor acompanhar o ritual.

²³ Separação verbal dada à Vila do Curiaú em virtude da estrada que bifurca o seu território, dividindo em duas grandes áreas.

Pesquisadores de vários lugares, turmas inteiras de colégios e universitários, além de parte da população do Estado fazem-se presentes na festa religiosa mais emocionante da capital, não esquecendo é óbvio da festa de São José de Macapá, padroeiro da cidade.

Por conta dos rituais sagrados, permanece-se na capela uma média de 2 a 3 horas seguidas. Os negros do Curiaú esboçam em seus semblantes a fé pelo santo que lhes intermedia com Deus. “Os ilustres” acomodam-se, sentem que nesse momento “esse poder” ainda não lhes pertence; e os demais se tornam mais atentos, como que não querendo perder um único detalhe daquilo que presenciam e que lhes será útil, dependendo do objetivo pelo qual para ali se dirigiram.

O grupo de foliões esboça uma fisionomia de felicidade, misturando fé e raízes de uma raça, os dedos do seu Waldivino batem maravilhosamente a rústica viola, confeccionada por ele mesmo num ritmo acelerado e vigorosamente jovem, contrastando com as rugas do rosto e os seus cabelos brancos.

Os trajes são impecáveis, a cor branca predomina nas vestes caprichadas para o dia mais importante daquela comunidade. As mulheres, vestidas em blusas brancas, com “babados de renda” em decotes que contornam os ombros e as “saias de florão”, não podem passar despercebidas pelo odor dos corpos banhados em ervas de patchuli, priprioca, catinga de mulata, etc., associado à fragrância dos jasmims enfileirados às tranças ou aos “pitós”, enquanto adereços de cabelos. Isso tudo atenua o calor e os suores com aromas franceses dos brancos das capitais.

Quando termina a ladainha, começa a folia com batuque. O grupo de foliões dirige-se ao barracão, acompanhado de seus instrumentos; as dançadeiras também seguem na mesma direção; todos, porém, passam antes pelo bar e saciam suas sedes com as bebidas de sua preferência. Os grupos de Batuque do Igarapé do Lago e os de Marabaixo do Lagunho e Favela iniciam suas apresentações após o anúncio feito pelo locutor da aparelhagem.

O salão lota, há um fluxo muito intenso de idas e vindas dos presentes no festejo, nesse momento é impossível manter organização, pois uma outra grande atração acontece no “barracão de trás”, que é o jantar oferecido gratuitamente a todos os presentes.

Nos tempos de riqueza do padroeiro, eram abatidos vários bois, nos últimos anos apenas dois compõem o cardápio de carne assada e cozidão em caldo abundante. No barracão à direita da entrada, situam-se os dois espaços para a distribuição da comida, os imensos painéis brilham e esvaziam-se rapidamente. Nas muitas mesas compridas, arrumadas ao centro do recinto, não há espaço vazio. Algumas pessoas que não conseguem lugar para assentar seus pratos, dirigem-se com ele ao quintal e sentam-se num “toco”, num pneu velho ou nos bancos existentes sob as árvores.

Visualiza-se um grande número de pratos e talheres por todos os lados, as pessoas comem ao mesmo tempo que conversam com muito entusiasmo. O barulho é intenso, pois o som do Batuque, somado ao barulho dos talheres nos pratos, as conversas e gargalhadas altas das pessoas misturam-se, desordenadamente, causando desconforto sonoro àqueles que não estão acostumados com o ambiente. Os dois únicos sanitários são disputados permanentemente, e, ainda muito cedo começam a exalar o odor característico desse grande fluxo.

Percebe-se que a informalidade está instalada, autoridades, estudiosos, visitantes e comunitários transitam no mesmo espaço e saboreiam a mesma comida, que apresenta-se nos moldes daquilo que Lévi Strauss caracteriza como um código culinário²⁴ definido enquanto *Endo e Exo-cozinha*. Processo pelo qual, as carnes passam do cru ao cozido e deste ao assado. De

²⁴ Claude Lévi – Strauss. *A Família: origem e evolução*. Porto Alegre: Vila Martha. 1980.

acordo com esse código, há preparativos diferenciados na apresentação de cardápio para os de dentro e para os de fora da comunidade. O código culinário característico da endo cozinha se destina aos cardápios internos, informais, para as pessoas de casa e para o consumo diário; enquanto a exo-cozinha, prepara cardápios para os dias especiais de festa . Ou seja, segundo o código culinário, o processo que vai do cru ao cozido destina-se à informalidade do dia-a-dia e aos de casa, enquanto que o assado destina-se aos dias de festa e aos convidados.

Em virtude da festa de São Joaquim do Curiaú comportar várias pessoas que vão desde os fiéis da comunidade até às autoridades do Estado, o cardápio apresentado é dividido em dois paladares: carne assada e cozidão, este último é o preferido pela comunidade local, como diz o seu Waldivino: “... a senhora sabe, o pessoal eles consomem muito aperitivo, então eles preferem mais o caldo do que o próprio pedaço, né. Porque no caldo é aonde está a substância da comida ... no caldo (...) O caldo reanima. Tem gente que só bebe o caldo mesmo e o pedaço fica.”²⁵

A maioria dos habitantes do Curiaú consome o cozidão e oferece aos convidados a carne assada, não se sabe se por intuição ou por perspicácia diante das diferenças sociais; porém, percebe-se que nesse banquete “aos de fora” é oferecido o cardápio da exo-cozinha . A comilança perdura por toda a noite, enquanto houver comida disponível, e quando essa acaba os curiaúenses alegram-se com o caldo, que é a única autoridade capaz de rebater o efeito da gengibirra.

A festa de São Joaquim apresenta a mesclagem do sagrado com o profano no primeiro e no último dia, quando há também o encerramento com o “baile” animado por uma aparelhagem local. Os dias entremeados são destinados apenas à fé cristã, manifestada com terço noturno.

²⁵ Entrevista com Waldivino Soares Ramos, dia 09/08/1996, na hora da festa e do jantar.

Nos dias 14 e 15, há ritual especial da “Festa da Bandeira”, que significa o esplendor de São Joaquim, onde o mestre-sala e a porta-bandeira desfilam com o estandarte pela Vila, numa distribuição de fé aos devotos. “E quando era seis horas da tarde e aí eles iam arriá a bandeira, colocava no mastro a frente e saía rodando o mastro, o padrinho com a madrinha, e a fileira acompanhando. Quando ela rodava aqui, se ela ia por riba da direita, já vortava por riba da esquerda. Já conseguia pra ir pra dentro da casa”²⁶

²⁶ Entrevista com Joaquim Tibúrcio Ramos, dia 14/08/1996.

CONCLUSÃO

Quando a sociedade esvazia seu tempo de experiências significativas, empurrando-o para a margem, a lembrança de tempos melhores se converte num sucedâneo da vida. E a vida atual só parece significar se ela recolher de uma outra época o alento.

(Ecléa Bosi, Memória e Sociedade)

Estudar e escrever sobre a Vila do Curiaú, é um privilégio, pois esse espaço que a natureza escolheu para presentear, é um “ encanto de lugar encantado”, um dos poucos ou talvez o único na cidade de Macapá, que apresenta essa característica combinando amor, fé, simplicidade e misticismo em todas as suas manifestações e crenças.

Os depoimentos prestados pelos velhos indicados por seus pares, como porta – vozes da história da Vila, mostraram que esta comunidade de negros traz no seu dia- a- dia, uma riqueza inigualável e até inenarrável, pois várias são as estórias e histórias contadas naquele lugar, todas, porém, narradas como verdades absolutas.

O ponto que merece destaque, e, ao mesmo tempo também o mais contraditório e vulnerável, dentro desse manancial de incertezas, é a gênese da formação da Vila, pois quanto a isso existem duas grandes verdades, das quais dão origem a verdades e ou detalhes menores. A primeira versão, e a que desponta imediata e naturalmente nas narrativas dos velhos depoentes, conta que a formação da comunidade, a propriedade da terra, do rebanho e de tudo que nela existe, é oriunda de uma família de sete irmãos escravos, herdeiros após a morte do seu senhor chamado Miranda; a segunda, é escrita pelos historiadores e intelectuais do Estado, que afirmam a origem do Curiaú, através de um quilombo formado por negros fugitivos dos maus tratos sofridos durante a construção da Fortaleza de São José de Macapá.

Os contatos diários durante os momentos da pesquisa e dos depoimentos, revelaram, que esta segunda versão não é bem aceita pelos contadores “oficiais” de história no Curiaú, muito embora, tenhamos percebido durante conversas informais com outros moradores da Vila e não depoentes, que esta estória ou história começa a fazer parte de uma verdade vinda de fora, porém, já absorvida pelo morador adulto daquele lugar.

As controvérsias sobre o tema, instalam-se naquele universo e seguem criando e derivando pequenos detalhes, que formam à partir da primeira versão, outras estórias “menores”, sobre o “acaso” que levou o escravo Francisco Inácio a encontrar o lugar. Uns dizem que o escravo procurava mel, outros falam na busca de alimentos, alguns dizem que estava atrás do gado fugido, entre outras mais variações. Da segunda versão, as derivações dizem que os escravos fugiam das fazendas do nordeste, do serviço militar, ou que vieram de Mazagão Velho para o esconderijo, além de mais outras explicações dadas como fatos.

A despeito da polêmica inicial, originada da heterogeneidade das histórias, a Vila do Curiaú, continua sendo objeto de curiosidade e cobiça, mas permanece vivendo seu cotidiano comunitário, e, quando solicitada, fala sobre o lugar, trabalho, família, juventude, festas e sobre todas as questões inerentes à sua realidade. Esse falar, é fruto da arte de relembrar, exercício feito pelos velhos para atender uma solicitação externa, mas que lhes proporcionou prazer e felicidade, quando verificaram que são úteis e importantes, tanto para sua comunidade quanto para a sociedade.

Lembrar, para o velho curiaense foi tarefa agradável, pois as lembranças ressuscitaram momentos guardados, escondidos, distantes e apartados talvez até de suas manifestações e expressões oníricas. Ao lembrar para informar, um dos velhos, que há alguns anos já não participava dos festejos de São Joaquim, em virtude de seu sensível estado de saúde, cuja cegueira não lhe permite mais visualizar os matizes da festa, animou-se, e à noite

compareceu ao ritual, numa demonstração de poder, capacidade e emoção, fundamentais para o simbolismo do seu papel e lugar na sociedade.

Os momentos lembrados e os pensamentos articulados, parecem demonstrar que ter vivido no Curiaú, foi uma dádiva e um privilégio concedido a estes depoentes, cuja raça tem sua história sempre esquecida por parte da historiografia oficial. Porém, os estudos de história oral tem trazido aos poucos pedacinhos de histórias que estavam esquecidas.

O estudo realizado na Vila do Curiaú foi de grande valia, à medida que nos revela uma característica peculiar no que concerne à história do Amapá, que, pela sua origem política de território parte da Província do Grão Pará, padece da falta de registros que, hoje, encontram-se sob guarda do Estado do Pará, acarretando portanto, uma idéia de vazio histórico.

Diante da falta de acervo e pelo fato de que até há uma década atrás não existia no Estado, Universidade e órgãos similares, somando-se à carência de técnicos especializados na área, a construção da história ficou nas mãos do poder público local e de um pequeno grupo de pessoas a quem coube a responsabilidade intelectual de registrar de forma acelerada a história do Estado.

Eis a explicação para a característica do material encontrado na Biblioteca Pública do Estado: artigos de jornal e até apostilas de escola pública; produções leves, sem o rigor de uma investigação sistemática; porém, com peso e vontade de afirmar a comunidade do Curiaú como remanescente de quilombo. Em todos os artigos, afirma-se isso, sem contudo fundamentar-se essa história, que não é contada pelos negros da comunidade do Curiaú.

Na Vila do Curiaú, conta-se a história do negro Francisco Inácio, escravo do Senhor Miranda, herdeiro deste após sua morte, e só se escuta falar em quilombo após insistentes perguntas. Falam do mocambo e dizem lembrarem de fatos sobre os esconderijos, mas pelas datas citadas e pela idade dos informantes, observa-se a distância com o período da escravidão

nesse país. No momento em que isso é lembrado, temos como resposta que os negros afungentavam-se para o mocambo quando eram procurados para o serviço militar.

Além disso, observa-se uma multiplicidade de histórias e também que o discurso do quilombo foi assimilado pela imposição externa, que utilizou o direito de posse da terra de negro como argumento para persuadir e transformar a fala desses comunitários segundo a vontade do poder público e da “intelectualidade local”, à busca de caminhos para conquistar um lugar de destaque no cenário nacional.

A terra de negro é garantida constitucionalmente; portanto, nada mais viável do que a Vila de Curiaú para levar o Amapá ao destaque nacional, isso em detrimento de todas as outras histórias do Estado.

A construção da história originada pelo quilombo vem ao encontro do objetivo contido nos decretos que cobijam a “posse da terra” do Curiaú. Pois, se a propriedade é remanescente de quilombo, tem, “obrigatoriamente”, nos tempos do “discurso de preservação”, todos os requisitos para ser “tombada”, e quando isso acontece, a comunidade ali residente, obviamente, perde sua “*Liberdade*”, passando a ser vista apenas como “última peça de museu”, que está em extinção e por isso necessita do “controle e direção” do Poder Público, que é “sábio” sobre os caminhos para “proteger e preservar” as etnias.

A Área de Proteção Ambiental – APA do Curiaú, é a maior de todas as **estórias**, entre tantas contadas sobre a Vila, pois os inúmeros Decretos e Planos de Governo, surgem e se estabelecem discursando preservação, mas implantam o extermínio não somente à medida que passam ser responsáveis pela comunidade, mas principalmente porque decidem em nome dos moradores, sobre a criação do Projeto de Ecoturismo, que trará infra-estrutura moderna para a área, apesar dessa, paradoxalmente, ser a “proprietária da terra”.

Contida na proposta de criação do “Museu da Cultura do Curiaú”, está camuflada a verdade de que essa comunidade já pereceu, por isso precisa de local institucional para guardar os últimos resquícios de uma raça, de um povo e de uma comunidade que sempre viveu e se *preservou*, sem a tutela dos governos.

O Amapá não precisa substituir Alagoas e o maior quilombo do país, pois tem sua história documental arquivada nos órgãos públicos do Estado do Pará; além de que sua história está viva na terra e enterrada no solo de todo o Estado. A cada construção, encontra-se um rico sítio arqueológico; na área da Universidade, isso ocorreu recentemente, porém, tais objetos foram enviados ao Museu Emílio Goeldi em Belém, e não tivemos mais nenhuma notícia deles.

A história do Amapá também está na memória e nas lembranças, nos prédios, nas calçadas, em cada esquina; enfim, na vida de cada cidadão ; realidade não percebida por essa sociedade, que desconhece sua história porque não considera os acontecimentos cotidianos como tal. Chega até a ser cruel com alguns fatos, e que ninguém fale de Cabralzinho e a Luta pelo Contestado que ele é ironizado, chamado de covarde e até mesmo de burro. Segundo a mentalidade do povo, se ele “não tivesse se metido” o Amapá hoje pertenceria à França e não ao Brasil, o que, com certeza, seria muito mais viável, pois o padrão de vida estaria em nível mais elevado.

O povo do Amapá não percebe que, ao estabelecer essa destruição histórica, está estabelecendo sua auto destruição, aumentando o vazio e a distância entre “os Estados mais importantes” da Federação, respeitados porque preservam e respeitam suas raízes, seus feitos e até seus heróis.

Após um longo período de destruição e desmemorização, surge a necessidade de feitos e espaço histórico, e o Curiaú surge como monumento certo para preencher esse vazio. Porém, ao importar o discurso sustentado apenas pela óptica do quilombo, com o objetivo talvez

de ser referência nacional, paradoxalmente, discrimina-se e estabelece-se, concomitantemente, um descaso por essa mesma história dos negros do Amapá e principalmente pela riqueza cultural da Vila com os protagonistas atuais e seus ancestrais.

Insiste-se em contar a história da raça negra a partir da perspectiva branca, ou seja, até então as histórias e estórias publicadas sobre o Curiaú não tem a voz dos protagonistas e ancestrais dessas histórias. O narrador sempre lhes saqueou a fala, numa prova cabal de que ainda somos dominadores e autoritários, tal qual foram os escravocratas, isso também ocorre quando nos julgamos mais capazes que os construtores diários dessa história, para contarmos uma trajetória que não é nossa.

Será que o Curiaú só tem importância se tiver sido quilombo? Será que toda história e estórias vividas e contadas naquela comunidade tornam-se ínfimas, impotentes diante da probabilidade do quilombo? Por que não queremos crer na história do escravo Francisco Inácio contada pelos negros do Curiaú? Será que ser herdeiro de branco, numa época de escravidão, não é um acontecimento mais inédito que a fuga e o esconderijo? Isso não terá sido a mais forte prova da resistência e respeito pela força de trabalho da “raça negra” neste país?

As duas histórias e todas as demais estórias contadas e escritas sobre o Curiaú podem ser verdade, partindo-se da perspectiva que cada um tem sobre a gênese dessa comunidade.

Não foi nosso objetivo “desvendar” o mistério que envolve a origem da Vila. Nossa perspectiva priorizou a riqueza daquelas vidas, pois nelas acredita-se residir a gênese do povo e toda a sua história social, motivo pelo qual cedemos o direito à palavra para que dissessem a *sua* verdade.

Foi a essa verdade que se procurou dar ênfase, pois é a história sem a violência extrema de interferências externas. Histórias fruto das lembranças do Sr. Joaquim, do Sr. Waldivino, da Sra. Sebastiana, historiadores de sua história, autoridades natas para contar a

verdade sobre a Vila do Curiaú, verdade que sobrepõem-se às palavras e idéias articuladas dos intelectuais que flutuam e não encontram caminho para conduzir o Estado ao lugar de destaque merecido.

O Amapá tem ricas histórias, tem a Fortaleza de São José, tem o Rio Amazonas...; enfim, tem muitos motivos para orgulhar-se e tem o que mostrar para seu próprio povo e para o país em geral.

Este Estado e esta sociedade não precisam de eloquência para subsidiar afirmativas, pois essas, apesar de todas as tentativas, ainda não conseguiram elevar da documentação oficial para as instituições educacionais do país a história não só dos negros, mas também dos índios e de todos os guerreiros trabalhadores do Estado do Amapá.

BIBLIOGRAFIA

ACEVEDO , Rosa Elizabeth Marim. Censo de Macapá – 1808 *in* Anais do Arquivo Público do Pará: Secretaria de Estado da Cultura, 1995. V.I, t. p. 179-220.

_____, Nascidos no Curiaú. NAEA/UFP^a, 1997.

ACEVEDO, Rosa e CASTRO, Edna. Negros do trombetas Guardiães de Matas e Rios. 2^a ed. Belém: Editora Cejup, 1998.

AMADO, Janaína. O Grande Mentiroso: Tradição, Veracidade e Imaginação em História Oral. UNB

ANAIS DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Belém/Pa: Secult, 1995.

ARAÚJO, Nilson Montoril de. De ladrão a ladrão a história de uma nação. Macapá: 1996. (mimeo)

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Compêndio das eras da Província do Pará. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. Território Negro em Espaço Branco. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.256-318.

BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Roanet. 2^a edição. 1986.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1987.

BORDIEU, Pierre. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 77-113.

BRAUN, João Vasco Manoel. Relato da Viagem do Naturalista João Vasco Manoel Braun em 1784 ao Estado do Pará. Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 15, terceiro trimestre de 1849.

CAMARGO, Aspásia. Et al. O Golpe Silencioso: As Origens da República Corporativa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CANTO, Fernando Pimentel. Marabaixo no Amapá. Estudo sobre o processo de mudança sociocultural e do artificialismo folclórico. Belém: UFP^a, 1980. TCC.

_____, Água Benta e o Diabo. Macapá: Museu do Amapá, 1992.

- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Organizadores. Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia. 4ª ed. São Paulo: Editora Campus
- CARR, E. H. Que é História? Tradução Lúcia Maurício de Alvarenga. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CARREIRA, Antônio. A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988.
- CHARTIER, Roger. Textos, Impressão, Leituras. In HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- CHIAVENATO, Júlio José. O Racismo e a Ideologia do Branqueamento entrem em Cena. In O Negro no Brasil: da Senzala à Guerra do Paraguai. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil: Mito – História – Etnicidade. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- CUNHA, Vasco Tristão Leitão da. Diplomacia em Alto Mar: depoimento ao CPDOC. Entrevista Aspásia Camargo. Rio de Janeiro: Ed da FGV, 1994.
- DANIEL, João Pe. Tesouro Descoberto no Rio Amazonas (1757-1776) Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976.
- ECO, Umberto. Como se Faz Uma Tese. 12ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.
- FRY, Peter. Para Inglês Ver: Identidade e política na Cultura Brasileira. São Paulo: Zahar Editores, 1981.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Memória Histórica e Cultura Material. In Memória, História, Historiografia. Dossiê Ensino de História. Revista Brasileira de História. Campinas: Editora Marco Zero, 1990.
- GOMES, Flávio dos Santos. Em torno dos Bumerangues: Outras Histórias de Mocambos na Amazônia Colonial. Revista da USP, 1995.
- _____. A Hidra e os Pântanos. Quilombos e Mocambos no Brasil (séculos XVII – XIX). Campinas: UNICAMP, 1997.
- _____. Quilombos, Zumbi e Palmares: repensando a Construção de Símbolos de Identidade Étnica no Brasil. Grupo de Trabalho 19, Relações Raciais e Etnicidade (ANPOCS)
- GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Plano de Ação Governamental 1992/1995. Macapá, novembro, 1991.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. Território Federal do Amapá, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946.

GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. Terras de Preto, terras de Mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro. MINC/Fundação Cultural Palmares, Brasília, 1995.

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA. Brasília, 1996.

HALSENBALG, Carlos A. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. vol. 10. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

LEAL, Hermes. Quilombo: Uma Aventura no Vão das Almas. São Paulo: Editora Mercúrio, 1995.

LEVI – STRAUSS. Claude. A Família: origem e evolução. Porto Alegre: Vila Martha, 1980.

_____. Antropologia Estrutural. Tradução. Maria do Carmo Pandolfo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

LOCAN, Andrée. Les Esclaves Fugitifs Dans Les Archives de La Guyane, apresentado no Seminário Escravidão Africana na Amazônia. Belém: 1988

MEIRA, Sílvio. Fronteiras Sangrentas. Heróis do Amapá. Rio de Janeiro: Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1975.

MICELI, Paulo. História, Histórias. O Jogo dos Jogos. Coleção Trajetória 4. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1996.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/SUDAM. Pesquisa das Atividades Principais dos Municípios da Região Norte. Brasília, 1970 (vol. IV)

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Governo do Território Federal do Amapá. II Plano de Desenvolvimento do Amapá 1980-1985. Macapá, 1979.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Governo do Território Federal do Amapá. I Plano de Desenvolvimento do Amapá. Detalhamento do II PND. Macapá, 1976.

MIRANDA, Manoel da Costa. A Cidadania no Brasil (O Índio e o Escravo Negro). Fundação Projeto Rondon. MINTER-SESU, 1986

NEGROS BRASILEIROS. Encarte especial de Ciência Hoje. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro: 1988.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A Problemática dos Lugares. *In* História e Cultura. Projeto História nº 10. São Paulo: PUC, 1993.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e Estrutura Social. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1976.

ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira. Identidade Cultural. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PARANHOS, José Maria. (Barão do Rio Branco). Questões de Limites – Guiana Francesa. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1945.

PEREIRA, Nunes. O Sahiré e o Marabaixo: tradições da Amazônia. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

RAMOS, Maria de Nazaré Lima. Povoamento do Grão-Pará: Famílias de Mazagão. Anais do Arquivo Público do Pará. Belém: Secretaria de Estado da Cultura. v. I, t. 1, p. 179-219, 1995.

RAVENA, Nirvia. Controle, Tempo e Gestão do Trabalho em um Projeto Colonial. Belém: Cadernos do PLADES, 1991.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um Fio. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Fernando Rodrigues. História do Amapá. Da Autonomia Territorial ao Fim do Janarismo 1943-1970. Amapá: Fundecap/GEA, 1998.

_____. História do Amapá. 5ª ed. Macapá: Editora Valcan, 1998.

SCHWARCZ, Lília Moritz e REIS, Leticia Vidar de Sousa. (organizadoras) Negras Imagens. São Paulo: USP, 1996.

SILVA, José Maria da. Curiaú: Cultura e Territorialidade. V Congresso Afro-Brasileiro. Salvador/BA.1997 (mimeo)

_____. A Legitimidade das Terras do Curiaú. Jornal do Dia. Macapá: 11 de novembro de 1997.

SILVA, Sebastião Menezes. Curiaú, sua Vida, sua História. Macapá/AP: (mimeo) s.d.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. Os Desafios Contemporâneos da História Oral. Campinas: Centro de Memória – UNICAMP, 1997.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se Negro. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. Primeiro Plano Quinquenal, Imprensa Nacional. Rio de Janeiro: 1955.

THOMPSON, E. P. A História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 72-73.

THOMPSON, Paul. A Voz do Passado. História Oral. Tradução Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TOLLENARE, Henry Koster. A Escravidão no Brasil. Fundação Projeto Rondon. MINTER – SESU.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA. Repertório (Catálogo) Parcial de Manuscritos sobre a Costa Setentrional do Pará existentes no Arquivo Público do Estado, 1993.

VERGOLINO-HENRY, Anaiza e FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. A Presença Africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica. Belém: Arquivo Público do Estado do Pará, 1990. p. 176-177.

WHITE, Hayden. Trópicos do Discurso. Ensaios sobre a Crítica Cultural. São Paulo: USP.

ZUMTHOR, Paul. Tradição e Esquecimento. Tradução Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

ANEXOS

Curiaú: história feita de sacrifícios

Um dos últimos relogios da cultura negra existentes no Brasil está desaparecendo à Vila do Curiaú, localizada a mais de 12 quilômetros de Macapá (Amapá), com a ameaça do progresso está latente a desaparecer.

Fundada por escravos que foram levados aquela terra para a construção da Fortaleza de São José de Macapá e formaram um quilombo que deu origem à Vila, Curiaú é ri-

ca em história e, seu passado, através do histórico e ambiental, tende a desaparecer se uma política preservacionista não se pronunciar a conservar um pedaço da história que possui cerca de 200 anos.

“Antes era tudo mais farto. Tudo em muita abundância, hoje não”, diz Joaquim Ramos

Com uma natureza exuberante bem próxima, a Vila divide-se em dois núcleos, que os habitantes do local nomearam de Curiaú “de fora”, com uma menor extensão e pequeno desenvolvimento, e “de dentro”, cuja o desenvolvimento é bem maior e onde localiza-se o orgulho dos curiaúenses: o lago.

Porém, como toda comunidade de pequena, a Vila está cheia de problemas. Segundo Joaquim Ra-

mos, 73 anos, morador antigo do lugar, o progresso trouxe muitos benefícios como a luz elétrica, os produtos industrializados, uma dancesteria, mas ocorreu outros problemas. Em uma sociedade de subsistência, onde o que se comia era o que se plantava, a terra diminuiu e com isso o alimento. “Antes era tudo mais farto, tudo em muita abundância, hoje não. O lugar, inclusive era mais tranquilo”, afirma.

Atualmente a produção agrícola da comunidade é de subsistência. As principais culturas plantadas são a macaxeira, o abacaxi e a batata. A macaxeira é o principal produto de fabricação das farinhas de alubia e tapioca, que são comercializados pelos habitantes na Feira do Produtor, em Macapá.

Mas, o percurso até os campos de plantação é muito difícil. O pequeno agricultor para chegar à roça caminha a pé, tendo como duas outras opções, a bicicleta ou um caminho pau-de-arara. Isso se o trajeto for feito no verão, pois se for temporada de chuvas deve



O lago Curiaú é o maior orgulho da Vila, que tem uma natureza exuberante e é rica de muitas histórias

MÁRIO AMORIM

dispor de uma canoa, já que a estrada se transforma em uma pequena extensão de lagos durante o inverno.

Outra possibilidade que a comunidade possui para dispor de algum novo fôlego é a pecuária. Mas esta é somente um

pequeno mais desenvolvimento do que a agricultura, e muito pequena. O rebanho de búfalo é bem maior número. E a carne, proveniente

do abate, é comercializada na própria Vila.

Problemas

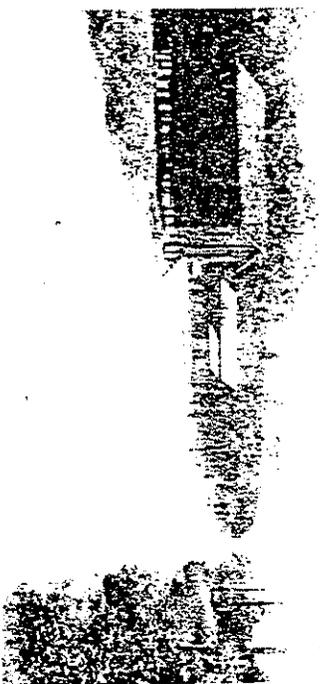
Os maiores problemas que os moradores enfrentam com relação à infra-estrutura urbana dizem respeito à educação e escola, além da falta de asfalto nas estradas e excesso de poeira. Curiaú possui apenas uma escola, com cerca de nove professores que lecionam o primário. Mas o problema está na frequência dos alunos. As crianças são dispensadas pelo menos duas vezes na semana, devido a seu envolvimento com o trabalho agrícola. Já a saúde fica por conta de um médico que frequenta a vila uma vez por semana. Os doentes mais graves são encaminhados para a capital. Para males menores, uma enfermeira dá plantão a semana inteira na localidade.

Quanto às tradições, a herança possui muitas. Frutos do sincretismo entre as duas culturas, as ladainhas rezadas nas igrejas católicas até hoje são feitas em latim e dentro das festas religiosas, organizadas pela paróquia, o batuque e o marabaxi, originários da dança dos escravos, têm seu lugar reservados. Devido a uma falta de estrutura, as casas típicas construídas em bambu foram todas substituídas por madeira pré-fabricada. Na verdade, Curiaú sofre um problema de falta de consciência da preservação patrimonial.

A VILA DO CURIAÚ

Tendo o nome se originado dos termos **CURIA** (de **CURIAU**) e **MÚ** (de **GADÓ**, convergindo o vocábulo para **CURIA-MÚ** e posteriormente **CURIA-MÚ** a Vila de Curiaú, situa-se a 08 Km de Macapá e se situa no Amazonas, localização esta de fundamental importância histórica.

Em 1761,† o governador da capitania do Grão-Pará Maranhão, **MANOEL BERNARDO DE MELO E CASTRO**, ordenou que fosse levantada uma "VIGIA", à margem direita do Igarapé, na confluência com o Amazonas. Na guarita havia uma sentinela, dia e noite, a quem compelia avisar o comandante da Praça da Fortaleza logo que visse, subir ou descer o rio, alguma embarcação de pequeno porte. Estes sinais seriam repetidos, com intervalos, até que a Fortaleza de Macapá fosse, de dia, a bandeira acompanhada de um tiro de canhão e à noite desse a resposta, queimando, a seguir, uma **chucharra***. Em qualquer dos casos, partiam logo em seguida a levar, pessoalmente, o aviso até à Fortaleza, dois soldados: um por terra, a cavalo e outro pelo rio.



VILA - Vista da entrada da Vila do Curiaú de Dentro.

Hoje, a Vila de Curiaú é considerada um Sítio Histórico e Ecológico cuja população é constituída de negros remanescentes de escravos. Exaís tem várias versões sobre a origem da Vila. Segundo o Senhor **ILAIMUN DO SÉRGIO RAMOS**, conhecido como **SEU MEN**, um dos mais antigos moradores, sua origem deve-se ao Senhor **MIRANDA**, que trouxe consigo

sele escravos do nordeste. Chegaram pelo Rio Pedreira, **FRANCISCO INACIO**, um dos escravos, quando em busca de alimentos, descobriu o lago; e garantidos de que o lugar era próprio para a sobrevivência, construíram suas casas. Daí a gleba do Curiaú ser de todos.

FERNANDO CANTO, pesquisador amapaense, relata que seus habitantes são remanescentes de escravos que, ali, originariamente, formaram um quilombo, fugindo dos maus tratos aos quais eram submetidos, durante a construção da Fortaleza de São José de Macapá.

A comunidade do Curiaú é constituída por dois núcleos populacionais, o **CURIAÚ DE DENTRO** e o **CURIAÚ DE FORA**, que aglomeram várias famílias, ligadas, entre si, por laços de sangue ou por afinidades. Vivem de uma agricultura de subsistência, do extrativismo vegetal e animal. Socialmente, a comunidade é ligada pela solidariedade que une seus habitantes na agricultura.

O Curiaú e também um Sítio Histórico, pela sua cultura popular, pelas suas festas tradicionais e por representarem uma parte do complexo cultural do Estado do Amapá.

* Chucharra - Sinal Luminoso



LAGO DO CURIAU - Reserva de criação de Bubalinos.



FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
MINISTÉRIO DA CULTURA

TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO/FCP/ Nº 001 /99

TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO que a **UNIÃO FEDERAL** através da **FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES – FCP** outorga aos **REMANESCENTES DA COMUNIDADE DE CURIAÚ**, sociedade de fato, representada pela sua Associação.

A **UNIÃO FEDERAL**, representada pela **FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**, entidade vinculada ao Ministério da Cultura, criada pela Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, inscrita no CGC/MF sob o nº32.901.688/0001-77, doravante denominada FCP, neste ato representada por sua Presidente **DULCE MARIA PEREIRA**, brasileira, casada, portadora da C.I. nº10.488.433-2 – SSP/SP e CPF/MF nº119.407.511-87, residente e domiciliada em Brasília - DF, doravante simplesmente denominada **OUTORGANTE**, com fundamento no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no Art. 14, inciso IV, alínea c, da Medida Provisória Nº 1911-12, de 25 de novembro de 1999, pelo presente **TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO**, com plena

força e validade de escritura pública, reconhece o domínio aos **REMANESCENTES DE QUILOMBO DA COMUNIDADE DE CURIAÚ**, sociedade de fato, arliante simplesmente denominados **OUTORGADOS**, sobre o imóvel rural denominado **QUILOMBO DO CURIAÚ**, integrante da gleba Matapi, Curiaú, Vila Nova, situada no município de Macapá, Estado do Amapá, com área de 3.321,8931 há (três mil, trezentos e vinte e um hectares, oitenta e nove ares e trinta e um centiares), conforme planta e memorial descritivo anexos, de responsabilidade técnica de Waldecy Nunes de Moraes, topógrafo, CREA Nº 431-TD/ 1ª Região PA/AP que integram este título e que neste ato são representados pela sua **ASSOCIAÇÃO**, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 13 de setembro de 1997, registrada no livro de pessoas jurídicas do 1º Ofício de Notas e de Registro da Comarca de Macapá-AP, sob o Nº 460 do livro Nº A-06, CGC Nº 14.572.978/0001-32, representada pelo seu Presidente, **JOSÉ ARAÚJO DA PAIXÃO**, brasileiro, casado, pedreiro, RG nº 69.363/SSP-AP e CPF nº 208.766.452-87.

CLAÚSULA PRIMEIRA – O imóvel integra área maior matriculada em nome da União Federal, sob o nº 22, livro 2, fls 22, no Registro de Imóveis da Comarca de Macapá-AP.

CLAÚSULA SEGUNDA – O imóvel destina-se às atividades extrativistas, agropecuárias e de preservação do meio ambiente de modo a garantirem a auto sustentabilidade das comunidades remanescentes beneficiárias, objetivando a sua preservação em seus aspectos social, cultural e histórico, segundo o disposto nos Arts. 215 e 216 da Constituição Federal, tornando-se, em consequência, inalienável, devendo permanecer sob o uso e posse dos **OUTORGADOS**.

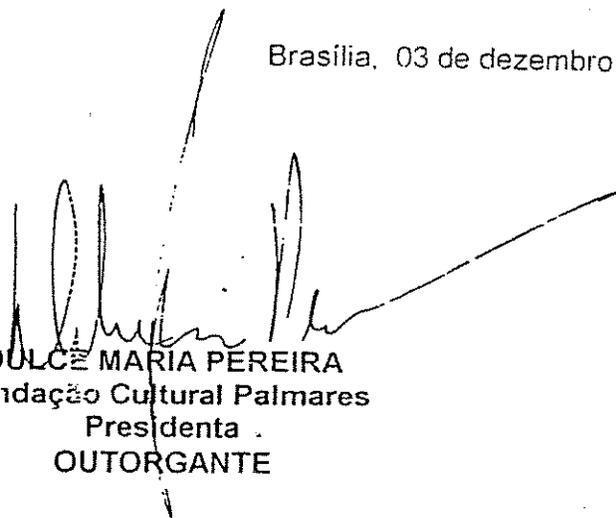
CLAÚSULA TERCEIRA – O imóvel acha-se livre e desembaraçado de todo e qualquer ônus judicial ou extrajudicial, hipoteca legal ou convencional, ou qualquer outro ônus real

O presente Título é firmado em quatro vias, ficando eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia de qualquer outro, para dirimir questões que resultarem deste instrumento.

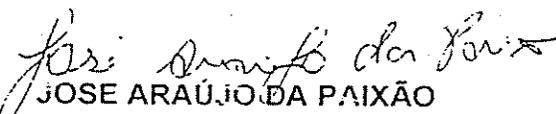
E, por estarem justos e acordados, assinam abaixo, **OUTORGANTE E OUTORGADOS**, por seus representantes legais, juntamente com a testemunha, **JOÃO ALBERTO RODRIGUES CAPIBERIBE**, brasileiro, casado, zootecnologista, RG Nº 274.205/SSP-AP e CPF Nº 278.805.754-72, e **ZÉLIA AMADOR DE DEUS**, brasileira, solteira, RG Nº 94908 SSP/PA, CPF: 012.249.052-55, presentes a todo ato que, depois de lido achado conforme será registrado no

Cartório de Registro de Imóveis juntamente com o memorial descritivo que integra o presente título.

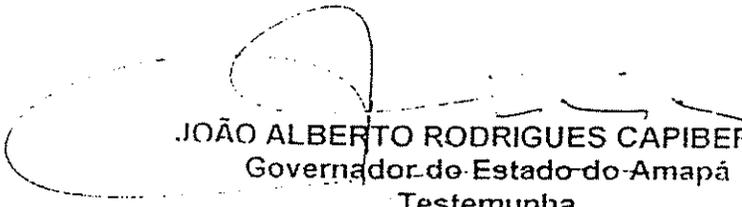
Brasília, 03 de dezembro de 1999.



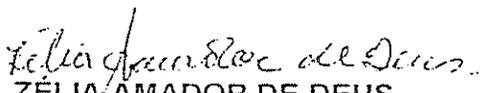
DULCE MARIA PEREIRA
Fundação Cultural Palmares
Presidenta
OUTORGANTE



JOSE ARAÚJO DA PAIXÃO
Presidente ria Assoc. dos Moradores da
Comunidade de CURIAU
OUTORGADOS



JOÃO ALBERTO RODRIGUES CAPIBERIBE
Governador do Estado do Amapá
Testemunha



ZÉLIA AMADOR DE DEUS
Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará
Testemunha

CURIAÚ: “ENCANTOS DE CRENDICES E LENDAS”

Ilka Teixeira Figueiredo
Rosângela do Socorro Ramos

Adoze quilômetros de Macapá, situa-se ao norte a comunidade de Curiaú. O surgimento da comunidade data do fim do século XVIII, quando a escravidão e a colonização deixaram seus primeiros marcos no Brasil. Foi descoberta por um grupo de escravos, que encantados com a beleza e a fertilidade do lugar, ali resolveram construir um núcleo integrado.

O povoado originou-se de escravos africanos oriundos de Mazagão Velho, hoje uma cidade do Município de Mazagão, e escravos que para ali partiram em busca de um refúgio, fugindo dos maus tratos sofridos na época da construção da Fortaleza de São José de Macapá.

Curiaú está dividido em dois núcleos populacionais e devido a distância que os separa, têm duas denominações: Curiaú de Dentro e Curiaú de Fora. Segundo moradores da Região, essa divisão surgiu espontaneamente por convenção da própria comunidade, já que os benefícios chegados à mesma, como a implantação da escola pública primária, eram feitos no Curiaú de Dentro, difícultando o deslocamento da população de Curiaú de Fora.

Assim como em todo povoado, Curiaú é cercado de crendices e lendas. Os “fantasmas” que “rondam” a região, ainda hoje são sinônimos de respeito por parte dos moradores daquele lugar, que crêem fielmente na sua existência.

Dividindo os dois núcleos, existia uma mata densa, onde os escravos fizeram uma “picada”. Conta-se que aí existia um fantasma que surrava as pessoas. Os moradores acreditavam que este fantasma era de pessoas que já habitavam em vida aquele lugar e que voltavam à terra para participar da Festa de São Joaquim - santo padroeiro da comunidade. Por isso, a população fez um cemitério muito longe dali, existente até hoje.

Nessa época - Festa de São Joaquim - aparecia também uma cobra grande vinda de dentro do lago, que deixava rastros de mais de um metro de comprimento.

Há também a lenda do bode que aparece sentado para as pessoas. Conta-se que um dos moradores da comunidade, com pose de valentão,

dizia que quando encontrasse o tal bode o desafiaria em duelo e ganharia. No entanto, ao deparar com o animal travou uma briga e não agüentou, gritando por ajuda. Desse fato, originou-se uma música do Batuque local, que em uma de suas estrofes diz:

“... Das 4 horas da tarde
O cabra se pavulou
Chegou na picada da Bina
e pelo meu cunhado gritou...”

Existe no local, um poço chamado buritizal. Diz a lenda que dia 7 de setembro, ao meio dia, aparece uma árvore e um soldado no meio do mesmo, como um fantasma que até hoje ninguém explica.

No Igarapé existia o “carrega” (fantasma) que nas marés de verão, carregava o mururé para um banco de areia em frente a passagem, de modo que as pessoas pisavam em cima e não molhavam os pés. Até hoje, o local é chamado de passagem.

Além dessas, existem ainda outras lendas como a da cabeça-de-fogo, do lobisomem e da galinha-choca. Acreditam os moradores que o cabeça-de-fogo é uma pessoa do local que adquiriu este dom ao nascer. Quando ela aparece é na forma de um corpo de um ser humano e a cabeça em chamas, e esta se desloca do corpo e vai girar pelas redondezas, não incomodando ninguém. Para se conhecer a pessoa que tem este dom, oferece-se um pedaço de tabaco e no outro dia, com certeza, ela vem buscar na casa de quem o ofereceu.

O lobisomem é também um cidadão que se transforma em porco e, como a galinha-choca, agride as pessoas que encontra pelo caminho.

Diz a crença que a mãe que tem 7 ou 10 filhos homens e nenhuma mulher, o filho mais novo nasce com o dom de uma das lendas acima, e que para “quebrar” o dom, a mãe tem que levar o filho mais velho para ser padrinho do filho do meio.

Assim é Curiaú, um misto de exotismo, crenças e superstições, emanados através da fé que norteia o povo daquele lugar, simbolizando sua força, sua coragem, sua simplicidade.

O BATUQUE DE SÃO JOAQUIM DO CURIAÚ: UM POUCO DE FOLCLOR

Estácio Vidal Picanço

Araújo

Comemora-se no período de 11 a 18 de agosto, em ritmo de batuque - essa essência da poesia Afro-brasileira, a Festa de São Joaquim do Curiaú, que teve origem dos antigos escravos procedentes do continente africano, cuja tradição é continuada pelo seus descendentes, raízes que foram plantadas nos dois povoados, pois existem o Curiaú de Fora e o Curiaú de Dentro, situados neste município de Macapá, distante poucos quilômetros desta cidade de São José de Macapá. Na Festa de São Joaquim do Curiaú são comemoradas as festas: Profana e Religiosa.

O jornalista Hélio Penafort, profundo conhecedor do Folclore amapaense, em uma pesquisa de campo que realizou sobre a origem dos festejos da Festa de São Joaquim do Curiaú. Alguns escravos não suportando a escravidão nas fazendas do Nordeste, tiveram que fugir de lá e chegaram até Macapá e aqui foram recrutados para trabalhar na construção da Fortaleza de São José de Macapá, em meados do século VXIII.

Também, o trabalho na Fortaleza era insuportável e, com mais outros companheiros fugiram pelos campos de Macapá e chegaram a beira de um belo lago e lá estabeleceram um quilombo. Deste quilombo, todos já cristão, escolheram, como devotos, para reverenciar São Joaquim, pai de Nossa Senhora.

Muitos foram desaparecendo e mais tarde com a presença dos padres missionários, o batuque da festa profana, teve a sua parte religiosa.

Antigamente a Festa de São Joaquim do Curiaú recabia grande influência, como era costume dos tempos passados, haviam

as oferendas e durante os festejos, todas as noites eram abatidos um boi, um capado, galinhas, que eram oferecidos gratuitamente aos convidados. Mas, hoje, os tempos mudaram.

Havia o batuque acompanhado de danças que ia até ao amanhecer.

A influência religiosa estão na Ladainha e na Folia, graças ao trabalho dos padres, os fiéis frequentam mais a Igreja, sem porém, deixarem a parte tradicional da festa. Mas isso precisou de tempo, sobretudo, de muita abnegação dos missionários da Sagrada Congregação de Maria e dos padres do PIME, estes últimos italianos, que che-

garam no Território do Amapá em 1948, que substituíram os sacerdotes alemães.

A LADAINHA:

Quando o padre chega, os fiéis já estão a sua espera na porta da capela para iniciar a ladainha, todos vestidos de branco começam a cantar:

"Um rosário de Maria
Quem fazer com devoção
Não morre sem Sacramento
Nem também em Confissão
Assim disse Jesus Cristo

Quando encontrou Adão"...

O FOLCLORE AMAPAENSE A FOLIA

Encerrada a missa e a ladainha tem início a "Folia" de São Joaquim do Curiaú. É composta a "Folia" de músicos, que se acomodam bem perto do altar onde está a imagem do pai de Maria Santíssima e começam afinar seus instrumentos formados de taboas cobertas de couro de animal silvestre e o corpo de madeira leve: cava-

nho, violas, quexé-quexés, não construídos de bambu taliado onde emprega um pedaço de madeira e cilindros feitos de taboca, onde são colocados grãos de gerçala ou tentos. O mestre-sala inicia os cânticos: (ai-ai, apenas os primeiros versos).

"Ai, tão rezada
tão rezada
tão completa as orações
Ai, glorioso São Joaquim, São Joaquim

Ai, vós nos bole suas bênçãos
Ai, vem os anjos por companhia
Quem rezou com devoção".



Detalhes do Batuque do Curiaú



A folia é um dos fortes do batuque

dizia: meu avô, que quando
 os negro fugiram da fortaleza:
 foram se esconder no
 lugar chamado de mocum-
 bo, na margem do rio
 e todos os dia tiravam um
 para ir ~~para~~ procurar a
 terra para cada (e ai) ^{omissão}
 daí que veio o nome de
 criou so que os professores
 Achavam que os negro esta-
 vos chamando o do lugar
 brado e colocavam (criou)
 e depois que estavam locali-
 zado veio criouso do Botuque
 e marabairo que era conta-
 do: pelo os ~~se~~ refugiado
 e daquela data por diante foram
 surgiu o ~~o~~ negro aonde tinha
 um chamado de smairo tanto
 que fazia os ladros, que era
 o nome que davam para as
 musica do marabairo e
 Botuque.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ

DECRETO () Nº 1 417 de 28 de SETEMBRO de 1992

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso VIII, da Constituição do Estado do Amapá, e tendo em vista o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e o artigo 9º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criada a Área de Proteção Ambiental-APA do Curiaú, situada no Município de Macapá, Estado do Amapá, com o objetivo de proteger e conservar os recursos ambientais e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida das populações residentes, principalmente da Comunidade do Curiaú, remanescente de antigo quilombo afro-brasileiro.

Art. 2º - A APA do Curiaú possui a seguinte delimitação geográfica, descrita com base nas folhas NA-22-Y-D-VI e NA-22-Z-C-IV, de escala 1:100.000 do IBGE : inicia no ponto 01, localizado na foz do Rio Curiaú, de coordenadas geográficas 00º06'08"N e 51º00'35"WGr; desse ponto segue por uma linha reta, com azimute de 270º, percorrendo uma distância de aproximadamente 14,0 Km, até encontrar o Km 17,6 da Estrada de Ferro do Amapá - EFA, ferrovia Santana - Serra do Navio, onde está situado o ponto 02, de

Art. 6º - É autorizada a criação do Museu da Cultura do Curiaú, ficando sua administração sob a responsabilidade do Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva, com apoio do Conselho de Cultura do Estado.

Art. 7º - A APA do Curiaú será supervisionada, administrada e fiscalizada pela CEMA, em colaboração com as demais autoridades federais, estaduais e municipais pertinentes, bem como com as organizações não-governamentais da região.

Parágrafo Único : Visando a consecução dos objetivos previstos para a APA do Curiaú, o Governo do Estado poderá firmar convênios e acordos com órgãos e entidades públicas ou privadas, sem prejuízo de sua competência de supervisão e fiscalização.

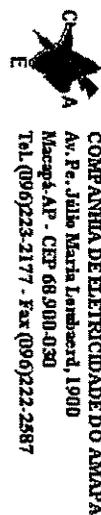
Art. 8º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os Decretos (E) nº 0024, de 20 de fevereiro de 1990 e (E) nº 0038, de 29 de março de 1990.

Macapá-Ap, 28 de Setembro de 1992.


ANNIBAL BARCELLOS

Governador



COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ
 Av. Pe. João Maria Lombardi, 1900
 Macapá-AP - CEP 68.900-030
 Tel. (096)223-2177 - Fax (096)222-2587

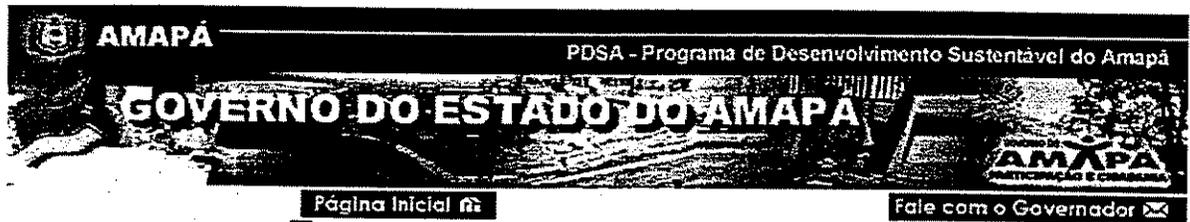
ANO	Localidade de Curiau			Localidade de Macapá			Município de Macapá			Estado do Amapá					
	Con. Res (KWh)	Con. Total (KWh)	NCR	Con. Res (KWh)	Con. Total (KWh)	NCR	Con. Res (KWh)	Con. Total (KWh)	NCR	Con. Res (KWh)	Con. Total (KWh)	NCR			
1988	54.517	142.818	54	42.602,174	100.054,683	22.907	25.184	44.083,300	104.151,200	24.479	27.059	54.218,045	137.353,239	33.615	37.819
1989	7	7	57	7	7	24.253	26.570	48.362,600	109.068,300	25.915	28.562	58.653,197	145.003,523	34.129	38.150
1990	57.823	173.423	58	52.882,275	112.442,667	25.125	27.555	54.361,500	117.298,800	26.978	29.784	68.470,117	158.711,453	37.381	41.992
1991	61.297	198.095	57	56.051,692	118.820,388	26.045	28.553	58.029,300	124.428,600	28.056	31.056	72.389,488	174.062,177	39.674	44.905
1992	55.966	158.998	63	53.520,083	117.419,771	26.885	29.547	55.688,500	123.137,100	29.008	32.087	70.636,986	175.041,225	41.731	46.960
1993	60.829	127.540	62	59.430,772	133.227,642	27.926	30.773	60.908,400	136.171,700	29.227	32.250	78.675,569	193.183,465	44.087	49.640
1994	59.817	128.314	66	63.653,986	144.508,910	29.851	32.760	65.417,305	147.756,247	31.222	34.309	84.061,008	209.736,423	47.228	52.917
1995	76.209	150.693	71	77.796,444	168.984,516	33.528	36.821	79.704,429	170.770,393	35.210	36.709	105.197,833	243.750,993	53.698	59.987
1996	100.488	179.510	72	112.764,400	219.577,605	36.643	40.471	115.267,620	223.829,838	38.582	42.638	149.112,133	310.083,345	59.677	66.658
1997	139.539	219.858	76	131.789,697	252.953,756	39.067	43.329	134.822,624	257.742,062	41.207	45.731	176.088,012	354.405,055	64.110	71.704
1998	145.663	226.569	92	148.236,891	279.105,258	45.077	49.486	152.156,646	285.100,245	47.512	52.189	201.303,729	379.968,190	73.285	81.181

Con. Res (KWh) = Consumo da Classe Residencial

Con. Total (KWh) = Consumo Total

NCR = Número de Consumidores Residenciais

NCT = Número de Consumidores Totais



DIVERSIDADE ÉTNICA E CULTURAL

Escolas Indígenas

O programa de Educação Escolar Indígena tem como objetivo fortalecer a identidade étnica, o intercâmbio cultural, a capacitação de professores índios e não índios e a produção de material didático bilingüe e intercultural para as escolas. A educação bilingüe é organizada por uma equipe interdisciplinar formada por professores e lideranças indígenas. São 35 escolas que alfabetizam os membros das sociedades indígenas na sua língua materna para só depois começarem a aprender o português, em calendário escolar que respeita as atividades culturais, com currículo adequado às diferentes etnias. Professores não-índios são formados para trabalhar com as diferentes culturas do Estado.

A produção de material didático-pedagógico inclui as seguintes publicações: Atlas Histórico e Histórias e Lendas dos Aparai-Wayãna; Literatura Palikur e três livros de alfabetização para essa comunidade; Matemática Sistema Decimal Waiãpi; Português para Uso Comunicativo; Literatura Karipuna e Galibi-Marworno (bilingüe). O Projeto Turé (parceria do Estado com a Universidade Federal do Amapá - Unifap) é dedicado ao desenvolvimento do Magistério em educação indígena e à Licenciatura em Educação Intercultural para promover a autonomia das sociedades indígenas na área de educação. O Amapá atende com o mesmo programa de educação indígena quatro etnias do Parque do Tumucumaque, no Pará: Aparai, Wayãna, Tiriyo e kaxuyana.

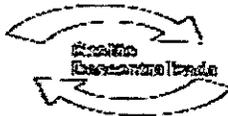
Para saber mais sobre este projeto ([Clique aqui](#)).

Centro de Cultura Negra

Pesquisar, registrar, resgatar e divulgar as manifestações da Cultura afro-brasileira, em especial as intimamente ligadas ao processo histórico do Amapá, são os objetivos principais do Centro, mais uma atração turística estadual. Instalado no bairro de Laginho, comunidade que conserva as tradições dos primeiros africanos trazidos para o Amapá no séc. XVIII, a construção é uma parceria entre o Governo do Estado e as entidades que representam o movimento negro amapaense. O Centro possui sete espaços: Museu do Negro, Auditório, Oficina, Espaço Afro-Religioso, Espaço Múltiplo-Uso, Administração e Anfiteatro, que deverão gerar renda para sua sustentabilidade econômica.

Curiaú

A região do Curiaú, próxima do núcleo urbano de Macapá, é composta por cinco comunidades: Curiaú de Dentro, Curiaú de Fora, Casa Grande, Currallinho e Mucambo, totalizando cerca de 1.500 pessoas de origem



africana, que conservam fielmente a tradição através de festas, danças, culinária e crenças religiosas. Em agosto de 1998, parecer da Fundação Palmares recomenda o reconhecimento, pela União, destas comunidades como remanescentes de quilombo, assegurando direitos constitucionais ao território. Além disso, o Curiaú é dotado de excepcional beleza cênica, graças à presença de lagos, florestas e savanas. Para evitar invasão de terras, ocupação desordenada dos recursos naturais, pesca predatória e despejo de lixo em lugares inadequados, o Governo decidiu transformar a região em Área de Proteção Ambiental. O projeto de ecoturismo para o Curiaú, pretende implantar infra-estrutura: pavimentar a estrada, definir roteiros e trilhas ecológicas, treinar agentes de turismo, produzir material promocional, criar o Museu da Cultura do Curiaú e gerar empregos, já que os próprios moradores trabalharão nessas atividades.

Escola Sambódromo de Artes Populares



A Escola está orientada para resgatar e preservar a cultura regional, investindo em diversas oficinas de artes populares como dança, música, cozinha regional, artesanato, fabricação de bonecos, adereços e planejamento do carnaval. Mais que um espaço aberto às festividades da quadra carnavalesca, é um lugar que mistura ritmos, cores, aromas e sabores característicos do povo amapaense. As seis oficinas oferecidas anualmente para 1.200 alunos são: Artes da Percussão (curtição de couro, confecção de instrumentos, prática de percussão), Artes da Música e da Dança (coreografia, música e danças folclóricas, música, e danças populares), Artes das Alegorias (carpintaria, pintura, modelagem, serigrafia), Artes de Brincar (sucata, papel reciclado, boneco), Artes das Coisas (jóias e bijuterias, cerâmica, vime), Artes de Comer (culinária indígena, alimentação alternativa, culinária nativa e regional).

Projeto Curumim, Grafitart e Reclcart



Estes projetos proporcionam acesso à arte e à cultura a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Contribui para enriquecer seu universo de informação e cultura, bem como elevar o nível de participação e criatividade, complementando a educação formal. Desenvolvidos nos Centros de Convivência da Secretaria de Estado do Trabalho e Cidadania, atendem a cerca de 900 crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 14 anos.

Centro de Juventude Chaguinha



Homenageia em Vida Francisco Chagas, ativo militante comunista amapaense, preso durante a ditadura militar. Visa promover jovens em situação de risco social e atender estudantes e a comunidade em geral. Instalado em amplo prédio com auditório, realiza debates, palestras e mostras culturais, além de oficinas técnicas de teatro, música, dança e artes plásticas.

Museu do Desenvolvimento Sustentável



ANEXO 10

LEI N.º 6.922, DE 27 DE ABRIL DE 1981

Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Estações Ecológicas são áreas representativas de ecossistemas brasileiros, destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de Ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista.

§ 1.º — 90% (noventa por cento) ou mais da área de cada Estação Ecológica será destinada, em caráter permanente, e definida em ato do Poder Executivo, à preservação integral da biota.

§ 2.º — Na área restante, desde que haja um plano de zoneamento aprovado, segundo se dispuser em regulamento, poderá ser autorizada a realização de pesquisas ecológicas que venham a acarretar modificações no ambiente natural.

§ 3.º — As pesquisas científicas e outras atividades realizadas nas Estações Ecológicas levarão sempre em conta a necessidade de não colocar em perigo a sobrevivência das populações das espécies ali existentes.

Art. 2.º — As Estações Ecológicas serão criadas pela União, Estados e Municípios, em terras de seus domínios, definidos, no ato de criação, seus limites geográficos e o órgão responsável pela sua administração.

Art. 3.º — Nas áreas vizinhas às Estações Ecológicas serão observados, para a proteção da biota local, os cuidados a serem estabelecidos em regulamento, (1) e na forma prevista nas Leis n.ºs 4.771 (2), de 15 de setembro de 1965, e 5.197 (3), de 3 de janeiro de 1967.

Art. 4.º — As Estações Ecológicas serão implantadas e estruturadas de modo a permitir estudos comparativos com as áreas da mesma região ocupadas e modificadas pelo homem, a fim de obter informações úteis ao planejamento regional e ao uso racional de recursos naturais.

Art. 5.º — Os órgãos federais financiadores de pesquisas e projetos no campo da Ecologia darão atenção especial aos trabalhos científicos a serem realizados nas Estações Ecológicas.

Art. 6.º — Caberá ao Ministério do Interior, através da Secretaria Especial do Meio Ambiente — SEMA, zelar pelo cumprimento da destinação das Estações Ecológicas, manter organizado o cadastro das que forem criadas e promover a realização de reuniões científicas, visando à elaboração de planos e trabalhos a serem nelas desenvolvidos. (4)

Art. 7.º — As Estações Ecológicas não poderão ser reduzidas nem utilizadas para fins diversos daqueles para os quais foram criadas.

§ 1.º — Na área reservada às Estações Ecológicas será proibido:

- a) presença de rebanho de animais domésticos de propriedade particular;
- b) exploração de recursos naturais, exceto para fins experimentais, que não importem em prejuízo para a manutenção da biota nativa, ressalvado o disposto no § 2.º do art. 1.º;
- c) porte e uso de armas de qualquer tipo;
- d) porte e uso de instrumentos de corte de árvores;
- e) porte e uso de redes de apanha de animais e outros artefatos de captura.

§ 2.º — Quando destinados aos trabalhos científicos e à manutenção da Estação, a autoridade responsável pela sua administração poderá autorizar o uso e o porte dos objetos mencionados nas alíneas c, d e e do parágrafo anterior.

§ 3.º — A infração às proibições estabelecidas nesta lei sujeitará o infrator à apreensão do material proibido, pelo prazo de 1 (um) a 2 (dois) anos, e ao pagamento de indenização pelos danos causados.

§ 4.º — As penalidades previstas no parágrafo anterior serão aplicadas pela Administração da Estação Ecológica.

Art. 8.º — O Poder Executivo, quando houver relevante interesse público, poderá declarar determinadas áreas do Território Nacional como de interesse para a proteção ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais.

Art. 9.º — Em cada Área de Proteção Ambiental, dentro dos princípios constitucionais que regem o exercício do direito de propriedade, o Poder Executivo estabelecerá normas, limitando ou proibindo:

- a) a implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água;
- b) a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais;
- c) o exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e/ou um acentuado assoreamento das coleções hídricas;
- d) o exercício de atividades que ameacem extinguir na área protegida as espécies raras da biota regional.

§ 1.º — A Secretaria Especial do Meio Ambiente, ou órgão equivalente no âmbito estadual, em conjunto ou isoladamente, ou mediante convênio com outras entidades, fiscalizará e supervisionará as Áreas de Proteção Ambiental.

§ 2.º — Nas Áreas de Proteção Ambiental, o não cumprimento das normas disciplinadoras previstas neste artigo sujeitará os infratores ao embargo das iniciativas irregulares, à medida cautelar de apreensão do material e das máquinas usadas nessas atividades, à obrigação de reposição e reconstrução, tanto quanto possível, da situação anterior e à imposição de multas graduadas de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), aplicáveis, diariamente, em caso de infração continuada, e reajustáveis de acordo com os índices das ORTN — Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

§ 3.º — As penalidades previstas no parágrafo anterior serão aplicadas por iniciativa da Secretaria Especial do Meio Ambiente ou do órgão estadual correspondente e constituirão, respectivamente, receita da União ou do Estado, quando se tratar de multas.

§ 4.º — Aplicam-se às multas previstas nesta lei as normas da legislação tributária e do processo administrativo fiscal que disciplinam a imposição e a cobrança das penalidades fiscais.

Art. 10 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 — Revogam-se as disposições em contrário.

JOÃO FIGUEIREDO, Presidente da República — Mário David Andreazza.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ

DECRETO [E] Nº 0024 de 20 de fevereiro de 1990

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Presidencial de 13 de dezembro de 1988, combinado com o § 2º do Art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 05.10.88 e na Lei Complementar nº 41 de 22 de dezembro de 1991, e

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 215, 216 e 225 da Constituição Federal, bem como o Art. 7º do Decreto nº 88.351, de 01 de junho de 1983, e art. 7º do Decreto nº 89.336, de 31 de janeiro de 1984;

CONSIDERANDO que a região conhecida como CURIAÚ, localizada no Município de Macapá, é de grande importância para o controle do ecossistema do Estado;

CONSIDERANDO que essa região é reminiscência histórica de antigo Quilombo Afro-Brasileiro formada no século XIX, sendo habitada por descendentes dessas raízes, com fortes traços étnico-culturais que devem ser preservados;

CONSIDERANDO ser a área do Curiaú dotada de grande beleza cênica e riqueza ambiental, fatores que a tornam uma excepcional atração turística do Estado;

CONSIDERANDO que a proximidade dessa área da Zona Urbana de Macapá permite uma corrida especulativa que pode deprecia-la com o tempo;

CONSIDERANDO, finalmente, os estudos técnicos realizados pela Cooperativa Estadual do Meio-Ambiente e pela Coordenadoria de Terras do Amapá - COTERRA,

DECRETA:

Art. 1º - FICA criada a ARIEC do CURIAÚ - Área de relevante interesse ecológico e cultural, localizada no município de Macapá, assim configurada; área abrangendo um perímetro de 30.780, e área de 5.700 ha aproximadamente, com as seguintes coordenadas e dimensões: Partindo do ponto 01 localizado na nascente do Rio Curiaú com o canal do Norte, de coordenadas Geográficas aproximadas de Longitude 51º00' 35" WGR e Latitude 00º06'10" W, desta segue com uma linha reta aproximada de 9.150m no rumo de 90º00' NW chegando ao ponto 02, situado aproximadamente 1.500m a 00º00' S da margem direita da BR 210 na altura do KM 5,5 de coordenadas geográficas aproximadas de Longitude 51º05'30" WGR e Latitude 00º06'10"N; seguindo com uma distância de aproximadamente 6.200m no rumo de 00º00'N, chegando ao ponto 03, localizado aproximadamente 500m da margem esquerda do Rio Curiaú de coordenadas geográficas aproximadamente de longitude 51º05'30" WGR e latitude 00º09'30"N, deste segue por uma linha reta de aproximadamente 9.150m, no rumo 90º00'NE chegando ao ponto 04, localizado aproximadamente 800m da margem direita da AP-070, de coordenadas geográficas aproximadas de longitude de 51º00'35"WGR e latitude 00º09'30"N deste segue com uma distância aproximada de 6.200m no rumo de 00º00'S chegando ao ponto 01, inicialmente descrito.

Art. 2º - A ARIEC do CURIAÚ é criada não só para a preservação do Ecossistema local, mas sobretudo para proteger a cultura Afro-Brasileira dos descendentes do antigo Quilombo ali existente no século XIX..

PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam reservadas aos habitantes da comunidade do Curiaú, tradicionalmente configurados pela sua descendência, cuja subsistência depende da utilização dos recursos naturais locais, as atividades de caça e pesca artesanais comuns às suas tradições e subsistência.

Art. 3º - Com as exceções do artigo anterior, ficam terminantemente proibidos na ARIEC do CURIAÚ:

I - Quaisquer atividades que passam por um risco a con

servação do Ecossistema e a harmonia da paisagem;

II - A pesca com redes, explosivos e outros apetrechos que possam colocar em risco os recursos pesqueiros locais;

III - Atividades que possam causar erosão, poluição e denificar de qualquer modo o Ecossistema ali existente;

IV - A instalação de barracas e acampamentos, bem como a construção de habitações e outras edificações, sem a prévia autorização do Conselho da Comunidade local e da Coordenadoria Estadual do Meio Ambiente - CEMA/AP, sem prejuízo das licenças Estaduais e Municipais que forem também necessárias;

V - A caça com arma de fogo, armadilhas e outros apetrechos que possam colocar em risco os recursos Faunísticos locais;

Art. 4º - A ARIEC do CURIAÚ será supervisionada e fiscalizada pelo Governo do Estado do Amapá, através da Coordenadoria Estadual do Meio-Ambiente-CEMA, e pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, em tudo se considerando o âmbito de suas atribuições e competências,

Art. 5º - Estão sujeitos às penalidades previstas no Art. 4º do Decreto nº 89.335, de 31 de janeiro de 1984, sem prejuízos das demais sanções penais, os que degradarem o Ecossistema da ARIEC do CURIAÚ.

Art. 6º - A ARIEC do CURIAÚ, pelas características culturais e Ecológicas marcantes, para os efeitos da Lei nº 7.505, de 02 de julho de 1986 (Lei Sarney), é considerada como Sítio Ecológico de relevância Cultural.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário, deste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, Macapá(Ap), 20 de fevereiro de 1990.

JORGE NOVA DA COSTA
Governador

ANEXO 12

RESOLUÇÃO/CONAMA/Nº 013 de 06 de dezembro de 1990
Publicada no D.O.U. de 28/12/90, Seção I, Pág. 25.541

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, regulamentadas pelo Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, e

Considerando o disposto nos artigos 7º e 27, Decreto nº 99.274, de 06/06/90;

Considerando a necessidade de estabelecer-se, com urgência, normas referentes ao entorno das Unidades de Conservação visando a proteção dos ecossistemas ali existentes, RESOLVE:

Art. 1º – O órgão responsável por cada Unidade de Conservação, juntamente com os órgãos licenciadores e de meio ambiente, definirá as atividades que possam afetar a biota da Unidade de Conservação.

Art. 2º – Nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de dez quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota, deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente.

Parágrafo Único – O licenciamento a que se refere o caput deste artigo só será concedido mediante autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Tânia Maria Tonelli Munhoz

José A. Lutzenberger

ANEXO 13

GOVERNO DO ESTADO DO APAPÁ
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

PROCESSO : nº 066/92-CEC
PROCEDÊNCIA : COORDENADORIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE-CEMA/AP
ASSUNTO : Solicita análise e parecer sobre a minuta do Decreto que versa sobre a Criação da Área de Proteção Ambiental do Curiaú.

I - IDENTIFICAÇÃO:

Apresentamos a Vossa Senhoria o parecer sobre a minuta de Decreto de Criação da Área de Proteção Ambiental do Curiaú, o qual se constitui de 9 (NOVE) artigos que detalham desde o objetivo da referida medida de proteção, delimitação da área a ser preservada, define medidas práticas a serem adotadas como instrumentos de preservação, incluindo as proibições quanto ao uso racional dos recursos da área, dá atribuições aos órgãos governamentais responsáveis pela execução das medidas de preservação e prevê meios de aquisição de recursos para a consecução dos objetivos previstos para a Área de Proteção Ambiental do Curiaú, além de revogar o decreto anterior que propunha a criação da Área de Relevante Interesse ecológico e cultural daquela localidade, medida que passou a inexistir desde a revogação dos Decretos (E) nº 0024. 20 de fevereiro de 1990 e (E) nº 0038, de 29 de março de 1990.

II - RELATÓRIO:

Antes de apresentar nosso parecer, como membros da Comissão de Legislação e Normas e Presidente da Câmara de Patrimônio Histórico e Cultural deste Colegiado, queremos apresentar alguns comentários a respeito das medidas de preservação histórico-cultural e natural e o que isso vem refletir no cotidiano das populações ou pequenas comunidades como é o caso do Curiaú.

Sabemos de antemão que a ocupação e utilização dos recursos naturais pelo homem não é racional. Suas atitudes vêm sendo como nos tempos primitivos: a natureza como simples fonte de matéria-prima para satisfação de suas necessidades básicas. Daí, o acelerado mecanismo que desfigura o patrimônio em ritmo

Cont. ...

mais acelerado do que lhe permitem suas melhores possibilidades de recuperação. Consequentemente acontece a exaustão dos recursos não renováveis. O manganês é um deles. Os desequilíbrios biológicos que podem levar à extinção espécies renováveis. Portanto, a preservação do Patrimônio Natural, de qualquer localidade, não é uma opção mas um imperativo, porque é da natureza que tiramos os elementos vitais, dos quais vão depender as manifestações, as produções, intercâmbios, enfim a vida sócio-cultural.

Temos um dado estatístico fornecido por Darcy Ribeiro, em um Fórum de Secretários de Cultura, em 1984, e queremos crer que as proporções não se alteraram em 1992, de que 94% dos bens tombados, pelo Patrimônio Nacional, são arquitetônicos, 4% são móveis, e 2% são paisagísticos. Sabemos que, quase todo o Patrimônio tombado, portanto considerado de primeira importância, é dos séculos XVI, XVII e XVIII. A maior parte deles em Minas, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, privilegiando os traços de europeização. Do ponto de vista da africanidade muito pouco se fez.

III - CONCLUSÃO:

Acreditamos que o trabalho de preservação será eficaz quando conseguirmos incluir a preservação numa política de planejamento, onde o sócio-econômico-cultural, sejam vértices desse planejamento; que as ações governamentais não sejam atos isolados entre os órgãos; que o trabalho de preservação não seja visto de uma forma muito saudosista e até erudita de se preservar uma coisa que tem um certo valor histórico-cultural mas que a comunidade, no caso Curiaú, não consegue entender de imediato, e assim não possa participar do processo de preservação. Outro aspecto a se considerar é que se invista na formação de profissionais em matéria de preservação, considerando a grandiosidade da área a ser atendida.

IV - PARECER:

De acordo com o que relatamos, nosso parecer não poderia ser contrário às medidas propostas pela Coordenadoria Estadual do Meio Ambiente a qual tem

Cont. ...

competência e capacidade para implantar e acompanhar os processos de proteção e preservação da localidade de Curiaú.

Macapá/AP, 1º de Setembro de 1992.

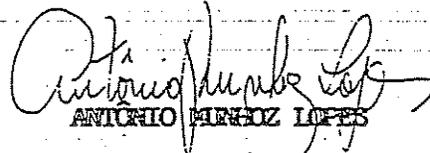

ROSA MARIA DE SOUSA MELO

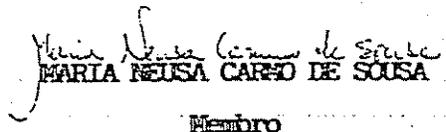
Relatora

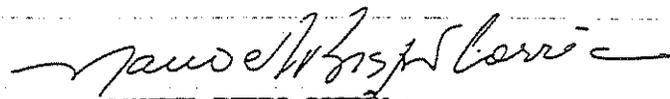
PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS:

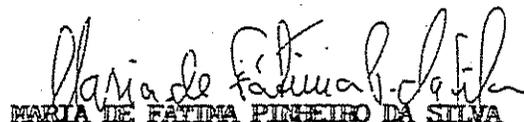
A Comissão de Legislação e Normas reunida em sessão ordinária do dia 1º.09.92 APROVA o Parecer da Conselheira ROSA MARIA DE SOUSA MELO para o Processo nº 066/92-CEC, referente à Minuta do Decreto sobre a Criação da Área de Proteção Ambiental do Curiaú.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS, em 1º de setembro de 1992.


ANÍQUIO PINHO LOPES
Presidente


MARIA NEUSA CARRO DE SOUSA
Membro


MANDEL BISPO CORRÊA
Membro


MARIA DE FÁTIMA PINEIRO DA SILVA
Membro Suplente

PARECER DO PLENÁRIO:

Rubrica
Rubrica

O Plenário do Conselho Estadual de Cultura do Amapá, reunido em sessão plenária ordinária do dia 02.09.92, APROVA o Parecer da Comissão de Legislação e Normas para o Processo nº 066/92-CEC, referente à Minuta do Decreto sobre a Criação da Área de Proteção Ambiental do Curiaú, elaborado pela CEMA/AP.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, em 02 de setembro de 1992.

Francisca de Moraes Guedes
FRANCISCA-DE-MORAES-GUEDES

Antonio Munhoz Lopes
ANTÔNIO MUNHOZ LOPES

Juvenal Cantão
JUVENAL ANTÔNIO PIMENTEL CANTO

Manoel Bispo Corrêa
MANOEL BISPO CORRÊA

Rosa Maria de Sousa Melo
ROSA MARIA DE SOUSA MELO

Ana Izabel Jungel
ANA IZABEL JURGEL

Ercília Furtado de Melo
ERCÍLIA FURTADO DE MELO

Zaide Soledade Santos e Silva
ZAIDE SOLEDADE SANTOS E SILVA

CONVÊNIO Nº 001/97

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEMA, O INSTITUTO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO AMAPÁ - IRDA, A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE DO CURIAÚ - AMCC E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO FRANCISCO DA CASA GRANDE - AMSFCG, OBJETIVANDO ESTABELECEER, REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO, COM VISTAS A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO APA DO CURIAÚ.

Pelo presente instrumento, e nos melhores termos de direito, os no fim assinados, de um lado, o Governo do Estado do Amapá, representado pelo seu Governador, **JOÃO ALBERTO RODRIGUES CAPIBERIBE**, brasileiro, casado, zootecnista, CPF nº 278 805 754 - 72, CI nº 274 205 AP, residente e domiciliado nesta cidade de Macapá, e tendo como INTERVENIENTE a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - SEMA, representado pelo seu Secretário, **ALBERTO PEREIRA GÓES**, brasileiro, casado, arquiteto, CPF nº 165 968 462 - 53, CI nº 81.666, residente e domiciliado a Rodovia Duque de Caxias, residencial Cajari, casa 12, bairro Alvorada, nesta cidade de Macapá, o Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá - IRDA, pessoa jurídica de direito privado, CGC nº 05.964.929/0001-54, representado pelo Sr. **FERNANDO GUIMARÃES SANTOS**, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº 011.210.307-34, CI nº 1.627.738-RJ, residente e domiciliado em Santana-AP, a Associação dos Moradores da comunidade do Curiaú - AMCC, pessoa jurídica, CGC nº 14.572.978/0001 - 32 representada pelo seu presidente Sr. **JOSÉ ARAÚJO DA PAIXÃO**, brasileiro, casado, CPF nº 208.766.452/87, CI nº 69.363 - AP., residente e domiciliado na Vila do Curiaú, município de Macapá e ainda a Associação de Moradores de São Francisco da Casa Grande - AMSFCG, pessoa jurídica, CGC nº 01.285.762/0001 - 44, representada pelo seu presidente Sr. **FRANCISCO MORAIS DA SILVA**, brasileiro, solteiro, CPF nº 030.137.582 - 87, CI nº 30.314 - AP, residente e domiciliado na Vila de São Francisco da Casa Grande, município de Macapá, resolvem celebrar o presente convênio na conformidade das cláusulas e condições seguintes, que se obrigam a cumprir e respeitar.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL: O presente convênio tem respaldo legal no § 1º, do Art. 25 da Constituição Federal, combinado com os arts. 12, § 4º, 116 e 119, inciso XXVII da Constituição do Estado do Amapá, e em

especial ao artigo 116, §.1º, inciso I a VI da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.893/94.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: O presente convênio tem por objeto estabelecer regime de mútua cooperação, com vistas a implantação do Projeto APA do Curiaú.

PARÁGRAFO ÚNICO: Entende-se por Projeto APA do Curiaú, o documento técnico elaborado pela arquiteta Liliâne Robacher, CREA/AP 0473 - D, Projeto este, aprovado pelos convenientes, em reunião realizada no dia 16.12.96, na Vila do Curiaú, e rubricada pelas partes que integram este convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES:

I - Compete à SEMA:

a) Apoiar e acompanhar a execução do Projeto APA do Curiaú, em todas as suas etapas;

b) Capacitar integrantes da comunidade do Curiaú, indicados pela AMCC, nas áreas de fiscalização e Unidades de Conservação, bem como nas demais áreas que se fizerem necessárias à implantação do Projeto APA do Curiaú;

c) Articular a complementariedade das ações necessárias à implementação da APA do Curiaú, não previstas no Projeto;

d) Executar o Zoneamento ambiental e elaborar o Plano de Gestão da APA do Curiaú.

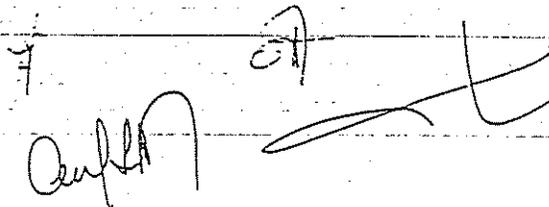
e) Elaborar as normas necessárias à regulamentação da APA do Curiaú.

II - Compete ao IRDA:

a) Apoiar financeiramente a execução do Projeto APA do Curiaú, conforme previsto na cláusula quarta.

b) Apoiar a Associação de Moradores da Comunidade do Curiaú - AMCC, principalmente quanto a sua organização institucional, valorizando a mão-de-obra local, sempre que possível, e demais atividades inerentes à operacionalidade do Projeto APA do Curiaú.

c) Proceder o acompanhamento e a fiscalização da execução do presente Convênio;



III - Compete à AMCC e AMSFCG:

- a) Fornecer todos os elementos e esclarecimentos necessários à execução do Projeto APA do Curiaú;
- b) Articular, junto ao IRDA, a contratação de mão-de-obra local, originária da própria comunidade, para execução das obras previstas no Projeto APA do Curiaú;
- c) Participar efetivamente de todas as etapas de implantação do Projeto APA do Curiaú;
- d) Garantir o envolvimento da comunidade nas ações de fiscalização e conservação da APA do Curiaú, bem como nas atividades previstas no Projeto APA do Curiaú;
- e) Zelar pela conservação e proteção das obras e demais instrumentos a serem implementados através do Projeto APA do Curiaú.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

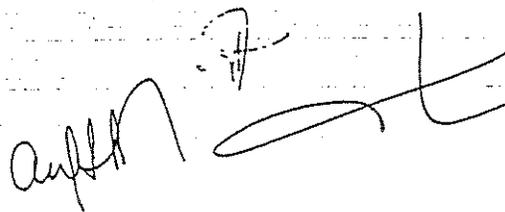
- a) Os recursos financeiros serão oriundos dos convenientes, de acordo com as respectivas disponibilidades orçamentarias, viabilizados mediante negociações e encaminhamentos formais, respaldadas as disponibilidades contidas em lei, sendo que o apoio financeiro não excederá R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA: O presente convênio terá sua vigência à partir de sua assinatura até dezembro de 1997, podendo ser prorrogada, se assim convier às partes convenientes.

CLÁUSULA SEXTA - DA MODIFICAÇÃO E DA RESCISÃO: O presente Convênio, poderá sofrer modificações, se assim interessar às partes, bem como poderá ser rescindido nas hipóteses contempladas na legislação aplicável.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO: A SEMA providenciará, à sua conta, a publicação deste convênio, em extrato no Diário Oficial do Estado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO: O foro deste convênio excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja, é o da Comarca de Macapá, Estado do Amapá.



Por estarem de acordo, as partes convenientes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para que produza entre si os legítimos efeitos de direito, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Macapá (AP) 23 de Fevereiro de 1997

JOÃO ALBERTO RODRIGUES CAPIBÉRIBE
GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ

ALBERTO PEREIRA GÓES
SECRETÁRIO DA SEMA

FERNANDO GUIMARÃES SANTOS
DIRETOR DO IRDA

JOSÉ ARAÚJO DA PAIXÃO
PRESIDENTE DA AMCC

FRANCISCO MORAIS DA SILVA
PRESIDENTE DA AMSFCG

TESTEMUNHAS:

- 1 Francisco Morais da Silva
- 2 Francisco Morais da Silva
- 3 Quelaris Louçã do Santos Sales
- 4 _____
- 5 (illegible)
- 6 _____

ANEXO 15

LEI Nº 0431 DE 15 DE setembro DE 1998

Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú, no Município de Macapá, Estado do Amapá.

O Governador do Estado do Amapá:

Faço saber que Assembléia Legislativa do Estado do Amapá decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú (APA do Rio Curiaú), situada no Município de Macapá, Estado do Amapá, com o objetivo de proteger e conservar os recursos naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades tradicionais residentes no local.

Art. 2º - A APA do Rio Curiaú possui a seguinte delimitação geográfica, descrita com base nas folhas NA - 22 - Y - D - VI e NA - 22 - Z - C - IV, de escala 1: 100.000 do IBGE e respectivos marcos alocados por determinação geodésica no datum WGS-84 e transposição para o datum SAD-69: Inicia no Ponto 01, localizado na foz do Rio Curiaú, de coordenadas geográficas 00º 06' 13" N e 51º 00' 37" WGr; desse ponto segue por linha reta, com azimute de 270º, percorrendo uma distância de aproximadamente 4,72 Km, até encontrar o Ponto 02 (Marco - GEA 0183), de coordenadas geográficas 00º 06' 07" N e 51º 03' 18" WGr; desse ponto, continua seguindo em linha reta, com azimute de 270º, percorrendo uma distância de cerca de 7,37 Km, até encontrar o Km 6,9 da BR-210, onde está situado o Ponto 03 (Marco - GEA 0176), de coordenadas geográficas 00º 05' 58" N e 51º 07' 17" WGr; desse ponto, segue rumo norte pela margem direita da BR-210, percorrendo uma distância de aproximadamente 1,92 Km, até encontrar o Ponto 04, situado no cruzamento do Km 8,8 da BR-210 com o Km 19,8 da Estrada de Ferro do Amapá, de coordenadas geográficas 00º 06' 53" N e 51º 07' 46" WGr; desse ponto, segue rumo norte, acompanhando a margem direita da Estrada de Ferro do Amapá, percorrendo aproximadamente 17,37 Km, até encontrar a Estrada Vicinal do Km 25,0 da BR-210, próximo ao Km 33,8 da Estrada de Ferro do Amapá, onde está situado o Ponto 05 (Marco - GEA 0197), de coordenadas 00º 14' 17" N e 51º 05' 42" WGr; desse ponto segue pela margem direita da Estrada Vicinal do Km 25,0 da BR-210, seguindo cerca de 10,7 Km, até encontrar o cruzamento com a Estrada Estadual AP-070, onde está situado o Ponto 06 (Marco - GEA 0163), de coordenadas geográficas 00º 13' 00" N e 51º 01' 06" WGr; desse ponto, segue pela nascente principal do curso d'água denominado Igarapé do Fugitivo, percorrendo a margem direita desse curso d'água, até encontrar sua foz, onde está situado o Ponto 07, de coordenadas geográficas 00º 09' 25" N e 50º 56' 54" WGr; desse ponto, segue pela linha de costa, na direção sudoeste, até encontrar a foz do Rio Curiaú, onde está situado o Ponto 01, início dessa descrição, totalizando uma área de 21.676 hectares e um perímetro de 47.342 Km.

Art. 3º - Na implantação e manejo da APA do Rio Curiaú serão adotadas entre outras, as seguintes medidas:

I - O Zoneamento Ambiental, definindo, ainda, o uso de cada zona, bem como as atividades que deverão ser restringidas ou proibidas, regulamentadas pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA;

II - O Plano de Gestão, contendo as ações estratégicas destinadas ao cumprimento dos objetivos da unidade, elaborado em consonância com o Zoneamento Ambiental e com a participação das comunidades locais e outros segmentos sociais interessados e estimulados;

III - O Licenciamento Ambiental;

IV - O Cadastro de Moradores;

V - A Educação Ambiental;

VI - A Fiscalização Ambiental.

Parágrafo Único: Compete ao Órgão Estadual de Meio Ambiente a execução das medidas acima discriminadas.

Art. 4º - Na APA do Rio Curiaú ficam proibidas:

- I - Atividades potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água;
- II - Atividades que impliquem derrubada ou queima da vegetação nativa;
- III - Derrame ou disposição inadequada de lixo ou resíduos sólidos.

Parágrafo Único - Fica reservada aos moradores, devidamente cadastrados, a utilização racional dos recursos naturais locais, quando assim definido no Zonamento Ambiental e respectivo Plano de Gestão.

Art. 5º - A implantação de loteamentos, projetos residenciais e outras atividades que envolvam infra-estrutura física no interior da APA do Rio Curiaú, além do cumprimento das normas municipais e estaduais cabíveis, dependerá de licenciamento prévio do Órgão Estadual de Meio Ambiente, que somente poderá concedê-la após ouvido o Conselho de Gestão da Unidade.

Art. 6º - Do gerenciamento da APA do Rio Curiaú:

I - Todos os envolvidos direta e indiretamente com a APA do Rio Curiaú são responsáveis pelo seu gerenciamento, em especial, as comunidades residentes;

II - O gerenciamento deverá obedecer às seguintes diretrizes:

- Planejamento participativo e integrado;
- Respeito às diferenças de idéias e posicionamentos;
- Legitimidade e solidariedade nas ações.

Art. 7º - A APA do Rio Curiaú será gerenciada por um Conselho (Conselho de Gestão da APA do Rio Curiaú), a ser instituído com apoio do Órgão Estadual de Meio Ambiente e assim constituído:

- 01 representante do Órgão Estadual do Meio Ambiente;
- 01 representante do Órgão Estadual da Cultura;
- 01 representante de cada uma das diferentes comunidades residentes;
- 01 representante da Prefeitura Municipal de Macapá;
- 01 representante da Câmara Municipal de Macapá;
- 01 representante da União dos Negros do Amapá;
- 01 representante do Grupo de Mulheres do Curiaú;
- 01 representante do Grupo de Jovens do Curiaú.

Art. 8º - A APA do Rio Curiaú será supervisionada, administrada e fiscalizada pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente, com a colaboração das demais autoridades federais, estaduais e municipais pertinentes, bem como com as Organizações Não-Governamentais locais.

Parágrafo Único - Visando a consecução dos objetivos previstos para a APA do Rio Curiaú, o Governo do Estado do Amapá poderá firmar convênios e acordos com órgãos e entidades públicas ou privadas, sem juízo de sua competência de supervisão e fiscalização.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os Decretos (E) n°s 0024, de 20 de fevereiro de 1990; 0038, de 29 de março de 1990 e 1417, de 28 de setembro de 1992.

Macapá, 15 de setembro de 1998

JOÃO ALBERTO RODRIGUES CAPIBERIBE
Governador